



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

ELIAS FLORES KANUSSE

**Ensino de Língua Portuguesa no Namibe
(Angola): a educação sobre a perspectiva da
interrelação
entre língua e sociedade**

SALVADOR

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

ELIAS FLORES KANUSSE

Ensino de Língua Portuguesa no Namibe
(Angola): a educação sobre a perspectiva da interrelação
entre língua e sociedade

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Língua e Cultura.

Área 1 - História e Funcionamento das Línguas Naturais

Linha de pesquisa: Dialetologia e Sociolinguística

Orientadora: Profa. Dra. Lílian Teixeira de Sousa

SALVADOR

2022

Kanusse, Elias Flores.

Ensino de língua portuguesa no Namibe (Angola): a educação sobre a perspectiva da interrelação entre língua e sociedade / Elias Flores Kanusse. - 2022.

118 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Lillian Teixeira de Sousa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2022.

1. Linguagem e educação. 2. Dialetoлогия - Namibe (Angola). 3. Sociolinguística - Namibe (Angola). 4. Língua portuguesa - Estudo e ensino - Namibe (Angola). 5. Língua portuguesa - Aspectos sociais - Namibe (Angola). I. Sousa, Lillian Teixeira de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.79809673
CDU - 81'27(673.235)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante estes dois anos de estudo, foram momentos muito difíceis, principalmente em função da pandemia do corona vírus. Por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante este período, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

À minha mãe Justa Tchocalie e a meus irmãos, Paulina Ngueve Kanusse, Julião Hungulo Kanusse e Victorino Catumbela Kanusse, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava nos estudos e na realização deste trabalho. Sem eles, nada disso seria possível. Eles foram a peça fundamental para a concretização do meu sonho, que é a conclusão desse curso e desse trabalho. A vocês expresseo o meu maior agradecimento.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho. São tantos, porém de maneira muito especial cito alguns deles: Kialunda Sozinho Kialanda, Margarida Bendo, Janaina Costa, Mirian Brito, Alfa dos Santos. A todos vocês minha profunda gratidão.

A todos os alunos das turmas em que participei, pelo ambiente amistoso no qual convivemos e solidificamos os nossos conhecimentos, mesmo que num ambiente que tivemos que nos adaptar, ou seja, pela via remota, foi fundamental na elaboração desta dissertação.

À professora Lílian Teixeira de Sousa, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com muita dedicação, seriedade, carinho, respeito e amizade. Agradeço por transmitir seus conhecimentos e por fazer da minha dissertação uma experiência maravilhosa, positiva e por ter confiado em mim, sempre estando ali me orientando e dedicando parte do seu tempo a mim. De igual modo, a professora Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva, nossa coordenadora do programa, que de um modo incansável e competente, me ajudou em tudo que fosse possível, a ela meu muito obrigado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB, pela bolsa, recursos estes que foram fundamentais para a minha permanência no programa, e para o desenvolvimento da pesquisa que possibilitou a realização deste trabalho.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, principalmente aqueles que tive o privilégio de ter aulas, por todos os ensinamentos, conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado, pelas correções que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação acadêmica ao longo do curso. De um modo geral, muito obrigado Universidade Federal da Bahia pela recepção e acolhimento.

A todos os informantes, que voluntariamente decidiram participar da nossa pesquisa, e a todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado: minha profunda gratidão.

Resumo

Esta dissertação propõe-se analisar a constituição étnico-linguística da província do Namibe (Angola) e a consequente diferença na situação de ensino de língua portuguesa pelos municípios. em função de uma confluência de fatores, que mais detalhadamente serão expostos a seguir. No entanto, é imperioso destacar o fato de que, até o momento, ainda há poucos estudos cujo enfoque central recaia sobre essa província ao sul de Angola – particularmente quase não há estudos linguísticos e sociolinguísticos acerca desse contexto, sobretudo, relacionando-os à situação da educação em língua portuguesa. Uma vez que ainda são escassos estudos sobre o Namibe na perspectiva das humanidades, esse projeto de pesquisa pretende oferecer contribuição aos cidadãos namibenses, na medida em que se propõe a compreender a composição étnico-linguística dessa província, a fim de associar essa composição ao contexto educacional dos estudantes locais. Nesse sentido, intenta-se analisar a educação à luz da interface entre a Linguística e a Sociolinguística, a qual entende como legítimas as diferentes variedades linguísticas e se propõe, a partir da valorização de outras línguas, a ampliar o repertório linguístico, com o propósito de que todos os estudantes sejam devidamente proficientes nas mais diferentes situações comunicativas. Mais especificamente, este trabalho de estudo se propõe a compreender as diferenças étnico-linguísticas de cada um dos cinco municípios do Namibe, a saber: Camacuio, Bibala, Namibe, Virei e Tombua. A intenção que motiva essa proposição é o fato de que essas diferenças se devem a fatores histórico (como os processos de ocupação territorial da província), culturais (em função dos diferentes grupos étnicos que contam com grandes peculiaridades culturais), geográficos (em função, sobretudo, do acesso ao mar em alguns municípios e da localização do deserto do Namibe em outros) e políticos (na medida em que, majoritariamente, as políticas públicas não respeitam as identidades locais e/ou étnicas).

Palavras-chave: Namibe; Línguas; Sociolinguística; Educação

Abstract

This dissertation is analytical and national-linguistic of the province of Namibe

Therefore, difference in the Portuguese language teaching situation in municipalities. due to a confluence of factors, which will be explained in more detail below. However, it is imperative to highlight the fact that, so far, there are still few studies whose central focus falls on this province in the south of Angola - particularly, there are almost no linguistics and sociolinguistics about this context, above all, relating them to the situation of education in Portuguese. Since there are still few studies on the Name from the perspective of the humanities, this research project aims to contribute to Namibian citizens, insofar as an understanding of the ethnic-linguistic composition of the province is defined, in order to associate this composition with the context. education of local students. In this sense, it intends education in the light of the interface between different analyzes of Linguistics and Sociolinguistics, which as natural as linguistic varieties and tries, from the understanding of other languages, to expand the linguistic niche, with the purpose of understanding other languages. that all students are properly proficient in the most different communicative situations. More specifically, this study aims to understand the ethnic-linguistic differences of each of the five municipalities in Namibe, namely: Camacuio, Bibala, Namibe, Virei and Tombua. The intention that motivates this proposition is the fact that these differences must have historical factors (such as the processes of territorial occupation of the province), cultural (due to the different ethnic groups that have great cultural peculiarities), geographic (due, mainly, access to the sea in some municipalities and the location of the Namibe desert in others) and political (as most public policies do not respect local and/or other identities).

Keywords: Namibe; languages; Sociolinguistics; education

LISTA DE FIGURAS

01	Deserto do Namibe	10
02	Welwitschia Mirabilis	11
03	Impacto da seca na comuna do Bentiaba: baixa do reservatório de água para o gado	11
04	Plantação de árvores no deserto do Namibe: combate à desertificação	12
05	Plantação de árvores do projecto Namibe Verde, deserto do Namibe	13
06	Feira Agrícola do Namibe	14
07	Terras para cultivo agrícola	14
08	Porto pesqueiro do Namibe	15
09	Pecuária bovina no Namibe	16
10	Mukubais	19
11	Sala de aula de umas das escolas do ensino primário do Namibe	24
12	Formandos da Escola Superior Politécnica do Namibe	29
13	Academia de Pesca e Ciências do mar do Namibe, a mais recente Instituição de Ensino Superior do Namibe	30
14	Grupos linguísticos da África	54
15	Jovens khoisan em sua comunidade	55
16	Mulheres khoisan em sua comunidade	56
17	Mapa dos grupos etnolinguísticos de Angola	60
18	Línguas mais faladas	61
19	Principais línguas mais faladas por província	62
20	Divisão étnica por província angolana	62

LISTA DE MAPAS

01	Mapa da África com destaque para Angola	04
02	Mapa de Angola com destaque à província do Namibe	05
03	Mapa da província do Namibe destacando os municípios	06
04	Línguas mais faladas por município	22

LISTA DE QUADROS

01	Municípios e comunas do Namibe	07
02	Questões de natureza linguística e educacional	72

LISTA DE GRÁFICOS

01	Línguas mais faladas no Namibe, 2014	22
02	Taxa de alfabetismo por grupos etários e gênero, 2014	25
03	Taxa de alfabetismo por municípios, 2014	25
04	População com 18 ou mais anos por grupos etários, segundo o nível de escolaridade concluído, 2014	26
05	População com 5-18 anos fora do sistema de ensino por grupo etário e gênero, 2014	28
06	População com 24 anos ou mais que completou o ensino superior por grupo etário e gênero, 2014	29
07	Línguas mais faladas	61
08	Sexo dos informantes	73
09	Faixa etária dos informantes	74
10	Grupos étnicos dos informantes	78
11	Nível de escolaridade dos informantes	79
12	Ocupação dos informantes	80
13	Língua materna dos informantes	81
14	Membros familiares dos informantes	83
15	Línguas nacionais faladas pelos informantes	85
16	Uso de língua na igreja	87

LISTA DE TABELAS

01	Distribuição da população da província do Namibe por município	08
02	População Namibense com 2 ou mais anos de idade que fala o português por área de residência, 2014	23
03	Taxa de alfabetismo por área de residência, segundo gênero, 2014	24
04	População com 18 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade concluído, 2014	26
05	População com 5-18 anos fora do sistema de ensino, segundo o gênero, 2014	28
06	População com 24 ou mais anos que completou o ensino superior, segundo o gênero, 2014	29
07	Participantes por município	75
08	Línguas mais faladas no seio familiar	85
09	Uso de Língua no mercado	88
10	Uso da língua na rua	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 ASPECTOS HISTÓRICOS E ETNOLINGUÍSTICOS DE ANGOLA	4
2.1 A província do Namibe no contexto angolano	4
2.1.1 Divisões administrativas	Error! Bookmark not defined.
2.1.2 Dados geográficos e demográficos da província do Namibe	9
2.1.3 Atividades Econômicas da província do Namibe	14
2.1.4 Etnias principais da província do Namibe: com destaque à Mukubal	17
2.1.5 Origem e característica	18
2.1.6 Organização Social, habitat e rituais socio-culturais	20
2.1.7 Línguas mais faladas na província do Namibe	22
2.1.8 Aspectos educacionais do Namibe	24
3 A QUESTÃO DO MULTILINGUÍSMO: LÍNGUA E ENSINO EM ANGOLA E NO NAMIBE.....	33
3.1 As relações entre realidade social e língua na perspectiva da sociolinguística	33
3.2 Multilinguismo e políticas de língua e ensino em Angola e no Namibe.....	41
3.2.1 Considerações gerais sobre política linguística em Angola: língua oficial X línguas nacionais	44
3.2.2 O ensino da língua oficial em Angola e a realidade do Namibe.....	48
3.2.3 Realidade sociolinguística e educação bilíngue no Namibe	66
4 LÍNGUA E ENSINO NA PERSPECTIVA DE JOVENS NAMIBENSES	74
4.1 Aspectos metodológicos.....	74
4.2 Uma análise sobre relação entre língua e sociedade em Namibe	78
4.3 Uma análise sobre relação entre língua e educação em Namibe	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	102
ANEXO.....	105

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que Angola é um país multilíngue e, como outros países africanos, é caracterizada pela diversidade cultural e linguística. De acordo com o levantamento linguístico do Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2014, as línguas mais faladas em Angola são: o português (71,1%), o umbundu (23%), o kikongo (8,2%), o kimbundu (7,8%), o cokwe (6,5%), o nhaneka (3,4%), o ngangela (3,1%), o fiote (2,4%), o kwanyama (2,3%), o muhumbi (2,1%), o luvale (1%); além de línguas minorizadas que, no Censo, aparecem apenas sob o rótulo de “outras línguas” (4,1%). Apesar de toda essa diversidade linguística, o português é apresentado como a língua oficial de Angola.

Sendo a única língua oficial, o português é usado nas instituições públicas e privadas e é a língua de ensino nas escolas angolanas. No entanto, apesar de o Censo apontar que 71% dos angolanos são falantes de português, é preciso considerar que pelo menos 29% da população não fala a língua. Além disso, observa-se que o instrumento não questiona o que se considera língua e prioriza dados oriundos de cidadãos de áreas urbanas. Especialmente em relação ao factor zona rural versus zona urbana, é preciso considerar que o próprio Censo aponta que nas zonas rurais há um número maior de pessoas que se declaram falantes de apenas uma língua. Outro dado relevante apontado pelo Censo é que a grande maioria dos que declaram falar mais de uma língua está na faixa da população mais jovem. A partir dos dados apresentados, observa-se que o ensino unicamente em português parece ter um duplo impacto: dificultar o acesso da população monolíngue ao ensino escolar e promover o português. Como forma de analisar a relação entre língua e ensino em Angola, neste trabalho, nos propomos analisar a constituição étnico-linguístico da província do Namibe (Angola) e a conseqüente diferença na situação de ensino de língua portuguesa pelos municípios.

Salienta-se o facto de, até o momento, ainda há poucos estudos cujo enfoque central recaia sobre essa província ao sul de Angola – particularmente quase não há estudos linguísticos e sociolinguísticos acerca desse contexto, sobretudo, relacionando-os à situação da educação em língua portuguesa.

Uma vez que ainda são escassos estudos sobre o Namibe na perspectiva das humanidades, esse trabalho pretende oferecer contribuição aos cidadãos namibenses, na medida em que se propõe a compreender a composição étnico-linguística dessa província, a fim de associar essa composição ao contexto educacional dos estudantes locais. Além disso, este trabalho traz contribuições para a sociolinguística, para as políticas linguísticas, para os estudos linguísticos de Angola de um modo geral. Neste sentido, em relação às contribuições para a sociolinguística, se propõe apresentar os grupos etnolinguísticos, a fim de que a sociedade angolana reconheça todas as demais línguas além do português, como parte das línguas faladas em Angola. No que diz respeito às políticas linguísticas, propõe-se a valorizar as línguas angolanas, de modo a que elas sejam reconhecidas, respeitadas e aceitas como língua de uso nas instituições públicas e privadas de Angola, tal como é o português. Nesse sentido, analisa a educação à luz da interface entre a Linguística e a Sociolinguística, uma vez que se entende como legítimas as diferentes variedades linguísticas e se propõe, a partir da valorização da autoestima dos alunos, a ampliar o seu repertório linguístico, com o propósito de que todos os estudantes sejam devidamente proficientes nas mais diferentes situações comunicativas.

Foram ainda objectivos desta pesquisa: inter-relacionar a situação étnico-linguístico com motivadores históricos, culturais, geográficos e políticos; observar dados oficiais acerca da educação formal do Namibe, com atenção às particularidades dos cinco municípios, e associar esses dados sobre a educação com a situação de ensino da língua portuguesa. Assim, em primeiro lugar, para darmos início ao trabalho de pesquisa, elaboramos um projecto de estudos, no qual definimos todas as etapas da pesquisa. Logo após, seguimos os passos inerentes a um trabalho científico, que contou com as seguintes fases: 1) leitura de textos teóricos; 2) escrita do referencial teórico; 3) entrevistas; 4) análise das entrevistas; 5) elaboração das conclusões. Neste sentido, explicaremos detalhadamente, cada ponto a seguir:

Na primeira fase, focamos fundamentalmente nas leituras dos textos teóricos, a fim de compreendermos os temas levantados durante a elaboração do projecto inicial.

Na fase subsequente, após a leitura dos textos, procedemos a escrita do capítulo teórico. Assim, selecionamos quatro tópicos para compor o embasamento teórico, são eles; a) situação multilinguística de Angola, neste ponto utilizamos textos de autores que abordam os aspectos da realidade linguística de Angola, em todos os aspectos; b) Legislação da educação angolana, neste tópico, trabalhamos com documentos jurídicos,

com as diretrizes da educação angolana, principalmente dos que relatam as políticas linguísticas; c) Capítulo sobre o Namibe; trabalhamos textos que nos forneceram informações gerais sobre a província do Namibe, nosso campo de estudo.

Na sequência, a fim de obter dados sobre informações relacionadas à realidade etnolinguística da província do Namibe optamos por aplicar um questionário.

Em primeiro lugar, nesse trabalho, começamos por apresentar a província do Namibe no contexto angolano, nosso campo de estudo, por existirem muitas informações no Namibe que são desconhecidas, inclusive pelos namibenses e pelos angolanos de um modo geral. Assim sendo, dedicamos o segundo capítulo para o Namibe, ao apresentarmos os dados demográficos e geográficos, as atividades econômicas, as principais etnias (com destaque à Mukubal, suas origens e características, organização social, habitat, rituais socioculturais, línguas mais faladas, e sobre a educação).

Em seguida, o terceiro capítulo foi dedicado à caracterização da situação etnolinguística e educacional em Angola e especialmente no Namibe. Para tanto, no capítulo apresentamos a fundamentação teórica e revisão de literatura, na qual foram apresentadas as discussões dos autores selecionados para este trabalho. Assim sendo, o primeiro tópico apresentado nessa seção foi sobre as relações entre realidade social e língua na perspectiva da sociolinguística. Assim, apresentamos de um modo geral o multilinguismo e políticas de língua e ensino em Angola e no Namibe, além dos temas como: o ensino da língua oficial em Angola e a realidade do Namibe.

Na sequência, no quarto capítulo, apresentamos os resultados da aplicação de um questionário entre jovens namibenses que passaram pelo ensino formal. Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho e as análises das entrevistas.

Em último lugar, no quinto capítulo deste trabalho, apresentamos os resultados das análises a partir das entrevistas realizadas.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E ETNOLINGUÍSTICOS DE ANGOLA

2.1 A província do Namibe no contexto angolano

Neste capítulo, abordaremos a província do Namibe, local de realização da presente pesquisa. De forma geral, trataremos de questões relacionadas à geografia do local, sua história, características gerais do sistema educacional, economia, demografia, além de questões etnolinguísticas.

Inicialmente, apresentaremos Angola, país em que se encontra colocalizado a província do Namibe. Assim sendo, Angola é um país africano, localizado na região sul do continente, composto por 18 províncias, sua capital é Luanda. Do ponto de vista territorial, possui uma área total de 1 246 700 km² (23°), a norte limitado pela República Democrática do Congo, a sul pela República da Namíbia, a leste pela República da Zâmbia e a oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. De acordo com os dados do último Censo populacional realizado em 2014, Angola possuía uma população com cerca de 28 milhões de habitantes, estimasse que a população atual é de cerca de 32 milhões de habitantes. Afim de demonstrarmos a localização de Angola no continente africano, segue o mapa de África com destaque para Angola.

Mapa 01: Mapa da África com destaque para Angola



Fonte: misoafriapt¹

Conforme a divisão administrativa de Angola, o Namibe é uma província de Angola, localizada na região sul do país, limitada ao norte pela província de Benguela, a leste pela província da Huíla, a oeste pelo Oceano Atlântico e ao sul pelo rio Cunene e pela República da Namíbia. A província é actualmente composta de cinco municípios, a saber: Bibala, Kamucuiu, Moçâmedes, Tômbwa e Virei., sendo a capital da atualmente chamada de Moçâmedes. Segue abaixo o mapa de Angola onde destacamos a província do Namibe e sua capital Moçâmedes.

Mapa 02: Mapa de Angola com destaque à província do Namibe

¹ Disponível em <https://misoafriapt.wordpress.com/2012/03/19/mapa-atualizado-da-africa-2012/>
Acesso em 05 jul 2019.



Fonte: Suburbano Digital²

² Disponível em <https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/01/mapa-de-angola-com-provincias-e-capitais.html>. Acesso em 05 jul 2019.

2.1.1 Divisões administrativas

Actualmente, administrativamente, cinco municípios compõem a província do Namibe, são eles: Bibala, Tombwa, Virei, Camucuío e Moçâmedes, sendo este último, a capital provincial. O mapa abaixo, se trata do mapa da província do Namibe, com destaque o município sede Namibe/Moçâmedes.

Mapa 03: Mapa da província do Namibe destacando os municípios



Fonte: FAS³

Os cinco municípios estão compostos por dez comunas, como indica o quadro abaixo.

Quadro 01: Municípios e comunas⁴ do Namibe

Municípios	Comunas
Namibe Tômbwa Virei	Forte de Santa Rita, Lucira, Bentiaba Iona, Baía dos Tigres Virei, Cainda

³ Disponível em <http://fas.co.ao/mat/fas-namibe/>. Acesso em 05 Agosto 2019.

Bibala Kamuciuo	Caitou, Lola, Capangombe Mamué, Chingo
--------------------	---

Fonte: NAMIBE, s/d, p.03

Administrativamente, o Governo Provincial é a entidade máxima da província, responsável pelos órgãos administrativos local. Entretanto, sua extensão permite representantes em cada município, localmente conhecidas como Administração Municipal ou comunal, órgãos responsáveis pela gestão do município ou da comuna. Além desses órgãos, existem outras organizações no sector privado que desempenham funções fundamentais, com principal destaque das organizações não governamentais, associações, núcleos, autoridades tradicionais, cooperativas entre outras.

A província do Namibe foi estabelecida em 1845, com a chegada dos portugueses na região, apesar de já existir história antes de sua chegada, como trataremos mais à frente ao falar dos povos autóctones. Em 1855, o então Mossâmedes foi elevado à categoria de vila, em seguida, em 1860, foi fundado o distrito de Mossâmedes, integrando desde modo os cinco distritos que formavam a colonial ultra marinha portuguesa em Angola. (PAIS, 2017, p. 17). Em 1880, Mossâmedes ascende a categoria de cidade, um dos momentos marcantes foi a marcação do plano urbano, com quarteirões similares, este momento marca o início da primeira cidade colonial, onde se destaca o Fernando da Costa Leal, o quinto governador, considerado um dos mais importante para a cidade. Os seus principais feitos foram as conclusões das obras da Fortaleza de S. Fernando, edifício da Alfândega, e a Igreja de Santo Adrião. (PAIS, 2017, p. 18). Assim sendo, o povoamento da população não autóctone se deu a partir do de 1839, com a chegada de colonos provenientes do Brasil, da revolta praieira de Pernambuco, e outros provenientes de Portugal, da Ilha da Madeira, a fim de dar início ao processo de exploração (AZEVEDO, 2014, p. 74-75). O primeiro desafio deste primeiro grupo de colonos que chegou a Mossâmedes foi lutar contra a seca prolongada do Rio Beiro, que dificultava bastante a produção agrícola para o mantimento. A permanença desse grupo no local só foi possível por causa de ajudas recebidas de Luanda e Benguela. (PAIS, 2017, p. 17). A presença dos povos autóctones na região é muito antiga, este ator, possibilitou a transformação do lugar em um posto de tráfico negreiro. Apesar disso, “Portugal teve suas tentativas de expansão adiadas e em algumas regiões nunca consolidadas no Namibe. Isso se deu devido às difíceis condições de sobrevivência no deserto somadas à resistência de diversos povos da região, como os

Herero, os Cuepes, os Gambos, entre outros.” (CARVALHO, 2019, p. 45). Nesse período, o Namibe desempenhou um papel importante para o colono, sobretudo para expansão colonial na região, uma vez que, o Namibe é banhado pelo Oceano Atlântico, facilitava o processo de transporte de escravizados.

No decorrer de todo o processo, o nome da província foi alterado várias vezes, chegou a chamar-se Angra-do-Negro. No entanto, em 1953, adota o nome Mossâmedes, mas com uma grafia diferente, ou seja, Moçâmedes, nome que permaneceu até 1985. Assim sendo, a partir deste ano, passou a chamar-se Namibe, nome que marca o início de uma nova era do pós-colonial, com a independência de Angola em 1975. (PAIS, 2017, p. 17).

2.1.2 Dados geográficos e demográficos da província do Namibe

Como mencionei em Kanusse (2020), vale destacar que a província do Namibe é a terceira menos populosa de Angola; de acordo com os resultados do censo realizado em 2014, vivem na província cerca de 495.327 habitantes, dos quais 64% vivem na área urbana e 36% vivem na área rural, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola⁵ (INE, 2016). A distribuição da população por município está demonstrada na Tabela 01 abaixo:

Tabela 01: Distribuição da população da província do Namibe por município

Município	Superfície	População
Moçâmedes	8,916	292,535
Bibala	7,612	64,504
Tombwa	18,019	55,494
Camucuío	7,452	50,349
Virei	15,092	32,445
Total	57,091	495,327

Fonte: NAMIBE, s/d, p.3.

⁵ Dados do Censo de 2014 publicados em setembro de 2016 com o título de *Resultados definitivos do Recenseamento geral da população e habitação, 2014, Província do Namibe.*

É importante ainda destacar em relação à distribuição por sexo e idade média que, do montante total da população, 255.182 são mulheres, o que corresponde a 51,5 % da população, e 240.144 são homens, correspondente a 48,5%, enquanto a média de idade da população da província é de cerca de 20 anos, tanto para as mulheres como para os homens. (INE, 2016, p.29).

No que diz respeito aos aspectos climatéricos, durante o ano inteiro, o tempo é seco, em geral a temperatura varia entre 17° a 31°. Entretanto, a variação do clima depende da região. Na região desértica, apresenta um clima tropical seco, ao passo que a parte do litoral, apresenta um clima temperado. O período chuvoso ocorre entre março e maio. Por outro lado, junho e julho são os meses mais frio do ano.

Namibe é uma província maioritariamente desértica, que vem sofrendo com a seca que assola a região sul do país, sobretudo no interior da província. A seca tem causado vários prejuízos para os habitantes da província, que vivem maioritariamente da atividade agrícola, com relatos de fome, morte de gado, improdutividade nas atividades agrícolas, entre outros. Como consequência da seca, o fenômeno da desertificação tem avançado (cf. Figura 01), abrangendo principalmente os municípios do Tômbwa, Virei e Camucuio. Sobre isso, Campos (2016, p. 122) diz que:

O Deserto do Namibe (...) Conjuga paisagens planas predominantemente arenosas, platôs rochosos e montes isolados ou formando cadeias. À exceção do Cunene, a maioria dos cursos de água é intermitente, ficando sem água a maior parte do ano. Em termos de vegetação, destaca-se a presença do mutiati (*Colophospermum mopane*), cujas folhas são aproveitadas pelo gado. (CAMPOS, 2016, p.122).

Figura 01: Deserto do Namibe



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes ^{6 7}

Na época de extrema seca, a única possibilidade que o gado tem para se alimentar em meio ao deserto é através de uma espécie de planta de caule curto, rastejante, raízes profundas, folhas largas em forma de fitas, que cresce sem ser regada e sem cultivo humano. Uma foto da *Welwitschia Mirabilis*, nome científico desta planta, encontra-se na Figura 02 abaixo.

Figura 02: *Welwitschia Mirabilis*

⁶ Para acessar as fotos publicadas pela “Administração Municipal de Moçâmedes”, acesse o link: <https://www.facebook.com/Administra%C3%A7%C3%A3o-Municipal-De-Mo%C3%A7%C3%A2medes-1473211179380654/>

⁷ Para a utilização das fotos publicadas pela rede social da Administração Municipal de Moçâmedes, foi feita uma solicitação aos responsáveis.



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

Uma das consequências do ambiente desértico, da seca e da desertificação é a migração de diversos povos que habitam o deserto do Namibe, com particular destaque aos Mukubais, que vivem da criação de gado. Assim, o fenômeno da desertificação, que é bastante drástico no Namibe, afeta a economia local com a perda de gado, a extinção e migração de várias espécies de animais por causa das alterações climáticas, a redução das atividades agrícolas, dentre outras consequências, como ilustrado por meio da figura 03.

Figura 03: Impacto da seca na comuna do Bentiaba: baixa do reservatório de água para o gado



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

Há, no entanto, algumas medidas realizadas no país com o propósito de combater o fenômeno da desertificação, especificamente na região sul do Namibe, em que o fenômeno tem tantos impactos. Segundo dados divulgados na imprensa, o governo de Angola, através dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Florestal, em 2013 lançou um projeto para combater a desertificação. Conforme apontam, o objetivo do projeto é:

“introduzir novas tecnologias que permitam o desenvolvimento sustentável das regiões seleccionadas, mapear e quantificar o recurso da superfície e da região afectada, espalhar conhecimentos sobre a desertificação e o seu combate, através de ciclos de formação, seminários e cursos de aperfeiçoamento”. (JORNAL DE ANGOLA, 2013, s/p.)⁸

Como apontei em Kanusse (2020), também o Governo Provincial do Namibe, dentro do programa de combate à desertificação, em 2010 implementou o projeto Namibe Verde, com a previsão de plantar dentro de três anos cerca de 5.000 plantas de várias espécies, conforme pode ser acompanhado por meio das figuras 04 e 05:

Figura 04: Plantação de árvores no deserto do Namibe: combate à desertificação



Fonte: ANGOP⁹

⁸ Jornal de Angola. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/combate_a_desertificacao_no_namibe. Acessado: 13/10/2019, 1h:30.

⁹ANGOP. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/0/2/Namibe-Sukyo-Mahikari-faz-manutencao-mais-mil-plantas-Tombwa.37693b7e-6a8a-4d38-8f8b-

Figura 05: Plantação de árvores do projecto Namibe Verde, deserto do Namibe



Fonte: Jornal de Angola¹⁰

2.1.3 Atividades Econômicas da província do Namibe

No que diz respeito às principais atividades econômicas desenvolvidas no Namibe, podemos destacar; a pesca, a agricultura, a pecuária, mineração e o comércio. A pesca e a agricultura são as mais representativas, correspondendo a 32% de toda a atividade desenvolvida. (INE, 2016).

O solo fértil e o clima favorável colocam a agricultura como a segunda principal atividade econômica. Assim sendo, para a prática da agricultura, são adotados dois sistemas agrícolas; Sistema regadio aluvionar e Sistema extensivo de sequeiro. Nesse domínio, em 2014, de acordo com dados do INE (2016), cerca de 30% dos agregados familiares na província do Namibe praticavam alguma actividade agrícola. Isso se deve ao facto de que parte do solo é fértil para a prática da agricultura. Na região norte, nos municípios da Bibala e Kamuciuio, onde utilizam o sistema aluvionar são cultivados cereais como: milho, massango, massambala e milho. Por outro lado, tem-se intensificado

[9d98889e4701.html?keepThis=true&TB_iframe=true&height=650&width=850&caption=Meio+Ambient](http://jornaldeangola.sapo.ao/provincias/namibe/cidade_do_namibe_combate_o_deserto)
e Acessado: 13/10/2019, 1h:45.

¹⁰ Jornal de Angola. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/provincias/namibe/cidade_do_namibe_combate_o_deserto . Acessado: 13/10/2019, 2h:25.

cada vez mais a produção de batata rena e doce, banana, feijão, tomate, cebola e aleagínosa. Assim, além de abastecerem o mercado interno, parte desses produtos têm sido destinado a exportação.

Figura 06: Feira Agrícola do Namibe



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

Figura 07: Terras para cultivo agrícola



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

O sector das pescas é o mais produtivo, constitui a principal atividade econômica do Namibe. Assim sendo, parte da captura do pescado destina-se ao consumo interno, a outra parte é exportado, isto como atividade empresarial de grande porte. Como atividade

econômica de pequeno porte, a pesca é alternativa segura para as famílias, servindo como fonte de rendimento, principalmente das famílias que residem na faixa do litoral, cerca de 7% dos agregados familiares do Namibe praticam essa atividade (INE, 2016). Apesar da pesca ser a principal atividade econômica, nos últimos anos o sector tem registrado quedas significativas, segundo Bunga (2015, p. 84), essas quedas se devem ao estado de degradação das infraestruturas de apoio a pesca, insuficiência de profissionais com qualificação na área, falência de empresas que operam no sector, e a falta de investimento. Por outro lado, de acordo com Júnior (2017, p. 46), para revitalizar o sector, é necessário investir em conjunto de equipamentos de transformação e processamento do pescado, equipamentos de conservação, em construção de oficinas de montagem, reparação e manutenção naval, apostar na formação técnica e profissional dos trabalhadores. Essa atividade econômica pode ser observada por meio da figura de número 08:

Figura 08: Porto pesqueiro do Namibe



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

A pecuária é outra atividade econômica importante praticada na região sendo que, os primeiros habitantes da região, os khoisan e vátuas eram pastores. Além disso, o principal grupo étnico, os mucubais são pastores. Este facto, fez com que a pecuária fosse uma atividade praticada no Namibe. Neste sentido, para as populações agro-pastoris e pastoris constitui um factor fundamental para a economia das populações rurais. A prática da pecuária é mais difundida nos municípios do Virei e Bibala, por apresentarem características que favorecem essa prática. O tipo de raça bovina criada é o zebu africânder, além disso, tem sido ensaiada a criação de olhas. (NAMIBE, s/d, p.7).

Figura 09: Pecuária bovina no Namibe



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

A mineração é outro sector importante para a economia local. No município do Virei há variedades de minerais, principalmente o mármore. Além disso, podemos encontrar outros metais básicos como o níquel, cobalto, fluorite, platina, ouro, urânio, zarcão, cobre e zinco. (JÚNIOR, 2017, p. 35). Na região Sul, são explorados outros mineiras como gesso, cálcio, e argila, utilizados na área de construção civil.

2.1.4 Etnias principais da província do Namibe: com destaque à Mukubal

Nessa seção vamos apresentar algumas informações sobre os diversos grupos étnicos presentes na província de Namibe. No entanto, a população é constituída, em grande parte, por grupos de origem bantu e alguns outros de origem não-bantu. Segundo Ramalho (2014, p.06), “Um destes povos, residentes perto do deserto do Namibe, eram os Himba ou Dimba, os N’guendelengos, os Cuisse e os Curocas. Mais tarde viveram na região os Cuanhamas, os Mukubais, os Khoisan ou Bosquimanes, os Nhaneca – Humbi e Hereros”. Com isso, podemos perceber que diferentes povos vivem na região, sobre esse tema afirma Rosa Melo (2005):

Tal como sucedeu noutras regiões de África e, particularmente, de Angola, os Bantu que habitam a região Sul deste país também se fraccionaram em diversos grupos étnicos que se distinguem entre si pela sua indumentária, pela língua, pelas suas formas artísticas, pelo tocado, pelos sinais infligidos no corpo, pelos etnónimos e pelas manifestações de consciência identitária. São eles os Handa, os Nkhumbi, os Muila, os Nyaneka, entre outros. (MELO, 2005, p.166).

Quanto à diversidade étnica, os subgrupos dos Himba ou Dimba, os N'guendelengos, os Cuisse, Ovimbundus, os Curocas, os Cuanhamas, os Mukubais, Cuisses, os Nhaneca – Humbi e Hereros (bantus) e os Khoisan e Vatuas (não bantu), são os subgrupos que predominam na província do Namibe. Além desses, há outros subgrupos que devido ao número reduzidos de integrantes, não são contabilizados tampouco citados dos levantamentos demográficos. Desse modo, os Himbas são conhecidos como descendentes dos Hereros, os Cuisses como é o povo que fica isolado nas montanhas, os Curocas são povos que se estabeleceram a margem da foz do rio Curoca, no extremo sul da província, ao passo que os Khoisan e Vatuas vivem em pequenas comunidades do deserto do Namibe e na serra da Leba. (Carvalho, 2019, p. 47). Conforme a constatação, vivem no Namibe vários grupos, porém, destacaremos os subgrupos dos Mucubais por serem considerados o símbolo da cultura local no cenário nacional e internacional. Para Carvalho (2019, p. 47) “os *Mucubal/Kuvale* são considerados, portanto, “sobreviventes” dos povos *Herero* e têm uma presença expressiva na sociedade namibense, sendo vastamente conhecidos como pastores de itinerantes, estendendo-se para além de Angola”.

2.1.5 Origem e característica

Quanto às suas origens, acredita-se que povo Cuvale¹¹ (Mukubais) seja proveniente da África Oriental. Os países que compõem esta região são: Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Seychelles, Moçambique, Somália, Tanzânia, Burundi, Ruanda, Uganda, Zimbabwe, Zâmbia e Malawi. Assim sendo, a entrada por Angola, foi no século XVI, isto é, na região leste do país, passando pelo planalto central,

¹¹ *Cuvale* identifica o plural de *mukubal*. Assim sendo, observa-se que a expressão plural *mukubais* é aportuguesada.

concretamente na província do Bié, antes de se instalarem f no deserto do Namibe e na Serra da Chela. (KANUSSE, 2020). Em função disso:

Reza a história, ainda pouco explorada e publicada, que esta comunidade nómada e folclórica descende de povos camitas, bantus, que foram pela primeira vez referenciados em 1785. Segundo estudos do compêndio História de Angola, publicado em 1965, pelo Centro de Estudos Angolanos, o povo Helelo, Herero ou Ovahelero de que provêm os Cuvale (mukubais) terá saído da região dos Grandes Lagos, por volta do Séc. XVI. (ANGOP, 2013, s/p.)¹².

Este grupo mantém conservadas os seus hábitos, costumes, tradições e sua língua. Como tradicionais pastores e criadores de gado, vivem essencialmente da atividade do pastoreio.

Em função da situação adversa em que vivem, escassez de água, devido a seca que se registra, os mucubais desenvolveram um método pastoril que “busca a manutenção e reprodução física dos animais em condições climáticas adversas, de forma que eles continuem produzindo leite e carne de forma sustentável para a reprodução do rebanho”. (CARVALHO, 2019, p. 47). Nesse sentido, apesar de serem pastores e criadores de gado por natureza, a base de sua alimentação é constituída por cereais, como massango e massambala. Atualmente, os desafios para esse grupo étnico são de outras naturezas, como os processos de desertificação e transformação do solo para a prática da agricultura, com o objetivo de produzir cereais para o sustento.

A priori, vestuários e acessórios constituem uma das marcas de identificação do povo Mukubal, como revelado pela figura de número 10. Desse modo:

Trata-se de um povo inconfundível, que se difere dos povos civilizados com as suas típicas pulseiras, missangas e turbante de pele de carneiro, que são enfeites indispensáveis nas mulheres. Já os homens apresentam diferentes tipos de cabelo, cada um com o seu significado. (MUKUBAIS, s/d)¹³.

O Mucubal (Figura 97), de modo geral, serra os dentes da arcada de cima e arranca 4 dentes da inferior, este sinal serve de identificação com relação a outros povos – como se fosse um documento–quem não o fizer, é discriminado e não participará de muitos dos rituais do grupo.

¹² Site da ANGOP: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/lazer-e-cultura/2013/7/32/Treinados-pelo-deserto-Mucubais-atraem-turistas,c0e03789-b2a2-4df7-af79-b50b1a983f4d.html?version=mobile.

¹³ MUKUBAIS. Disponível em <https://mukubais.com/as-tribos/tribo-mucubais/>. Acesso em 05/10/2019.

Outra identificação dos jovens em ambos sexos, é o uso de um osso no pescoço como colar, o chamado *Etchipa Lhopofhingo*, para a beleza. (LUCIO e SABBA, 2015, p.284)

Figura 10: Mukubais



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

Em uma primeira análise, os Herero, Nyaneka Nkumbi e o Mukubal fisicamente apresentam traços semelhantes, porém há um diferencial que distingue o Mukubal de outros dois, os dentes. Assim sendo, a autenticidade de um membro é feita através de um processo que consiste em cerrar o dente: “a lima dos dentes incisivos inferiores” Angop (2013). Segundo explicações, este processo de extração dos dentes, que era feito apenas com um pau e uma pedra pelas primeiras gerações da comunidade Herero serve para aferir se alguém “é ou não Cuvale de gema”.

2.1.6 Organização Social, habitat e rituais socioculturais

Do ponto de vista da organização social, eles vivem em pequenos grupos em comunidades isoladas dos centros urbanos e são nômadas. Apesar de praticarem a poligamia, o adultério não é permitido, a pratica do adultério é punível por muitas

elevadas. (LÚCIO E SABBA, 2015, p. 2015). “A primeira casa, é a principal (*Odjuhoyomahalo*), onde vive o mais velho ou o ancião. (...). Em toda aldeia Himba, há sempre um curral no meio, vigiado por um fogo sagrado chamado *Okuruwo*, utilizado (...) para contactar os ancestrais (...)”. (LÚCIO E SABBA, 2015, p. 282). Em alguns aspectos se assemelham a algumas comunidades indígenas que vivem no Brasil. Fundamentalmente, a aproximação entre diversas populações indígenas brasileiras e a etnia mukubal angolana é que ambas são sociedades tradicionais, tal como define o Decreto Federal do governo do Brasil:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto Federal nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2000, Brasil).

No que se refere a esse grupo étnico angolano, é importante frisar que o amor ao gado constitui o grande diferencial dos mukubais. Assim sendo:

Cada Mukubal dispõe de um kimbo (várias cubatas dispostas em círculos, onde o patriarca reúne todas as mulheres e família, vivendo em harmonia e trabalhando no campo). Contraem matrimónio dentro do mesmo grupo, uma vez que não admitem cruzamentos com outros grupos. São poligâmicos. A casa é feita de areia, com esterco de boi, complementada por paus que fazem o papel de porta. Apesar do material rudimentar, os espaços são seguros e, segundo relatos, chegam a resistir à chuva, sem qualquer infiltração. (ANGOP, 2013)¹⁴.

O grupo possui hábitos e tradições muito fortes e enraizados na cultura. Os principais rituais praticados são; o efico, é o ritual de transição entre a adolescência e a fase adulta, exclusivo e obrigatório para as meninas dos 13 anos em diante. Etoqui, é o ritual realizados pelos homens com idade compreendida entre 17 aos 25 anos de idade, visa realizar diferentes tipos de cortes de cabelo. Vale salientar que este ritual por parte

¹⁴ Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/lazer-e-cultura/2013/7/32/Treinados-pelo-deserto-Mucubais-atraem-turistas,c0e03789-b2a2-4df7-af79-b50b1a983f4d.html?version=mobile. Acesso em 25/10/2019.

dos homens, só termina após contrair o matrimônio. (LÚCIO E SABBA, 2015). O outro ritual importante, é o funeral, nessa ocasião, vários gados são mortos como sinônimo de honra e riqueza do malgrado. Sabe-se que, apesar de serem criadores de gado, somente em ocasiões especiais abatem o boi para o consumo. Os Mukubais possuem hábitos e costumes bastante interessantes, porém, são pouco estudados pelos linguistas, educadores, arqueólogos, historiadores e antropólogos de todo planeta.

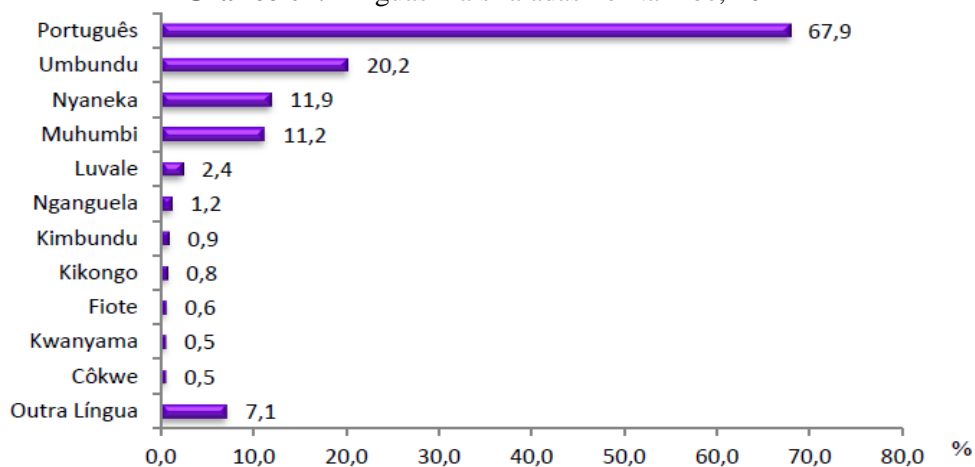
2.1.7 Línguas mais faladas na província do Namibe

Sabe-se que Angola é um país multilíngue. Assim como outros países africanos, caracterizados pela diversidade cultural e linguística, Angola não é diferente. Assim sendo, boa parte das línguas faladas em Angola é de origem Bantu. Apesar de ter falantes espalhados por todo o país, existem regiões onde cada uma das línguas de origem Bantu é predominante. Vale salientar que o português é a língua oficial de Angola. Em função desse panorama, a situação linguística do Namibe reflete em muito o cenário nacional.

Assim sendo, as línguas mais faladas na província do Namibe são: Português 67,9% , Umbundu 20,2%, Nyaneka 11,9%, Muhumbi 11,2%, Luvale 2,4%, Nganguela 1,2%, Kimbundu 0,9%, Kikongo 0,8%, Fiote 0,6%, Kwanhama 0,5%, Cômwe 0,5%, e as outras línguas faladas correspondem a 7,1%. Vale salientar que, o critério usado pelo INE, em nosso entender, é excludente, uma vez que o levantamento privilegia as línguas com maiores número de falantes, assim sendo, existem outras línguas minoritárias, ou seja, com pouco número de falantes, que em função do critério utilizado são praticamente excluídas, se quer aparecem nas estatísticas. Nos documentos oficiais, como é o caso do resultado do relatório final do censo, são rotuladas como “outras línguas”, isso em função de haver poucos falantes, tal como podemos constatar nos dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2016)¹⁵ a partir do gráfico 01 e do mapa 04:

¹⁵ Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação – 2014 Província do Namibe, página 38.

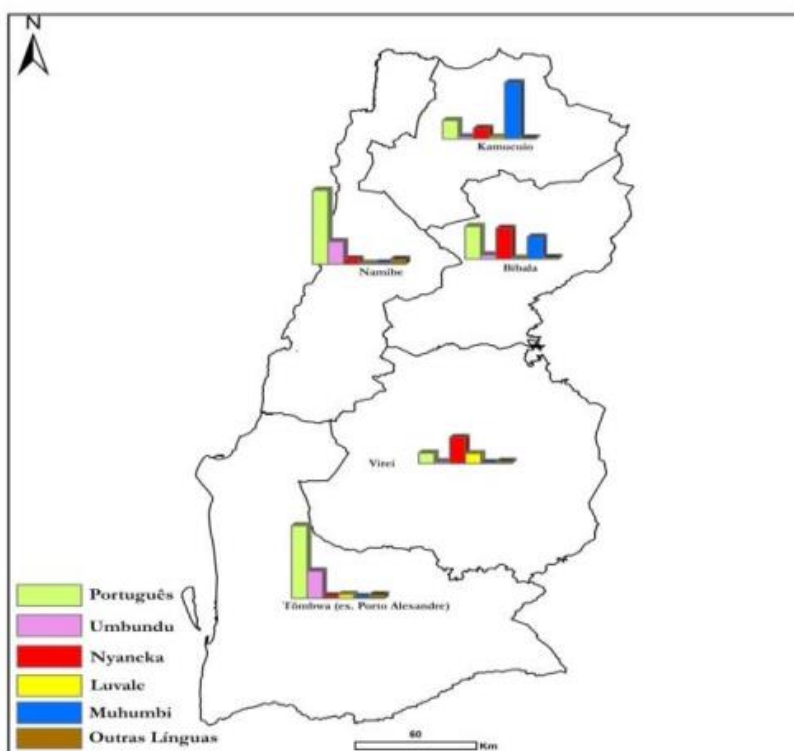
Gráfico 01: Línguas mais faladas no Namibe, 2014



16

Fonte: INE, 2016, p.38.

Mapa 04: Línguas mais faladas por município



Fonte: INE, 2016, p.38.

Em conformidade com os dados apresentados, o português é a língua mais falada pelos Namibenses, com o total de 68% da população, apresentando um maior domínio

nas áreas urbanas, onde chega a 87,9% de falantes. Por sua vez, os falantes da área rural correspondem a 32,3%, conforme indica a tabela 02:

Tabela 02: População Namibense com 2 ou mais anos de idade que fala o português por área de residência, 2014

Província e área de residência	Português	
	Nº	%
Namibe	310 941	67,9
Urbana	257 719	87,9
Rural	53 222	32,3

17

Fonte: INE, 2016, p.38.

2.1.8 Aspectos educacionais do Namibe

A educação constitui a base primordial de qualquer sociedade que almeja o desenvolvimento, assim sendo é fundamental que se invista seriamente neste sector. No contexto atual, onde há cada vez mais desigualdade social, a aquisição de conhecimentos, títulos acadêmicos, por conseguinte, possibilitam o desenvolvimento e o crescimento financeiro entre os povos. Dessa forma, é de suma importância que se dê a todos os cidadãos uma educação de qualidade, com vistas a equilibrar as nossas sociedades, tal como enfatiza Filipe Zau (2009):

Num mundo globalizado, onde reina a tecnologia e onde se agravam as desigualdades da qualidade de vida das populações, só a aquisição de um adequado nível de conhecimentos constitui factor de crescimento económico e de desenvolvimento dos povos. Isto faz com que a educação seja vista a várias escalas de análise, cada uma delas exigindo medidas de intervenção adequadas, já que a chave da alteração de fundo das condições de desenvolvimento de um país se encontra na educação e na formação profissional dos seus recursos humanos. (ZAU, 2009, p. 7).

Em primeiro lugar, a educação na província do Namibe é gerida pelo Governo Provincial, através da Direção Provincial da Educação. Assim sendo, o funcionamento e organização do sistema de ensino é estabelecido pelo governo central, pelo Ministério da

¹⁷ Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação – 2014 província do Namibe, página 38

Educação. Com um intuito ilustrativo, segue a figura de número 11, que representa uma sala de aula localizada na província em questão:

Figura 11: Sala de aula de umas das escolas do ensino primário do Namibe



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

Em uma primeira análise, a província do Namibe conta com cerca de 64% da população alfabetizada, sendo que 83% corresponde à população residente na área urbana e 29% corresponde à população residente na área rural. Por sua vez, quanto ao gênero constata-se que o número de homens que sabem ler e escrever é maior que as mulheres, apresentando a seguinte porcentagem: homens 74% e mulheres 55%, no que se refere à população com 15 ou mais anos de idade. Isso de acordo com dados do INE (2016), conforme nos mostram a tabela 03 e o gráfico02.

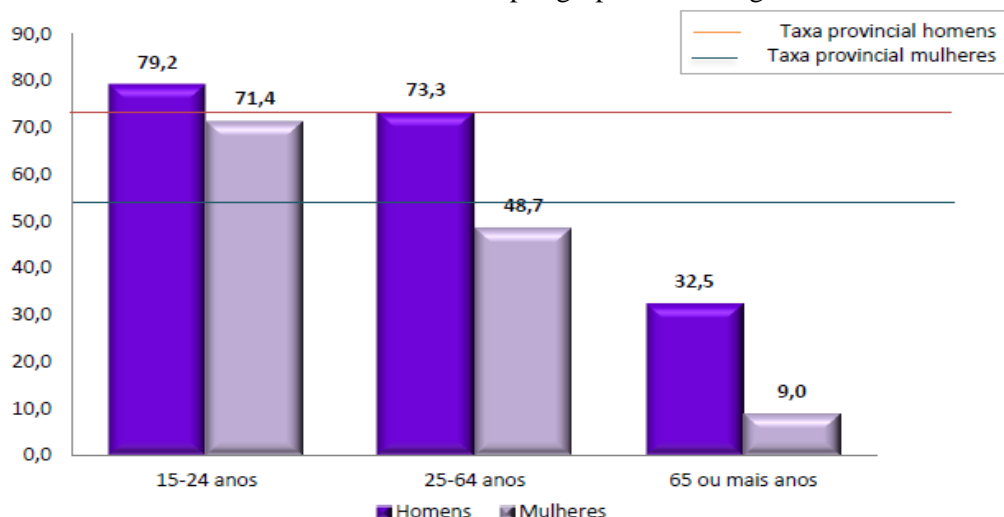
Tabela 03: Taxa de alfabetismo por área de residência, segundo gênero, 2014

Província e área de residência	Total	Homens	Mulheres
Namibe	64,3	74,1	55,4
Urbana	83,3	91,1	75,9
Rural	29,1	41,0	18,8

Fonte: INE (2016)¹⁸

¹⁸ INE. Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação (2014) Província do Namibe, página 39.

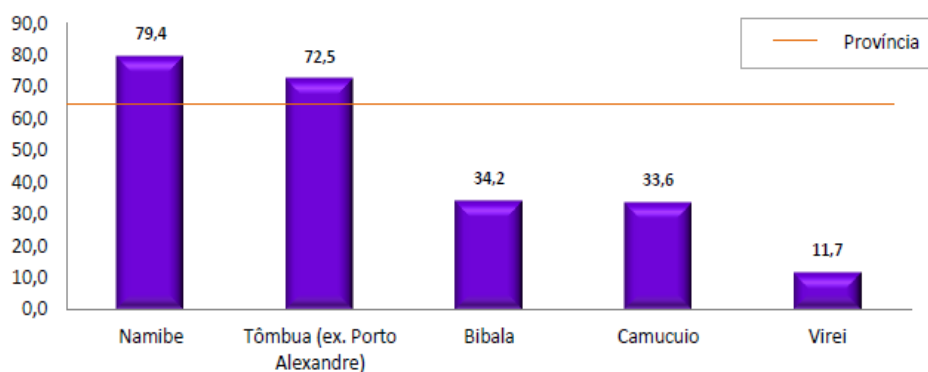
Gráfico 02: Taxa de alfabetismo por grupos etários e gênero, 2014



Fonte: INE (2016)¹⁹

Há de se considerar que entre cinco municípios, a taxa mais baixa encontra-se no município do Virei, onde apenas 12% da população sabe ler e escrever, ou seja, em cada 10 pessoas, apenas uma sabe ler e escrever. Dada a essa realidade, vale salientar que o município do Virei é habitado majoritariamente pelos mukubais. Assim sendo, eles não são falantes de português, em função dos seus diferentes hábitos culturais não frequentam a escola formal, ou seja, o funcionamento da escola formal no Virei não se enquadra com o estilo de vida que eles têm. Com finalidade de inverter esse quadro, há necessidade de adaptar o funcionamento das escolas de acordo com os seus hábitos culturais.

Gráfico 03: Taxa de alfabetismo por municípios, 2014



Fonte: INE (2016)²⁰

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

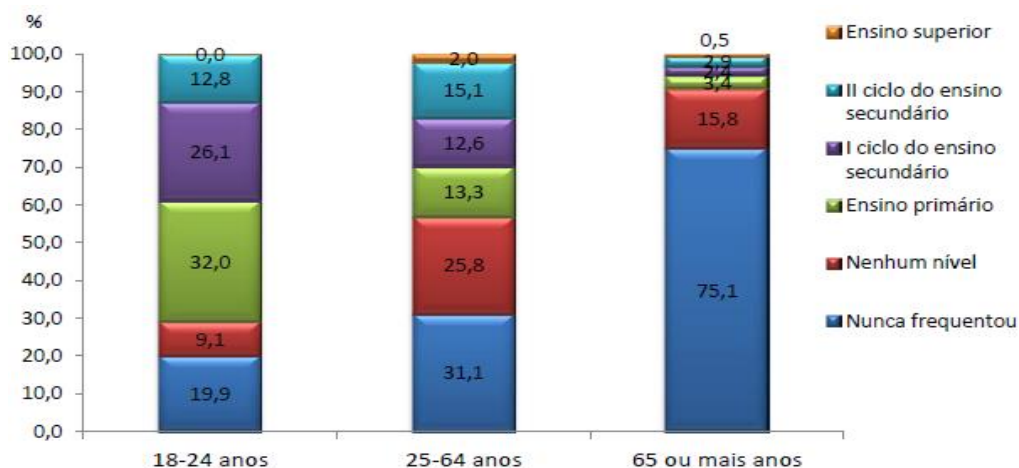
É possível destacar que, até 2014, somente 14% da população namibense com 18 ou mais anos de idade tinha o ensino médio concluído. Todavia, na mesma faixa etária, apenas 18% da população tinha o ensino primário concluído, da iniciação até a 6ª classe. Assim sendo, da população que tem entre 18 a 24 anos de idade, apenas 13% tinham o ensino médio concluído, sendo que dos 25 aos 64 anos de idade, apenas 15% tinha concluído o ensino médio, dos 65 anos somente 3% tinham concluído o médio, conforme atestam a tabela 04 e o gráfico 04:

Tabela 04: População com 18 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade concluído, 2014

Província	Nunca frequentou	Nenhum nível	Ensino primário	I ciclo do ensino secundário	II ciclo do ensino secundário	Ensino superior
Namibe	30,0	20,6	18,2	16,0	13,9	1,4

Fonte: INE (2016)²¹

Gráfico 04: População com 18 ou mais anos por grupos etários, segundo o nível de escolaridade concluído, 2014



Fonte: INE (2016)²²

²¹ Idem.

²² Idem.

Os dados do INE (2014) demonstraram que o município do Namibe, hoje Moçâmedes, detém os melhores índices de educação e alfabetização, quando comparado com outros municípios. Ainda assim, há um número elevado de crianças em idade escolar fora do sistema de ensino escolar, sobretudo nos bairros periféricos. Para Bunga (2015, p. 95) insuficiência de salas de aulas, mau estado de conservação das escolas, inadequação dos calendários escolares com as atividades das comunidades, falta de professores, estão entre os factores que contribuem para esta realidade. O investimento da educação é um passo significativo para a melhoria das vidas das populações principalmente os mais desfavorecidos, sendo que para a realidade do Namibe, de um modo geral de Angola, se livrar da pobreza muita das vezes a educação formal é a saída. “A maioria das escolas carece de corpo docente e pessoal administrativo, equipamentos adequados ao desenvolvimento da atividade pedagógica e de recursos financeiros para a sua manutenção. Ainda se recorre ao recrutamento de docentes sem agregação pedagógica” (BUNGA, 2015, p. 95).

É importante salientar que há um número considerável de crianças, adolescentes, jovens e adultos que se encontram fora do sistema de ensino. Assim sendo, 28% da população namibense, com idade compreendida entre 5 aos 18 anos idade, até 2014, encontravam-se fora do sistema de ensino. Nesse aspecto, os rapazes com 5 a 11 anos e a faixa etária dos 12 aos 14 anos lideram o grupo da população fora do sistema de ensino. No entanto, as raparigas dos 15 aos 18, por sua vez, são as que mais estiveram fora do sistema de ensino na província do Namibe. Acerca dessas informações, é pertinente consultar a tabela 05 e o gráfico 05:

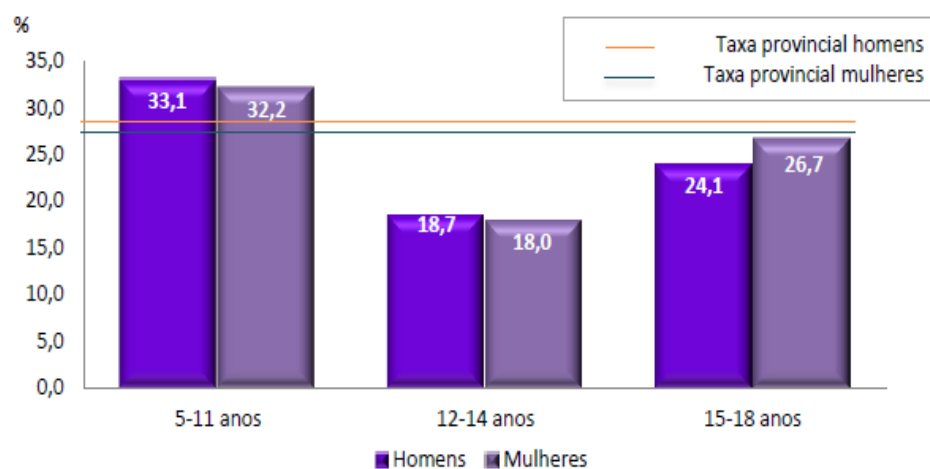
Tabela 05: População com 5-18 anos fora do sistema de ensino, segundo o gênero, 2014

Província	Fora do sistema de ensino					
	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Namibe	52 620	28,2	25 888	28,3	26 733	28,2

Fonte: INE (2016)²³

²³ Idem.

Gráfico 05: População com 5-18 anos fora do sistema de ensino por grupo etário e gênero, 2014



Fonte: INE (2016)²⁴

O ensino superior no Namibe foi estabelecido no ano letivo de 2004/ 2005, com a inauguração da Escola Superior Politécnico do Namibe, na época como um polo da Universidade Agostinho Neto. Actualmente, o Namibe dispõe de quatro instituições do ensino superior, nomeadamente a Escola Superior Politécnica do Namibe (cf. Figura 12), Instituto Gregório Semedo, a Escola Superior Pedagógica, e a Academia de Pesca, hoje denominado Universidade do Namibe (cf. Figura 13). A província conta com quatro instituições de ensino superior que são: Escola Superior Politécnica do Namibe (cf. Figura 12), Escola Superior Pedagógica do Namibe, Academia de Pesca e Ciências do mar do Namibe (cf. Figura 13), e Universidade Gregório Semedo, única instituição privada de ensino superior. Assim sendo, em 2014, a dimensão da população com 24 anos com nível superior concluído representava (cf. Figura 13) 2% da população, sendo que os homens representavam 2%, e as mulheres 1% (cf. Tabela 06 e Gráfico 06). Por sua vez, entre os municípios, Moçamedes, representa a maior porção com 3% da população com nível superior concluído, em seguida o município do Tômbwa com 1%, os outros três representam uma porção inferior a 0,5%.

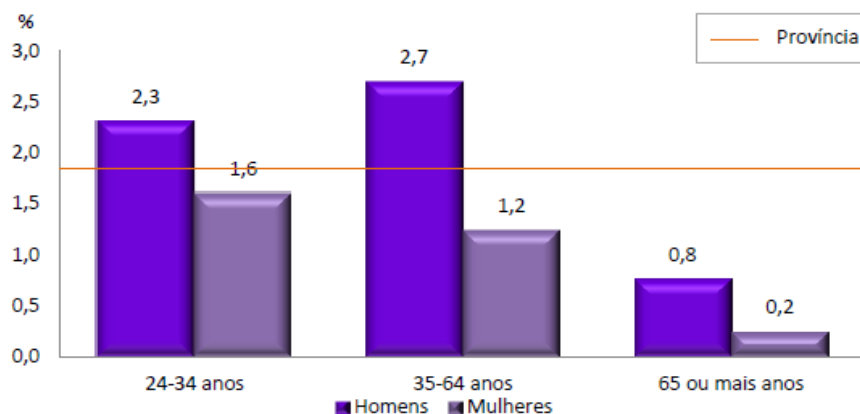
²⁴ Idem.

Tabela 06: População com 24 ou mais anos que completou o ensino superior, segundo o gênero, 2014

Província	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Namibe	3 109	1,9	1 921	2,4	1 188	1,3

Fonte: INE (2016)²⁵

Gráfico 06: População com 24 anos ou mais que completou o ensino superior por grupo etário e gênero, 2014



Fonte: INE (2016)²⁶

As informações apresentadas no gráfico acima (Gráfico 06), comprovam a grande dificuldade da expansão do ensino universitário na província do Namibe, quer seja pelas instituições públicas, assim como as particulares. Assim, vale salientar que o ensino universitário no Namibe é bastante novo, ou seja, as primeiras turmas tiveram o seu início nos anos 2004/2005. Deste modo, a falta de mais instituições de ensino superior, é o principal factor de existirem poucos namibenses com nível superior. Hoje, apesar de haver um crescimento a nível do ensino superior, ainda está muito longe do ideal. Em relação a faixa etária, a superioridade da faixa dos 35-64 anos, acreditamos ser pelo facto de existirem mais vagas nas instituições particulares, e não existirem programa de bolsa ou financiamento de estudo. Assim sendo, grande parte dessas vagas são preenchidas pela classe trabalhadora, que têm condições para financiar, e esta classe abrange maioritariamente a faixa dos 30 a 64 anos, geralmente homens, o que também justifica a superioridade dos homens em relação as mulheres. Por tanto, sendo o ensino superior, um nível de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer sociedade, faz-se necessário investir no sector. Nesse sentido, é surgente a expansão do ensino superior por

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

toda a província, criação de políticas públicas de ingresso e permanência no ensino superior, principalmente aquelas que garantam a igualdade de gênero, inclusão da classe vulnerável, principalmente do ponto de vista socioeconômico.

Figura 12: Formandos da Escola Superior Politécnica do Namibe



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

Figura 13: Academia de Pesca e Ciências do mar do Namibe, a mais recente
Instituição de Ensino Superior do Namibe



Fonte: Administração Municipal de Moçâmedes

No âmbito da expansão do ensino universitário, surge o maior projecto nesta vertente, que foi a construção da Academia de Pescas e Ciências do Mar do Namibe (Figura 13), actualmente Universidade do Namibe. Trata-se de uma instituição do ensino superior, voltada a formar cidadãos nas áreas de pescas, principal atividade econômica da província, assim como nas áreas de Ciências Naturais, Humanas, Sociais, Engenharias e Tecnologias. Além disso, a instituição tem ajudado a elevar o maior número de jovens namibenses com formação superior.

3. A QUESTÃO DO MULTILINGUÍSMO: LÍNGUA E ENSINO EM ANGOLA E NO NAMIBE

Para começar, nesta seção, abordaremos de um modo geral a realidade linguística de Angola, em particular da província do Namibe, que é o nosso campo de estudo. Assim sendo, o objectivo desta sessão é apresentar a realidade das línguas e suas funções na sociedade namibense e angolana de um modo geral. Neste sentido, nessa sessão desenvolvemos os seguintes temas: 1- As relações entre realidade social e língua na perspectiva da sociolinguística; 2- multilinguismo e políticas de língua e ensino em Angola e no Namibe; 3- Considerações gerais sobre política linguística em Angola: língua oficial X línguas nacionais; 4- O ensino da língua oficial em Angola e a realidade do Namibe; 5- Realidade sociolinguística e educação bilíngue no Namibe.

3.1 As relações entre realidade social e língua na perspectiva da sociolinguística

No que concerne à Ciência Linguística, podemos encontrar duas subdivisões, nomeadamente a *microlinguística* e *macrolinguística*, ou seja, a língua pode ser estudada do ponto de vista interno e externo. Assim, o estudo da língua do ponto de vista externo nos permite relacionar a linguística com outras áreas do saber. No caso da Sociolinguística, relaciona-se a Linguística e a Sociologia, fazendo um estudo do comportamento linguístico ou da língua de uma sociedade. Sobre este viés, a língua(gem) é um dos principais elementos de identificação de uma comunidade, através dela é possível identificar o comportamento social de um determinado grupo. Além disso, qualquer comunidade linguística é marcada pela diversidade e pela variação, ou seja, os indivíduos que constituem qualquer comunidade podem apresentar diferenças na sua forma de falar – é justamente sobre essas particularidades e diferenças que a Sociolinguística se dedica a estudar.

Evidentemente, as comunidades não são homogêneas, tal como as línguas que falam não o são. Este facto permite-nos encontrar variedades linguísticas em diferentes lugares, também conhecida como variação diatópica. Por exemplo, no caso do umbundu – língua falada maioritariamente no Centro e Sul de Angola – conforme a região, é falada de um modo diferente, como é o caso da palavra mongwa (sal), que no centro do país é

pronunciado vongwa (sal), fenômeno que acontece com o português, inglês, espanhol, e assim por diante. À medida que o tempo passa, há mudanças na sociedade, no comportamento social, inclusive na língua, ou seja, a língua não se mantém estática, muda em função do tempo também, ao que chamamos de variação diacrônica. Assim sendo, essas mudanças que ocorrem através do tempo e de outros factores, apesar de ser um fenômeno natural das línguas de um modo geral, por parte de alguns, não são bem-vistas, tampouco aceitas. Nesse sentido:

Se as línguas naturais humanas consistem em sistemas organizados de forma e conteúdo, seria estranho que a variação não fosse uma de suas propriedades mais marcantes e significativas. Na realidade, a diversidade é uma propriedade funcional e inerente aos sistemas linguísticos e o papel da Sociolinguística é exatamente enfocá-la como objeto de estudo, em suas determinações linguísticas e não-linguísticas. (CAMACHO, 2001, p. 53).

O reflexo dos factores que influenciam no comportamento linguístico do indivíduo pode ser constatado no estudo desenvolvido por William Labov, em 1962: a estratificação social do (r) nas lojas de departamentos na cidade de Nova York. Nesse estudo, o autor procura compreender as variações fonológicas surgidas a partir da consoante (r) em posição pós-vocálica, observando as condições sociais dos falantes nova-iorquinos. Em suma, os resultados confirmaram a existência da estratificação do (r) nas três lojas selecionadas, trata-se de lojas com diferentes públicos. Labov ordena os grupos pelo uso distinto de (r-1), que implicam a estratificação por factores extralinguísticos. Assim sendo, as variações foram motivadas por diversos factores, dos quais podemos destacar o geográfico e o socioeconômico. Nota-se que, acerca do factor geográfico, os falantes de uma mesma comunidade, em função do contacto entre si, associado a cultura do lugar, adquirem falas semelhantes, conseqüentemente diferenciando-se de outras comunidades que têm a mesma língua.

Segundo Lucchesi (2015, p. 63), uma das características de uma *comunidade de fala* é que seus membros compartilham a mesma norma, ou seja, “normas compartilhadas, isto é, atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis linguísticas”. Este fenômeno entre as comunidades de fala acontece na dimensão continental, país, província (estado), município, e assim por diante. Assim sendo, quando se trata de um país, podemos encontrar casos específicos de cada região concentrada, como por exemplo características linguísticas das províncias do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste.

De acordo com o estudo realizado por Labov (2008), dentre os factores extralinguísticos, o socioeconômico consta entre os que mais influenciam na variação, ou seja, trata-se de questões de ordem social e econômica. Nesse sentido, o nível acadêmico, o status social, a atividade profissional, a renda familiar, estes e outros factores impactam diretamente no comportamento linguístico de um indivíduo. Nesse sentido, o valor de cada variação depende do poder dos falantes, ou seja, determinada variante praticada por pessoas que detêm o poder econômico passa a ser a detentora do prestígio social, ao passo que, as variantes faladas por pessoas sem prestígio socioeconômico passam a ser estigmatizadas, desvalorizadas. Em função do prestígio que se dá a uma variante, as autoridades institucionalizam-nas nos meios de comunicação social, no sistema escolar, nos órgãos do Estado, nas instituições governamentais e políticas. Sendo assim, sob este teor, Camacho (2001) afirma:

As formas em variação adquirem valores em função do poder e da autoridade que os falantes detêm nas relações econômicas e culturais. Assim, uma variante, como presença de marca de plural no sintagma nominal, é conhecida como detentora de prestígio social entre os membros da comunidade, sendo por isso chamada variante padrão ou de prestígio. Já sua alternativa, a ausência de marca de plural, é conhecida como variante não padrão ou estigmatizada. (CAMACHO, 2001, p. 59).

Obviamente, essa forte desaprovação por parte dos grupos estigmatizados é um recado expresso de que a língua não é apenas um instrumento de comunicação. Ela é usada por certos grupos como meio para excluir e marginalizar indivíduos que não se enquadram dentro de um padrão social, reforçando cada vez mais a relação de dominadores e explorados, perpetuando a herança da classe privilegiada. Além disso, do ponto de vista histórico, essa polarização por classe, pela diferença da fala, é uma herança colonial, onde se opunham, principalmente, dois interesses conflitantes: de um lado, os assimilados, isto é, aqueles que renegavam a cultura africana para adquirir a cultura europeia – no caso em específico a portuguesa –, a fim de falar tal igual os dominadores; e, de outro lado, tínhamos os chamados “não assimilados”, que eram aqueles que não aceitavam deixar a sua cultura africana, resistindo inclusive no jeito de falar, por isso, eram considerados como gente não civilizada, sem cultura, sem educação, analfabetos. Dessa forma, o que seria um meio para socialização, como a polarização, tem se transformado em uma linha divisória entre os dois extremos, como afirma Lucchesi (2015):

O estigma sobre as variedades de língua das populações pobres, excluídas do universo superior do letramento, atua de forma decisiva na construção de uma cosmovisão estratificada e rigidamente hierarquizada, naturalizando as relações de dominação política e de exploração econômica. Dessa forma, os fatores sociais atuam como um importante mecanismo de reforço e sedimentação dos mitos, estereótipos, dogmas e preconceitos que plasmam a visão hegemônica de língua na sociedade. E nem mesmo o advento, nas últimas décadas, da nova era da informação, produzida pela terceira revolução industrial, alterou esse estado de coisas. (LUCCHESI, 2015, p. 18).

Inicialmente, em relação a educação e a sociolinguística, vale salientar que dentro da Linguística, existem vários ramos que estudam a língua nas mais diversas perspectivas. Há um ramo da linguística que estuda especificamente a relação entre a língua e a sociedade, que é a Sociolinguística. Por sua vez, dentro da Sociolinguística, existe um outro sub-ramo que se dedica a compreender como as diferenças e mudanças linguísticas devem ser tratadas dentro da sala de aula. Trata-se da Sociolinguística educacional, tal como afirma Lúcia Cyranka (2006):

[...] a Sociolinguística aplicada à educação se concentra no estudo das questões ligadas à variação e à mudança linguística, que repercutem no processo escolar de ampliação da competência comunicativa dos alunos. A escola e o ensino de línguas são, portanto, alvo dessa vertente da Sociolinguística. (CYRANKA, 2006, p.167).

A escola congrega alunos de vários extratos sociais diferentes. Em função dessas diferenças, cada aluno traz consigo uma realidade linguística diferente dos demais colegas, isso em função da realidade socioeconômica a que pertencem. Dessa forma, comprova-se o pressuposto fundamental da Sociolinguística, ou seja, a língua não é um fenômeno homogêneo, que pode ser analisado de uma única forma, pois há fenômenos variáveis que interferem na realização linguística, tais como a realidade socioeconômica, a região do falante, idade, gênero, etnia, entre outros. Neste caso:

É a Sociolinguística Educacional que nasce, trazendo a possibilidade de se proceder a uma grave revisão nos programas relativos à tarefa precípua da escola de levar os alunos a desenvolverem sua competência comunicativa tanto na modalidade falada quanto na escrita. (CYRANKA, 2015, p. 32).

O professor precisa identificar esses elementos variáveis e trabalhar a autoestima do aluno, sobretudo quando perceber que o aluno é proveniente de lugares desfavorecidos e estigmatizados, de modo que este não se sinta excluído do meio social. Inclusive, essa tem sido uma das propostas da Sociolinguística Educacional, como realça Cyranka (2006):

A Sociolinguística Educacional propõe que se leve para as salas de aula a discussão sobre a variação linguística, orientando os alunos a reconhecerem as diferenças dialetais e, mais importante, a compreenderem que essas diferenças são normais, legítimas e que devem ser consideradas na seleção das estruturas a serem utilizadas, a depender das condições de produção, isto é, das necessidades do leitor/ escritor, falante /interlocutor, a partir do contexto em que se encontra. (CYRANKA, 2006, p. 169).

Com a finalidade de se preparar o aluno para lidar com as diferenças linguísticas em sala de aula sem estigmatizá-lo, Cyranka (2016, p. 172) faz a seguinte recomendação: “De qualquer modo, é recomendável que a reflexão sociolinguística faça parte da vida escolar desde os primeiros anos, para que se vá construindo uma concepção de linguagem que a compreenda como forma de interação”. Portanto, a Sociolinguística Educacional propõe ao ensino de língua portuguesa outra concepção de linguagem – diferente da proposta normativa – e um campo que traz recursos para o bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem, não só para os professores de língua portuguesa, assim como de outras disciplinas.

A escola precisa valorizar as variedades que socialmente são estigmatizadas, compreendendo que essas variedades são linguisticamente iguais às outras e, por isso, podem certamente servir de código de comunicação em função da adaptação ao contexto social. É possível ensinar a norma culta, portanto, sem reprovar as variedades que os alunos de camadas populares trazem consigo. Assim sendo, a escola estaria a recuperar a autoestima desse aluno, respeitando sua cultura e sua comunidade linguística. Para esse efeito, Zilles e Faraco (2015) propõem

que os professores desenvolvam uma pedagogia da variação linguística, a partir do reconhecimento de que não existem erros nos usos que os falantes fazem de sua língua materna, sendo necessário desconstruir modos de pensar equivocados, principalmente no trabalho escolar com a linguagem. (ZILLES; FARACO, 2015, p. 33).

Além do ensino para a formação integral, o outro papel da escola é o de inclusão social. Assim sendo, os professores precisam trabalhar com os alunos de maneira que estes possam desenvolver as suas capacidades linguísticas, a partir daquelas que eles trazem de suas comunidades, e dar valor tal como o que se dá a outras variedades. Com isso:

Cabe ao professor reconhecer, na linguagem, esse instrumento de libertação e ampliar as competências linguísticas dos alunos, a partir daquelas com que eles chegam à escola, sem negá-las, mas reconhecendo nelas importante aquisição já consolidada. Isso constitui uma decisão fundamental. (CYRANKA, 2015, p. 34).

Cyranka (2015) argumenta que, como mediador, o professor precisa ter em conta o modo de falar dos seus alunos, levando em consideração a variedade linguística falada por cada um deles, avaliando as capacidades de se expressarem e direcionando-os para atividades pedagógicas que possam ampliar a sua competência comunicativa.

No panorama brasileiro da Sociolinguística Educacional, merece destaque a pesquisadora Stella Maris Bortoni-Ricardo, que milita no sentido de propor uma “pedagogia culturalmente sensível”. Trata-se de um termo postulado por Frederick Erickson (1987), que se caracteriza como “um tipo de esforço especial empreendido pela escola, a fim de reduzir os problemas de comunicação entre professores e alunos, de desenvolver confiança e impedir a gênese de conflito que se move rapidamente para além das dificuldades de comunicação” (p.118). Assim sendo, é objetivo da pedagogia culturalmente sensível criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvem padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. Tal ajustamento nos processos interacionais é facilitador da transmissão do conhecimento, na medida em que se ativam nos educandos processos cognitivos associados aos processos sociais que lhes são familiares. Assim sendo, “a

pesquisa tem mostrado que professores sensíveis às diferenças sociolinguísticas e culturais desenvolvem intuitivamente estratégias interacionais em sala de aula que são altamente positivas”. (BORTONI-RICARDO, 2005, p.128)

Como subsídio a essa discussão do ensino de língua portuguesa, é fundamental salientar o papel da *norma linguística*. Segundo Faraco (2008, p.37),

É possível, então, conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala.

De acordo com Marcos Bagno (2009, p.30), os pesquisadores que se dedicam a estudar a realidade sociolinguística brasileira, concordam que existem três tipos de normas, que são: norma padrão, norma culta e norma popular.

A norma padrão é conhecida como aquela que define regras para determinar o *certo* e o *errado*, descritas nas gramáticas. Geralmente, não é usada nas interações pessoais no dia a dia e é resultado do ensino nas escolas. Essa variedade tem um caráter abstrato, porque ninguém fala de forma tal qual a gramática tradicional orienta. Ela não é, pois, natural. Historicamente, por ser resultado da cultura letrada, passou a ser a única variedade reconhecida pelas instituições governamentais, mantendo-se acima de todas as outras, ocultando assim as outras existentes, e passando a ideia de que a língua é única entre os povos, como reforçam Cyranka e Pernambuco (2008):

O prestígio da variedade padrão, leia-se da escrita, a faz exercer certo poder unificador das outras variedades sem, no entanto, conseguir frear o caráter naturalmente heterogêneo característico de qualquer língua, nem mesmo chegando a impedir que recaiam sobre ela mesma as influências das outras normas sociais. (CYRANKA; PERNAMBUCO, 2008, p.19).

Segundo Faraco (2008, p.80), a variante padrão nunca conseguirá apagar completamente a diversidade linguística, pois para esse efeito teria que unificar as sociedades e suas culturas, coisa impossível de acontecer. De tanto valor que é dado à

variedade padrão, outras variedades são completamente estigmatizadas. Isso acontece em muitos casos na sociedade angolana com os falantes de variedades menos prestigiadas da língua portuguesa.

De acordo com Bagno (2012, p. 40 e 41), os teóricos consideram que o termo *norma* pode ser entendido de duas formas: normal e normativo. Assim sendo, *normal* é relativo ao uso corrente, real e frequente da língua. Entretanto, *normativo* é referente aos preceitos e ideais a serem seguidos. Nesse sentido, a *norma culta* é caracterizada como sendo aquela que é usada correntemente por um determinado grupo social privilegiado, com alto nível de escolaridade, tal como define Bagno (2012):

[...] A outra definição que se dá ao rótulo de norma culta se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos seguimentos mais favorecidos da nossa população. Esta é a noção de norma culta que vem sendo empregada em diversos empreendimentos científicos como, por exemplo o projeto NURC (Norma Urbana Culta), que desde o início dos anos 1970 vem documentando e analisando a linguagem efetivamente usada pelos falantes cultos de cinco grandes cidades brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), sendo estes falantes cultos definidos por dois critérios de base de escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos. (BAGNO, 2012, p. 51).

Por sua vez, Cyranka e Pernanbuco (2008, p. 18) definem *língua culta* como sendo aquela que é resultado de práticas sociais de determinados grupos com nível acadêmico elevado, que dominam a fala e a escrita formal, habitantes dos centros urbanos. Entretanto, Bagno (2009, p.65) sugere que essa norma seja chamada de *variedade de prestígio* ou ainda *variedades prestigiadas*, pois, em outras palavras, ele considera que a questão da língua não é de todo o problema, mas sim o prestígio social do falante.

Por fim, convém debruçar-nos sobre a *norma popular*. De acordo com Bagno (2009, p.67), os grupos sociais dominantes, a classe privilegiada, que constituem a elite de uma sociedade, caracterizam a norma popular como sendo inculta, errada, desprestigiada e extremamente negativa, classificando, assim, a fala dos grupos sociais desprestigiados, subalternos e oprimidos. Assim sendo, com a finalidade de não sermos preconceituoso com estes grupos, Bagno (2009) sugere que chamemos de variedade estigmatizada, e não norma popular, que carrega um sentido pejorativo. Há a necessidade,

portanto, de incluirmos e de aceitarmos falantes de outras variedades linguísticas sem discriminação de sua origem, tampouco de *status* social, pois cada variante representa uma comunidade e o grupo social ao qual pertence determinado indivíduo, como afirma Paiva (2003):

As variantes linguísticas estigmatizadas pela comunidade de fala possuem, muitas vezes, uma função de garantir a identidade do indivíduo com um determinado grupo social, um sistema de valores definido. Isso é, são formas partilhadas no interior de um grupo e assinaladoras de sua individualidade com relação a outros grupos sociais. Se um indivíduo deseja integrar o grupo, deve partilhar, além das suas atitudes e valores, a linguagem característica desse grupo. Nesse caso, determinadas formas de linguagem se investem de um status particular, embora sejam desprovidas de prestígio na comunidade linguística em geral. (PAIVA apud CYRANKA; PERNAMBUCO, 2008, p.21).

3.2 Multilinguismo e políticas de língua e ensino em Angola e no Namibe

Em primeiro lugar, nesta subseção abordaremos sobre as políticas de linguísticas que vigoram em Angola. Assim sendo, para melhor compreensão desta subseção, começaremos por apresentar os termos que guiam a compreensão da mesma, são eles: multilinguismo/bilinguismo, política linguística, planejamento linguística, línguas minoritárias (ou minorizadas), língua oficial/co-oficial, língua nacional, e normatização.

Para Bazarim, Vilela e Oliveira (2012), o multilinguismo está relacionado a uma comunidade onde há diversas línguas ligadas a cultura. Assim, nos países africanos, as línguas africanas convivem entre si no mesmo espaço, junto com as línguas dos colonizadores, como o inglês, o francês, o espanhol e o português, criando desta forma um ambiente de multilinguismo. Neste sentido, podemos destacar a realidade angolana, onde há convivência entre o quimbundu, kikongo, umbundu, português entre outras múltiplas línguas existentes no país. Neste cenário, é importante a observação cuidadosa dessas múltiplas línguas, no exercício das funções públicas e privadas, a fim de promover a representatividade etnolinguístico. Por outro lado, o bilinguismo, conceito este que difere do multilinguismo, na perspectiva de Sousa e Sousa (p.3, 2020) “um indivíduo bilíngue é aquele capaz de utilizar pelo menos duas línguas em seu dia a dia.” Na mesma ordem de ideias, Menezes (p. 4, 2013) a firma o seguinte, “bilinguismo é a capacidade de um indivíduo de usar duas línguas distintas, como se ambas fossem a sua língua materna,

optando por uma ou por outra, conforme a situação social em que no momento se ache”. Vejamos que as definições apresentadas pelas autoras, abrange apenas o domínio das línguas, que podemos enquadrar na primeira dimensão do bilinguismo, além disso, para outros autores inclusive as outras que fazemos referência, o bilinguismo pode ser estudado em outras dimensões como (2) organização cognitiva; (3) idade de aquisição; (4) presença da comunidade da L2 no ambiente; (5) status relativo das línguas; e (6) conjunto de membros e identidade cultural, Sousa e Sousa (p.4,2020). Portanto, um indivíduo bilingue ou uma sociedade bilingue é muito mais do que o domínio de duas línguas.

De acordo com Severo (2013), Política Linguística são práticas voltadas a estabelecer leis, sobre a oficialização, hierarquização e escolha das línguas e suas representações gráficas. Por outro lado, Planejamento Linguístico são acções que visam implementar estratégias de modo a expandir e manter determinada língua. Por exemplo, estas acções podem ser feitas através de políticas de ensino como é o caso das línguas estrangeiras nas escolas, inglês, francês e espanhol.

Já o termo minoria pode carregar duplo sentido, do ponto de vista sociológico, minorias são aqueles grupos que se encontram em desvantagem quando comparado com outro, não necessariamente do ponto de vista quantitativo. Por exemplo, em Angola e no Brasil as mulheres são a maioria, entretanto, nas relações de poder, essa superioridade numérica não é refletida. Assim, nestes contextos as mulheres são enquadradas no grupo de minorias. Por outro lado, em relação a questão linguística, certos autores chamam de língua minorizada, outros de língua minoritária. Assim, tendo em conta a relação de poder e número de falantes, para o nosso trabalho, as duas formas servem, ou seja, língua minoritária/minorizada. Por exemplo, o umbundu do ponto de vista numérico quando comparado com o português é uma língua minoritária, ao passo que as línguas khoisa quando comparado com o umbundu são tidas como línguas minorizadas, isso em função da relação de poder. Como se pode ver, quando se trata das línguas angolanas, geralmente as mencionadas as “principais”, como o umbundu, quimbundu, kikongo, entre outras. Tanto é que, no levantamento das línguas mais faladas em Angola, do censo 2014, as línguas não muito conhecidas são todas agrupadas na categoria de outras línguas. Assim sendo, de acordo com Fornara (p. 4, 2016), “línguas minoritárias são aquelas faladas por um grupo de pessoas em um país que tem por oficial uma língua diferente, ou seja, são línguas naturais, não criadas artificialmente, tradicionalmente utilizadas por parcelas da

população de um país”. Nessa vertente, em nosso entender, acreditamos que o status de língua minoritária, pode ser interpretada por questões numéricas, assim como em questão de poder. Para a realidade angolana, a maioria das línguas dos diversos grupos étnicos podem ser minoria por número de falantes assim como em questões de poder. Por esta razão,

Segundo Rosa (2021), língua oficial é aquela em que resultado das decisões das autoridades governamentais, através da lei. Assim sendo, o seu uso passa a ser obrigatório em todas as instituições públicas de um país. Por exemplo, em Angola, a determinação do português como língua oficial, está no artigo 19.º capítulo 1 na Constituição da República de Angola, onde consta o seguinte: “A língua oficial da República de Angola é o português”. Por sua vez, a língua co-oficial é aquela em que compartilhada com a língua oficial, ou seja, quando as autoridades decidem oficializar as duas ou mais línguas.

Segundo Cristovão; Amorim; Marques; Moita, Fernando; Maria Adelina; Maria Lucia Gar, (2007), citados por Gaspar (p. 6, 2015), “Língua nacional, é a “Língua falada em determinado território que, por plasma macas de uma herança específica ou código de afirmação de originalidade ético-cultural, pode configurar um elemento caracterizador de uma consciência nacional”. Isto é, aquela em que falada por um determinado país, em que o Estado adota como a língua de unidade nacional. Por exemplo, o português em Portugal, o francês na França, o inglês na Inglaterra, e assim por diante. Deste modo, acreditamos que pode configurar língua nacional, aquela que por razões histórico-culturais se instala em um determinado país, ganhando características linguísticas diferentes, resultantes do convívio com as demais línguas já existentes de quando foi instalado. Assim sendo, este pode ser o caso do português no Brasil e em Angola (não oficialmente), em que grande número da população passou a ter está língua como nativa ou materna e incorporam nela características linguísticas locais, tornando deste modo, o português diferente de quando foi expandido nesses países.

De acordo com Muhacha (2021), normatização é um processo na qual “uma variedade social, convertida em língua padrão, se torna num meio público de comunicação: a escola e os meios de comunicação passam a controlar a observância da sua gramática, da sua pronúncia e da sua ortografia”.

3.2.1 Considerações gerais sobre política linguística em Angola: língua oficial X línguas nacionais

Nesta seção, falaremos sobre a situação linguística de Angola. Para entendermos a situação, inicialmente falaremos sobre o processo sócio-histórico da colonização em Angola que centrou as ações portuguesas à frente desse processo.

É de conhecimento geral que o multilinguismo é uma das características dos países africanos. Assim sendo, em Angola não é diferente. Além disso, Angola, tal como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, são os únicos países africanos que têm o português como língua oficial, por serem antigas colônias portuguesas, constituindo assim o grupo dos PALOP, ou seja, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Nesse contexto, em função da diversidade linguística que o continente apresenta, surge a necessidade de abordar especificamente a realidade linguística de Angola, considerando os aspectos históricos, sociais e linguísticos.

Inicialmente, o surgimento dos europeus no continente africano está ligado à queda do feudalismo, sistema econômico vigente na época. A queda desse sistema deu origem a um novo sistema econômico, o mercantilismo, cuja proposta era fortalecer economicamente o Estado e enriquecer a burguesia através das navegações, por meio das quais, o propósito era colonizar os lugares dominados. As nações que obtiveram destaque nesse processo são Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Além dessas nações, o outro aliado para as navegações foi a igreja católica, responsável pela catequização dos povos nativos.

Certamente, Portugal foi o pioneiro da expansão marítima europeia, sendo que vários factores contribuíram para isso, dentre os quais podemos destacar o factor político. Desse modo, salienta-se que o sistema político português era centralizado, uma das características da sociedade mercantil, o que contribuiu bastante para o processo. Por sua vez, outro fator determinante para o sucesso português na expansão marítima foi o geográfico, uma vez que Portugal é banhado pelo Mar Mediterrâneo e pelo Oceano Atlântico, o que lhe colocava em situação privilegiada para as navegações.

Com o início do processo da expansão marítima europeia, Portugal conquistou e escravizou diversas áreas africanas, sendo que uma delas é o actual território angolano. Por sua vez, o então território angolano conquistado pelos portugueses era composto por

vários reinos, com particular destaque para os reinos do Congo, do Ndongo, e da Matamba, cujos habitantes são conhecidos como *bantus* – sua principal característica é a diversidade linguística.

O primeiro contacto entre portugueses e angolanos aconteceu em 1482, com a chegada do explorador português Diogo Cão à foz do Rio Congo, onde manteve o contacto com os representantes do então reino do Congo (PANTOJA, 2000, p. 58). Vale salientar que o reino do Congo, antes da chegada dos portugueses, já era uma organização política estruturada, pela qual os seus representantes mantinham os primeiros contactos com os portugueses. Após este contacto, o representante português, com o objectivo de conhecer mais o território “descoberto”, estrategicamente, estreitou as relações com os representantes do reino do Congo, de tal forma que veio a encontrar aberturas para as práticas coloniais (CAREGNATO, 2021, p. 8).

Outro momento importante para a consolidação da colonização portuguesa em Angola, surge em decorrência da chegada do explorador português Paulo Dias de Novais, em 1575. Dentre as principais acções desse explorador, destaca-se a busca por recursos naturais e a promoção do tráfico negreiro (escravatura), formando um mercado extenso. Esse momento marca o início da efetivação das possessões de uma grande faixa na costa angolana. Deste modo, os portugueses guerrearam contra o reino do Ndongo até destruir o poder político independente deste reino (SANTOS, 2018, p. 05). Com essa conquista, deu-se o início à colonização directa de Angola, com a fundação da cidade São Paulo da Assunção de Luanda e com a consequente vinda de 100 famílias de colonos e 400 soldados.

Com a consolidação da supremacia portuguesa, o território angolano passou a funcionar como um entreposto comercial importante. Assim, Angola tornou-se uma fonte de abastecimento de escravizados para as plantações de cana-de-açúcar no Brasil, principalmente no nordeste brasileiro, nos estados da Bahia e Pernambuco. Especificamente, os registros apontavam para uma saída máxima de escravizados de Benguela, região sul de Angola.

Após a abolição do tráfico de escravizados, em 1836, ordem imposta pela Inglaterra, Portugal voltou para as colônias, a fim de “desenvolver” estes territórios. Foi assim, que a metrópole passou a incentivar um fluxo migratório de portugueses para a África. Desse modo, criou centros civilizatórios para garantir a presença portuguesa nas

colônias e para disseminar a cultura lusa nos territórios colonizados. Nesse sentido, segundo Santos (2018, p.5), “Angola torna-se, assim como as então colônias, uma Província Ultramarina de Portugal e acaba por receber um grande contingente de portugueses”. Como resultado, surgiu a polarização e a hierarquização da população, ou seja, havia, de um lado, um grupo de brancos, de mestiços e de negros que constituíam o grupo dos *assimilados*; e, de outro lado, formou-se um grupo de indivíduos autóctones, classificados como *não assimilados*.

Segundo Mingas (2000, p.46), os assimilados eram aqueles “cujos filhos tinham o direito de frequentar a escola conjuntamente com as crianças portuguesas, bem como à nacionalidade portuguesa”. Dentre os assimilados, havia dois subgrupos, os passivos e os ativos. Os *passivos* eram aqueles que, de tanto serem manipulados, não assumiam a sua angolanidade, africanidade, considerados pelos colonizadores como “negros diferentes, com a pele negra e a alma branca”. No entanto, os *ativos* eram aqueles que se apropriaram dos instrumentos europeus para, mais tarde, lutar contra o regime colonial, participando do processo de libertação. Nesse subgrupo de assimilados, podemos destacar António Agostinho Neto, que foi o primeiro presidente de Angola independente. Contrariamente, os não assimilados eram aqueles que não aceitavam se “contaminar”, ou seja, aqueles que não tinham hábitos e costumes da cultura portuguesa, isso incluía o não domínio da língua portuguesa. Por esse motivo, esse subgrupo era considerado como “indígenas” pelos portugueses. Segundo Mingas (2000, p.47), o Estatuto dos portugueses definia os indígenas da seguinte forma:

Decreto-Lei 39666

“...Arti. 2º consideram-se indígenas das referidas províncias (Guiné, Angola e Moçambique eram, na época, consideradas províncias portuguesas) os indivíduos de raça negra ou os seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai ou mãe indígena em local estranho às Províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.

Naturalmente, existia a possibilidade de os integrantes desse subgrupo de deixar de ser indígena, desde que cumprissem todos os requisitos necessários. Essa mudança de *status* era feita mediante a realização de um exame, aplicado pelo responsável do bairro. Assim sendo, para aprovação no teste a fim de ser um assimilado, o angolano deveria

“[...] falar correctamente a língua portuguesa e mostrar que tinha adquirido, no mínimo, a ilustração e os hábitos individuais e sociais dos cidadãos portugueses, em especial, comer à mesa” (MINGAS, 2000, p.47).

Como vimos, para os angolanos, o domínio da língua portuguesa era uma das principais condições para ascender na sociedade colonial. Assim sendo, os não assimilados, por não aderirem à cultura portuguesa, sequer eram considerados como humanos, eram excluídos socialmente e, por isso, viviam em áreas periféricas dos grandes centros urbanos. Este grupo constituía a maior parte da população angolana.

Na vertente educacional, o ensino colonial era ministrado na língua portuguesa em todos os níveis de ensino. Desse modo, essa política de ensino tinha como finalidade impor, cada vez mais, o português e evitar que as línguas locais fossem faladas, priorizando-se também outras línguas estrangeiras, tais como inglês, francês e alemão. Sendo assim, “[...] os Angolanos tinham a possibilidade de mais facilmente conhecer uma língua estrangeira do que uma local [...]” (MINGAS, 2000, p.49). Além disso, o uso das línguas locais era de tal modo proibido que “se o filho de um ‘Assimilado’ falasse Kimbundu na escola, os seus pais teriam, seguramente, problemas com a polícia política portuguesa” (MINGAS, 2000, p.49). Por isso, com vistas a não propagação das línguas locais, o governo colonial promulgou uma lei com os seguintes artigos:

... Artigo 2º. ... nas escolas católicas, é proibido ensinar as línguas indígenas.

...Artigo 3º. ... a utilização das línguas indígenas no catecismo não é permitida a não ser como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa.

§] É proibido o emprego das línguas indígenas ou qualquer outra, à excepção do português, por escrito ou por panfleto, jornal... na catequese das missões, nas escolas e em todos os contactos com as populações locais... (MINGAS, 2000, p.32).

Naturalmente, os artigos referidos acima, promulgados pelo governo colonial, ao classificar ou descrever o indígena (angolano, moçambicano e o guineense), como sendo aquele sem cultura, ou aquele que não tem os hábitos culturais de Portugal, nascido e residente em uma província, em nosso entender, essa é uma ideia equivocada. Vale lembrar que cada sociedade possui seus hábitos, costumes, tradições, línguas entre outras marcas identitárias. Decerto que, essa é uma máxima da visão eurocêntrica, tende a inferiorizar e eliminar tudo o que não está dentro dos seus padrões culturais. Nesse sentido, esses artigos além de conterem princípios para eliminar as línguas africanas, pela

proibição do uso delas, ela promove a segregação racial ao categorizar os africanos pelas suas origens e cor, principalmente trecho do Decreto-Lei 39666 artigo 2 “os indivíduos de raça negra ou os seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”. Por outro lado, a tradição cristã (catolicismo) que se propõe a fazer o bem, nos referidos artigos, é notório a atuação da igreja como cúmplice no processo de colonização através da catequização e da proibição das línguas africanas nas igrejas, nas suas instituições de ensino, participando deste modo da destruição da cultura africana.

3.2.2 O ensino da língua oficial em Angola e a realidade do Namibe

Após vários anos de colonização, finalmente, na madrugada do dia 11 de novembro de 1975, António Agostinho Neto proclamava a independência, ou seja, Angola se tornava um país independente do regime colonial de Portugal. Este feito teve participação dos assimilados ativos. Por essa razão, acredita-se que este pequeno grupo dos ativos se submeteu a essa condição estrategicamente, para tirar vantagem dos privilégios que um assimilado poderia ter, nomeadamente: formação académica, nacionalidade portuguesa, possibilidade de viajar para metrópole (Portugal), para que pudesse compreender as dinâmicas do colonizador a fim de lutar contra o regime. Em seguida, com o país independente, os angolanos passaram a controlar todo o território nacional, inclusive as questões relacionadas às línguas. Assim, em 1979, foi criado o Instituto Nacional das Línguas, cujo objetivo era saber quantas e quais eram as línguas faladas, tendo em conta as regiões e os grupos étnicos. Segundo Sofia Gaspar (2015), os povos e as línguas mais faladas são:

Bakongo (língua kikongo), Ambundu (língua kimbundu), Ovimbundu (língua umbundu), Lunda-Quioco ou Touckwe (língua cokwe), Ganguela (língua nganguela), Nhaneka-Humbe (língua olunianeca), Ovambo (língua cuanhama), Herero (língua tchielelo), Okavango (língua oshindonga). (GASPAR, 2015 p.17-18).

Gostaríamos de salientar que acerca do nome dos povos e das línguas por eles falados, não há um acordo na representação gráfica, variando de acordo com o autor ou autora. Acreditamos que seja pelo facto de elas não terem um acordo alfabético

estabelecido, e na tentativa de escrever usamos as regras do alfabeto português. Nesse contexto, “tendo apreciado o relatório dos peritos, o Governo Angolano decidiu atribuir o estatuto de ‘Línguas Nacionais’ às línguas africanas faladas no país e o de ‘Língua Oficial’ ao português”. (MINGAS, 2000, p.55).

Durante o período colonial, mesmo com todo o planejamento para que o português fosse expandido por todo o território angolano, esta meta não foi atingida. Destaca-se, sobre isso, o fato de que apenas uma pequena parcela da população tinha acesso à educação formal, sendo que era nas escolas onde essencialmente se aprendia o português. Assim, a grande maioria da população, concentrada em zonas rurais, manteve o uso das línguas locais, resistindo ao processo colonial, de modo a mantê-las intactas e vivas.

Outro momento que marca o período pós-colonial é a guerra civil, que se arrastou de 1975 a 2002. Trata-se de um conflito travado por dois dos principais partidos políticos de Angola: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esse conflito promoveu a migração interna de vários grupos, que procuravam lugares seguros e, conseqüentemente, foi surgindo uma mistura cultural entre os povos. Considerando que o processo migratório era feito das zonas rurais para os grandes centros urbanos, onde havia um número considerável de falantes do português, houve uma promoção espontânea desse idioma. Nesse sentido, segundo Letícia Cao Ponso (2009):

Depois da independência, com a guerra civil que se sucedeu a ela, de 1975 a 2002, paralelamente a uma brusca diminuição da população branca com a emigração de milhares de portugueses para a metrópole, houve um grande êxodo rural de angolanos – principalmente para Luanda – que gerou um desenraizamento cultural e a adoção em massa do português. Assim, em tal contexto de mobilidade geográfica e social, o português foi-se tornando a língua majoritária do país e perdendo o estatuto de língua de colonização para ganhar cada vez mais contornos de língua nacional. (PONSO, 2009, p. 153).

De acordo com os dados do último *Censo Geral da População e da Habitação*, realizado em 2014, em Angola, o português é a língua mais falada, com um total de 71% de falantes, num universo de 30 milhões de habitantes. Esse crescimento do português está relacionado a vários outros factores, sejam eles de ordem político, social e econômico. Esse cenário linguístico já era previsto desde o planejamento colonial, ou seja, a ideia era expandir ao máximo possível o português, a fim de apagar as línguas

autóctones. Portanto, na visão do colonizador, para que se pudesse facilitar a unidade nacional, a solução era erradicar as línguas locais, já que o multilinguismo dificultaria a unidade.

Mais tarde, já após a independência, a mesma ideia veio a ser reproduzida pelos angolanos. Como relata Zau (2011, p. 89), “os primeiros que pediram junto das Nações Unidas que o português fosse considerado como língua oficial de trabalho foram os angolanos, na pessoa do então presidente da República, Agostinho Neto”. A principal razão para atribuir ao português o *status* de língua oficial pós-independência foi a necessidade de estabelecer a unidade nacional, ou seja, precisava-se de uma língua que pudesse unir o país.

A esta razão, Zau (2011, p.107-108) adiciona cinco princípios, nomeadamente: a) *Princípio de pragmatismo*: como a administração colonial funcionava com todo material em português, para que não houvesse investimento em novos materiais em línguas diferentes, optou-se pelo que já estava estruturado; b) *Princípio cultural*: a elite angolana era alfabetizada em português, assim, as suas manifestações culturais eram escritas em português, tais como músicas, peças de teatro, poemas, inclusive textos religiosos; c) *Princípio de neutralidade*: como não havia uma língua local com cobertura nacional, optou-se pelo português de modo a não privilegiar nenhum grupo étnico; d) *Princípio sociopolítico*: acredita-se que a luta pela libertação de Angola teve um cunho tribal, pois os representantes dos partidos tomavam suas decisões em função da escolha partidária, região e crença religiosa. Assim sendo, os conflitos linguísticos entre eles ameaçavam o feito conquistado; e) *Princípio econômico*: após longo período de guerra, não havia condições financeiras para que se pudesse criar estrutura para a execução de um planejamento linguístico, de modo a expandir as línguas locais por todo território.

Sobre os cinco princípios mencionados por Zau (2011) que levaram a determinar o português como língua oficial, em nosso entender, cabe algumas reflexões. Para começar, o princípio de pragmatismo, pelo que se propõe, de certa forma contra diz o princípio original da luta pela independência, se libertar de todo o sistema colonial, ou seja, é justamente da reestruturação da administração colonial que teriam iniciado o processo da revitalização do que foi destruído pelo colonizador. Além disso, a estrutura administrativa colonial não funcionava de acordo com as características de Angola. Desta forma, era necessário a implementação de novas medidas administrativas que refletissem a realidade angolana, inclusive para as questões voltadas às línguas angolanas. O facto da elite

angolana estrategicamente ter aceito a formação em português, seria o ponto chave para reverter a situação, porque para terem acesso a educação eles precisavam renunciar a cultura angolana, entre elas a língua, ou melhor, tinham que se tornar assimilados. Por sua vez, sobre a questão do princípio da neutralidade, certamente é uma justificativa que se usa até aos dias actuais quando o assunto é atribuição de *status* as línguas. A maioria dos que defendem a continuidade do português como única língua oficial, a justificativa recai sobre a questão da neutralidade. Acreditamos que o multilinguismo não pode ser um problema para atribuição de *status* para as demais línguas, ou para o português ser a única língua oficial, porque tal como as línguas angolanas não são faladas por todos os angolanos, o português também não é. Em função disso, o português e as demais línguas angolanas podem ter o mesmo *status*.

Essa decisão foi justificada por uma razão de neutralidade, ou seja, como há várias línguas locais, para ser neutro e não favorecer nenhum grupo étnico, a única alternativa foi dar a língua portuguesa o *status* de língua oficial. Trata-se de uma visão eurocêntrica, que relaciona um Estado a uma língua, isto é, Portugal/português, França/francês, Espanha/espanhol, Itália/italiano e assim por diante:

Portugal em sua transformação de velho estado protonacional para estado-nação aplicou o modelo napoleônico: um estado > uma nação > uma língua. Nesse modelo, a “[...] política dos estados nacionais se orientou à uniformização linguística das populações mediante a imposição da língua nacional, de outra parte, a própria língua nacional foi sujeita a uma série de profundas intervenções tendentes à estandardização [...]” (SANTOS, 2018, p. 31).

Actualmente, segundo Ponso (2009, p.156), “[...] o português tornou-se a língua oficial de Angola, exercendo o papel de língua de unidade nacional, e os cidadãos a consideram a língua de prestígio, de mobilidade social e econômica e, por conseguinte, de poder”. Sendo a única língua oficial de Angola, é a única que representa o Estado, usada na administração pública, nas relações internacionais, nos meios de comunicação, é a língua de ensino, e é a língua que todos os angolanos precisam aprender para participar ativamente nas actividades sociais do Estado.

Para a realidade africana, uma língua oficial, nacional, nem sempre é a língua materna de todos os cidadãos, tampouco de boa parte deles. No caso específico de Angola,

o português tem se expandido por todo o território, conseqüentemente tem se registrado o aumento do número de falantes. Por outro lado, é cada vez maior o número de angolanos que têm o português como L1, com isto, a língua vem se impondo e vem ocupando outros *status*. É importante lembrar que o período pós-colonial é marcado pela definição de futuro do novo Estado, sendo que ainda estava ou está patente, na memória, as práticas do colonialismo, como o racismo, a destruição cultural, a violência, a escravatura e tantas outras práticas coloniais que poderiam ou podem interferir negativamente para realização do projeto de nação almejado.

Além disso, sobre a nacionalização, há que destacar que o termo “nacional”, na visão de certos angolanos, tem um significado muito grande, principalmente para um país recém liberto de toda opressão colonial, ou seja, para estes, nacional representa tudo o que resistiu à opressão, à hostilização – em suma, é a rejeição colonial. Com isto, “língua nacional” é atribuída àquelas que eram excluídas, desprezadas durante o período colonial, neste caso, as línguas angolanas. Por outro lado, o reconhecimento do português como língua nacional, em nosso entender, deve-se ao facto de ela inicialmente ser uma língua elitizada, falada pelo grupo de assimilados. Essa realidade se arrastou até ao final dos primeiros anos de independência, contrariamente das línguas locais, que sempre tiveram número elevado de falantes. No cenário nacional, principalmente no seio acadêmico, a discussão sobre a nacionalização do português em Angola vem ganhando forças. Assim:

No caso particular de Angola, por intermédio do Estado, o principal arquitecto do projecto de construção da nação, a escolha recaiu sobre a língua portuguesa que, a par da difusão territorial, das funções, do número de falantes maternos e, fundamentalmente, do estatuto político, caminha triunfante em direcção à nacionalização. (ZAU, 2011, p. 117).

Como vimos anteriormente, o português surgiu em um contexto no qual era dominado apenas pelos colonizadores, mais tarde, por um pequeno grupo privilegiado com acesso à educação, representando a classe escolarizada, em que o português seria a única língua aceita para as atividades oficiais nas instituições. Esse modelo foi seguido após a independência para a construção de um novo estado, conseqüentemente, o português se tornou a única língua oficial em Angola. Essa decisão pode ser explicada pelo facto de a elite angolana ter feito todo seu processo de escolarização em língua portuguesa.

Evidentemente, com a expansão do português por todo território e com o contacto com as línguas locais, o português passou a incorporar novos valores e novos elementos a todos os níveis. Esses novos elementos inseridos tornaram o português falado em Angola único, quando comparado com outras variedades, principalmente a portuguesa, que é tido como a variante “padrão ideal”.

Atualmente, é inegável a presença maioritária do português na comunicação entre os angolanos no seu quotidiano, embora seja falado de um jeito tipicamente angolano, ou seja, está em processo de *nativização*. Esse processo, segundo Gregório Firmino (2019, p.13), “...corresponde ao desenvolvimento de uma nova ideologia linguística, à medida que as autoridades oficiais e a opinião pública concebem e reconhecem o português como uma língua oficial e língua franca.” Ademais, segundo o mesmo autor, este processo compreende dois momentos: *mudança sócio-simbólica*, que consiste na aceitação, promoção e reconhecimento da língua como instrumento de integração nacional; e *mudança linguística*, que consiste na aquisição de novas funções sociais, e desenvolver características estruturais e retóricas típicas (FIRMINO, 2019, p.13).

Do ponto de vista sociolinguístico, uma língua jamais será vista como uma instituição homogênea, que é falada de igual modo por todos os utentes, em situações comunicativas. Neste sentido, nem todas as formas desse jeito de falar tipicamente angolano são aceitas e usadas em todas as situações comunicativas, algumas por serem consideradas “erradas”, outras por serem consideradas inadequadas. Vale lembrar que cada falante ou grupo, em função dos motivadores extralinguísticos, possui formas diferentes de falar. Muitas vezes, esses pressupostos têm sido ignorados quando os utentes fazem o uso do português nas interações sociais. Por exemplo, em Angola, mesmo estando claro de que não se fala a língua portuguesa tal como os portugueses, em alguns contextos, exige-se que se fale a variedade europeia. Assim, tais práticas reforçam a ideia de que essa variedade é a melhor, é a certa, é o modelo a seguir. Além das escolas, essas ideias são promovidas pelos meios de comunicação social, e outros intervenientes influentes. Desse modo, o português europeu é valorizado e promovido na sociedade angolana:

No entanto, é importante sublinhar que, contrariamente à ideia implícita no discurso de governantes e meios de comunicação social, a variedade do português que se tem vindo a generalizar não é a variedade padrão europeia, mas sim uma variedade vernácula do português resultante do

contacto com as línguas africanas num contexto multilingue em que estas continuam a ser as mais faladas no dia-a-dia pela maioria da população e em que o acesso à educação formal e aos meios de comunicação social é ainda pouco generalizado. (INVERNO, 2008, p. 119).

Por outro lado, podemos constatar essa tendência de cada vez mais se nacionalizar o português a partir dos pronunciamentos de certas figuras importantes de Angola, como foi o caso do ex-presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, em sua intervenção na abertura do Simpósio Nacional de Cultura. Nessa ocasião, ele afirmou que “devemos ter a coragem de assumir que a língua portuguesa, adoptada desde a nossa independência como língua oficial do país e que já é hoje língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como a língua nacional em Angola”²⁷.

Não há dúvidas de que, considerando a extensão territorial, o número de falantes e a sua utilidade no quotidiano, o português possui maior abrangência quando comparado com outras línguas existentes no país. Essa realidade é confirmada através dos resultados do censo realizado em 2014, que coloca o português como a língua mais falada com cerca de 71,15% de falantes num universo de aproximadamente 25 milhões de habitantes. Naturalmente, além dos outros factores, a abrangência geográfica tem sido o principal motivo para defender a nacionalização, deixando de parte, muitas vezes, o que acreditamos ser os factores principais, a nativização e o número de falantes maternos. Em nosso entender, essa visão tem gerado atitudes contraditórias, à luz do que se defende sobre o que é nacional, ou seja, nacional no contexto angolano remete a algo com características peculiares de Angola. Assim sendo, tem-se exigido que se nacionalize o português, mas que, ao mesmo tempo, ele seja falado como o português europeu:

A adopção da Língua Portuguesa como língua oficial em Angola trouxe, consigo, intrinsecamente, a norma do Português europeu, solução assumida de uma posição sobre o que deveria ser a norma do Português de Angola. Nesta perspectiva, foi implicitamente estabelecido, desde sempre, que, neste País, se aprendesse a falar e a escrever o Português como em Lisboa ou em Coimbra, centros principais de difusão da Língua Portuguesa considerada de maior prestígio. Naturalmente, isto nunca passou do campo intencional, pois

²⁷ In.: *Terceiro Simpósio sobre Cultura Nacional*. Discurso pronunciado pelo ex-presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, em 11 de Setembro de 2006.

são indiscutíveis as diferenças entre o Português de Angola e o de Portugal. (MIGUEL, 2008, p. 41).

É inegável que a expansão do português por todo o território resultaria em mudanças de suas funções ou *status*. Consequentemente, ele apresenta características diferentes, ou seja, à medida em que ele vai se expandido, vai se modificando:

Deste modo, do ponto de vista da padronização do português angolano, a conjugação dos factores atrás assinalados poderá viabilizar: a) o estabelecimento de tal português padrão angolano; b) a definição da variante do português angolano a ser ensinada; c) a re-orientação da problemática das normas linguísticas como a revisão e estruturação de gramáticas descritivas e normativas; d) o estabelecimento de critérios para a ortografia oficial das línguas; e) a elaboração de métodos adequados ao ensino da língua portuguesa e das LNOA; f) a produção de material didático que permita a realização dos objectivos, conteúdos programáticos e aplicação dos métodos e técnicas de ensino (Marques, *idem.*). A importância desse exercício aumenta ainda pelo facto de se usar indiscriminadamente, e às vezes como sinônimas, as expressões “português angolano” e “português dos musseques”. (ZAU, 2011, p. 117).

É evidente a diferença entre a variante do português falado em Angola quando comparada com a do português europeu. Essa diferença é consequência de vários factores, dentre eles, o contacto do português com as línguas locais e a aquisição do português como língua segunda (L2) em contexto informal. Destaca-se o fato de que muitos professores têm o português como L2 e, ao ensinarem as primeiras noções de LP aos alunos que têm o primeiro contacto com a língua na escola primária, na oralidade, ensinam um português possivelmente envolvido com marcas da sua L1, uma língua angolana.

Zau (2011, p. 116) admite que a discussão em torno da nacionalização da LP em Angola tem vindo a acentuar-se, cada vez mais, e que o interesse pela temática não é apenas uma consequência da sua dinâmica expansão territorial, como também, e principalmente, por estar a tornar-se uma das línguas maternas com maior número de falantes, não obstante a associação que dela se faz ao colonialismo.

Conforme os dados do censo anteriormente mencionados, o português é falado por 71% da população angolana. Esse número, necessariamente, precisa ser problematizado, já que não representa homogeneização de contextos de uso. Isso significa que há uma grande parcela da população que não fala o português, sobretudo em áreas

rurais, nos interiores, onde a maioria permanece, prioritariamente comunicando-se com uma língua materna (L1), uma das línguas locais. Além disso, muitos desses têm apenas o contacto com o português na escola e no trabalho.

É de referir que, quando se apresenta a situação etnolinguística de África, geralmente, o continente é dividido em duas partes dada a sua vasta dimensão, ou seja, região centro-norte e centro-sul, por causa da delimitação do deserto do Sahara – alguns optam pela denominação *África saariana* e *África subsaariana*. A região saariana ou centro-norte é caracterizada por uma diversidade etnolinguística com forte influência muçulmana e árabe. Segundo Diego Barbosa da Silva (2010, p. 6), estes países “mesmo com diversidade étnica, apresentam uma maioria étnica árabe e aplicam uma política de arabização do país sob o aspecto linguístico”. Por sua vez, a região subsaariana ou centro-sul abrange a maior parte do continente e, tal como na outra região, a diversidade étnica e linguística constitui a principal característica da região. Assim sendo, segundo J. H. Greenberg (2010), as línguas faladas nas duas regiões são subdivididas em quatro grupos:

Línguas afro-asiáticas: Estas línguas, também chamadas de camito-semíticas, cobrem toda a África do Norte e quase todo o chifre da África (Etiópia, Somália); algumas línguas do ramo cuxítico estendem-se ao sul até a Tanzânia.

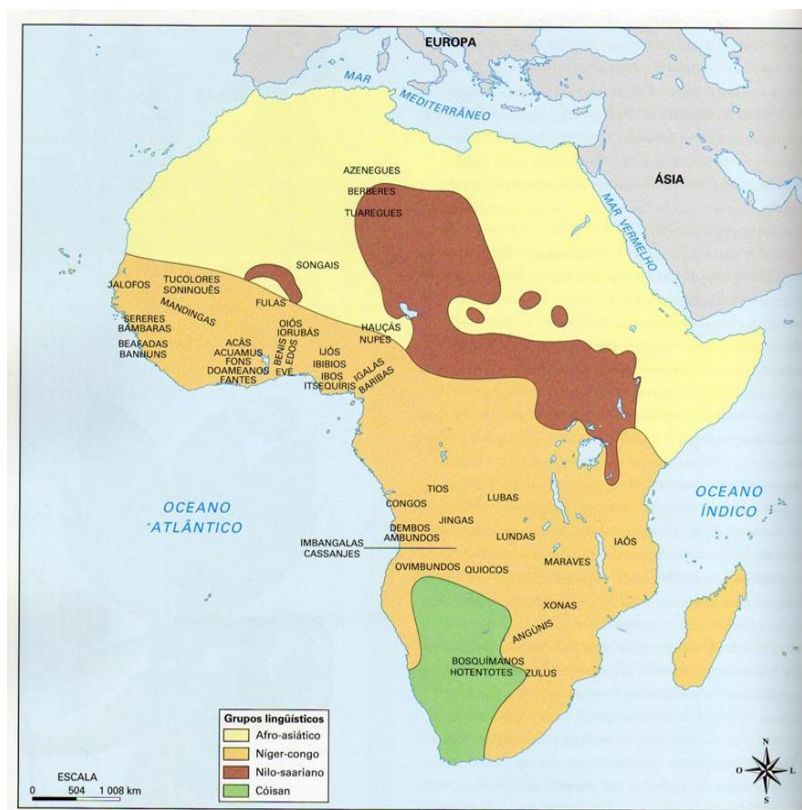
Niger-Kordofaniano: Esta família possui dois ramos bastante desiguais em número de falantes e em extensão geográfica. O primeiro, niger-congo, compreende grande parte da África ao sul do Saara, incluindo quase toda a África Ocidental, partes do Sudão central e oriental, sendo que seu sub-ramo bantu ocupa a maior parte da África central, oriental e meridional. Outro ramo do niger-kordofaniano, o kordofaniano propriamente dito, confina-se a uma zona limitada da região do Kordofan no Sudão.

Família Nilo-Saariana: A outra grande família de línguas negro-africanas é a nilo-saariana. De modo geral, é falada a norte e a leste das línguas niger-congo e predomina no vale superior do Nilo e nas porções orientais do Saara e do Sudão. Entretanto, possui um alongamento ocidental no Songhai, no baixo vale do Níger. Compreende um ramo muito extenso, o chari-nilo, que engloba a maior parte das línguas da família.

Família Khoisan: Todas as línguas khoisan possuem cliques entre as consoantes e a maioria de seus falantes pertence ao tipo san, fisicamente característico. A maior parte das línguas khoisan é falada na África do Sul. Entretanto, existem dois pequenos grupos de populações, os Hatsa e os Sandawe, situados muito mais ao norte, na Tanzânia, cujas línguas diferem acentuadamente tanto entre si quanto das línguas do grupo da África do Sul. Desse modo, a família divide-se em três ramos: 1. hatsa; 2. sandawe; 3. khoisan sul-africano. O khoisan sul-africano compreende três grupos de línguas: 1. grupo norte, que engloba as línguas san do norte, dos Auen e dos Kung; 2. khoisan central, dividido

em dois grupos: a) kicheware, b) naron, khoi-khoi; 3. san do sul, grupo que apresenta a maior diferenciação interna, com um número considerável de línguas san distintas. (GREENBERG, 2010, p. 327-335).

Figura 14: Grupos linguísticos da África



Fonte: <https://brasilafrika.fflch.usp.br/node/279>.

Atente-se que é na região Centro-sul onde está localizada Angola, nosso principal elemento de interesse. Inicialmente, vale relembrar que as línguas africanas existentes em Angola estão enquadradas em dois grupos etnolinguísticos: Niger-Kordofaniano, concretamente no subgrupo das línguas bantu; e no grupo da família das línguas khoisan. Na sequência, veremos detalhadamente os grupos étnicos e suas respectivas línguas.

Os Khoisan e os Vátuas são considerados os primeiros povos a habitar o território angolano, isto é, na fase proto-histórica do paleolítico (ZAU, 2011, p.47). Assim, para começar, segundo D. Olderogge (2010), o termo Khoisan surge através da combinação de duas palavras: *Khoi* que significa homem e *san* que tem os seguintes significados: acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais.

Assim sendo, podemos dizer que *khoisan* significa “homem coletor e caçador”, ou seja, um nome baseado do seu estilo de vida e modo de produção. Em África, os *khoisan* estão localizados na região Sul do continente, especificamente na África do Sul, Namíbia e Angola. Por sua vez, neste último, estão localizados pequenos grupos isolados no Sul, nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe, com grande concentração na região do Mupa, Cunene. Do ponto de vista das características físicas, eles apresentam pequena estatura, pele amarelada, olhos do tipo oriental e cabelos enrolados. De acordo com Fernando e Ntongo (2001), citado por Zau (2011), existem em Angola cerca de 8. 000 indivíduos.

A par dos *khoisan*, *vátuas* é outro grupo etnolinguístico não-bantu em Angola, cujas origens pouco se sabe. Em função da a proximidade entre os *khoisan* e *kwisi*, a semelhança nos hábitos culturais e linguísticos, acredita-se que os *vátuas* terão surgido como resultado da miscigenação entre os *khoisan* e *kwisi*. Assim sendo, tal como os *khoisan*, os *vátuas* se encontram localizados no Sul de Angola, entre a região semidesértica e a Serra da Leba na província do Namibe (ZAU, 2011, p. 47).

Na
linguística,
se que as
dos Khoisan
entre as
mais
complexas
mundo, com



vertente
acredita-
línguas
estejam
línguas
do
maior

predominância dos cliques. Entretanto, em Angola, o grupo vem registrando perdas significativas no seio da comunidade, com conseqüente redução no número de falantes, deste modo, há risco de a língua ser extinta.

Figura 15: Jovens *khoisan* em sua comunidade

Fonte: *Jornal O País* ²⁸

Figura 16: Mulheres khoisan em sua comunidade



Fonte: Facebook Angola Records²⁹

Por sua vez, o grupo etnolinguístico bantu é considerado como um dos maiores do continente africano. Várias hipóteses são aventadas sobre sua origem entre os historiadores, antropólogos, arqueólogos e linguistas. Nesse sentido, apresentaremos algumas.

Acredita-se que os bantus teriam vindo da região norte, de Camarões ou do Chade, e teriam se expandido para a África meridional. Em contrapartida, H. Johnston acredita que os bantus teriam vindo da região central de África, por via da floresta do Zaire. Por outro lado, o linguista M. Guthrie situa o núcleo linguístico dos bantus entre

²⁸ Disponível em: <https://opais.co.ao/index.php/2019/01/12/jovens-khoisan-o-governo-desviou-os-nossos-sonhos/>. *Jornal O País*, edição de 12 de janeiro de 2019. Acesso em 20/07/2021.

²⁹ Disponível em: <https://web.facebook.com/AngoRecords/photos/pcb.1210687845782307/1210677972449961/?type=3&theater>. Facebook Angola Records.

Luba e Bemba, região do Alto Zaire, para ele, este é o lugar de origem dos bantus. (OLDEROGGE, 2010, p. 48).

Mas'Oudi sustenta a teoria de que no momento em que os descendentes de Noé se espalharam pelo mundo, os filhos de Kush, filho de Kanaan (Cam), seguiram em direção para a região Oeste, passando pelo rio Nilo, dando origem a dois grupos: os Nubios, os Bedjah e os Zindj. A divisão dos grupos deu origem a diversas tribos, das quais uma delas terá sido a dos bantus. (ZAU, 2011, p. 48).

Apesar de várias teorias sobre a origem dos bantu, os investigadores convergem em vários aspectos, entre os quais o carácter nômade do povo. Assim sendo, em função do carácter nômade e tratando-se de um grupo numeroso, surgiu a necessidade de encontrar outros espaços para acomodação. Por isso, velou-os até a região Sul do continente, sendo que na região norte já estavam os egípcios e mauritanianos, povos com os quais não podiam competir.

Foi nessa circunstância que o povo bantu chegou ao território angolano, onde veio a formar vários reinos, que formam os grupos etnolinguísticos de Angola, tais como: Reino do Congo (Bancongokikongo), do Ndongo e Matamba (Ambundu/kimbundu), da Quissama (Ambundu/kimbundu), do planalto (Ovimbundu/ Umbundu), do Cassange (Ambundu/ Lunda-Tchocue, Kimbundu/Tchocue), da Lunda-Tchocue (Lunda-Tchocue/ Tchocue), do Sudoeste (Herero/Nhaneka-Humbe/ Ambo, Herero/ Nhaneka/ Kwanhama), e a Região de comunidades pouco fixadas (Nganguela/ Xindonga, Nganguela/Xindonga). Em função do processo da colonização, todos estes reinos declinaram.

Actualmente, encontramos nove grupos etnolinguísticos, nomeadamente: Ovambo, Herero, Xindonga, Ganguela, Ovimbundu, Nhaneka-Humbe, Bakongo, Ambundu e Chokwe. Nesse sentido, a atual população angolana é resultado da diluição destes reinos, estima-se que 90% de toda população é de origem bantu. As línguas bantu são faladas por diferentes grupos etnolinguísticos distribuídos geograficamente pelas 18 províncias. Por sua vez, apesar de elas estarem distribuídas regionalmente, através da migração interna, é possível encontrar grupo de falantes de uma língua fora de sua região de origem, ou seja, o Umbundu é uma língua da região central, porém é possível achar com facilidade grupo de falantes de Umbundu no Norte, onde há predominância de outra

língua, Kikongo. Segue a descrição dos principais grupos etnolinguísticos bantu de Angola:

Povo Bakongo: fazia parte do antigo reino do Kongo, que tinha como capital a cidade de Mbanza-Kongo, actual capital da província do Zaire. Sua língua é o kikongo. Esse grupo etnolinguístico encontra-se concentrado maioritariamente na região norte de Angola, sobretudo nas províncias de Cabinda, Uíge e Zaire, com pequenas comunidades das províncias do Bengo, Malanje e Kwanza-Norte. Ademais, convém destacar que:

A etnia Bakongo é constituída pelos grupos kongo do sul, kongo do sudoeste e kongo do oeste (que integra ybinda, fyote/fiote/fioti, kiyombe e kiwoyo localizados especialmente em Cabinda), ndingy, mboka, kisikongo, kizombo, kindibu, kimanyanga, mbala e vungunya. Os pequenos grupos são constituídos por vily, yombe, kakongo, oyo, sorongo (ou solongo), muchikongo, sosso, kongo, zombo, yaka, suko, pombo, luango, guenze, paka, koje, bata e sundy. (CHICUMBA, 2019, p. 13).

Povo Ambundu/ “Quimbundo”: sua língua é o quimbundu ou kimbundu. É o segundo maior grupo étnico angolano. Eles estão localizados com maior predominância na capital angolana, Luanda, com presenças nas províncias do Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza- Sul e Malanje. Por sua vez, os ambundu, estão organizados em subgrupos, que são: os Luanda ou Axiluanda, os Ambundu (sentido restrito), os Kissama ou Quissama, os Hungo, os Libolo, os Kibala ou Quibala, os Ngola, os Bangala ou Mbangala, os Songo, os Chinje, e os Minungo.

Povos Lunda-Côkwe: têm a língua com o mesmo nome, ou simplesmente côkwe, localizados predominantemente no Leste e nordeste de Angola, concretamente nas províncias do Moxico, nas Lundas Norte e Sul, com pequenas extensões nas províncias do Bié, Kwando-Kubango e Malange. Seus subgrupos são: Lunda, Lunda-luachinde, Lunda-ndembo, Côkwe, Kakongo ou Bandinga e May. (CHICUMBA, 2019, p. 13-14).

Povo Ovimbundu /“Umbundu”: é o maior grupo entre os bantus e não bantus de Angola, sua língua é o umbundu. Estão localizados na região centro-sul, nas províncias de Benguela, Bié e Huambo. Vale destacar que, durante o período da guerra civil em Angola, a região mais afetada foi a região central, este facto, permitiu que muitos ovimbundu emigrassem para o Sul de Angola, que era um dos lugares ligeiramente mais seguros ou pouco afetados. Assim sendo, podemos encontrar grandes comunidades nas províncias mais ao Sul, tais como: Kwanza-Sul, Huíla e Namibe. Os ovimbundu, estão

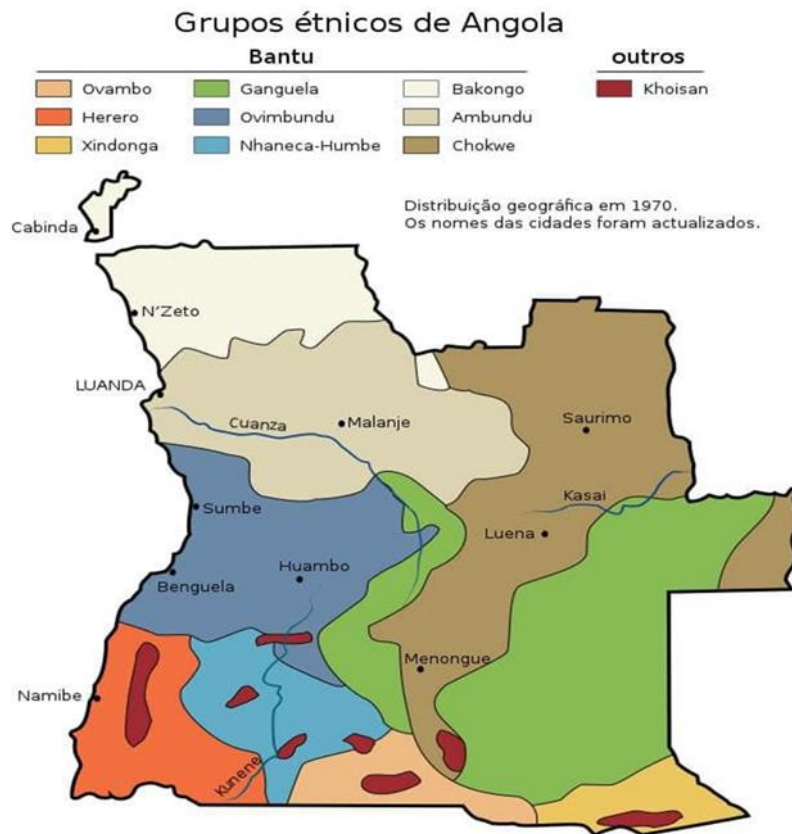
organizados da seguinte forma: “as etnias de mbanlundu, ngoongo e yaka e subdividem-se em pequenos grupos como viyé, mbalundu, sele, sumbe (ou npinda), mbuy, kissanje, lumbu, ndombe, hanha, nganda, wambu, sambo, kakonda, chikuma, kyaka e ngalange.” (CHICUMBA, 2019, p. 14)

Povos Nyaneka-Humbe e Kwanyama: estão localizados no extremo Sul de Angola, nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe. A língua dos Nyaneka-Humbe é o nyaneka ao passo que a dos Kwanhama é o oshikwanyama. Eles estão organizados da seguinte forma: “nyaneka, humbe, mwila, ngambwe, handa, chipungu, chilengue, oshiwambo, kwamby e nbandja. Repartem-se em pequenos grupos como os gambo, humbe, donguena, hinga, kuankua, handa (mupa), handa (kipungo), kipungo, kilengue-humbe e kilengue-muso. “(CHICUMBA, 2019, p. 14).

Povo Ngangela (língua ngangela): habitam maioritariamente no sudoeste de Angola, concretamente na província do Kwando-Kubango, com pequenas comunidades nas províncias do Bié, Huíla e Moxico. A língua falada por eles é a língua ngangela. Estão constituídos da seguinte forma:

A etnia nganguela é constituída pelos grupos lukazy, luyana, kwandy, mbowe, mdundulu, ymilangu, mishulundu, mashy, kwandu do norte, kwandu do sul, mbangala, yongo, ngandyera, kwamby, nkumby e nkumby-mulondo. Integra igualmente os subgrupos luimby, luena, luvale, lutchaz, bunda, ngangela, ambuela, ambuela-mambumba, engonjeilo, ngonielo, mbande, kangala, yahuma, gengista (ou luyo), ngoia, camachy, ndungo, nhengo, nhemba e aviko. (CHICUMBA, 2019, p. 14).

Figura 17: Mapa dos grupos etnolinguísticos de Angola



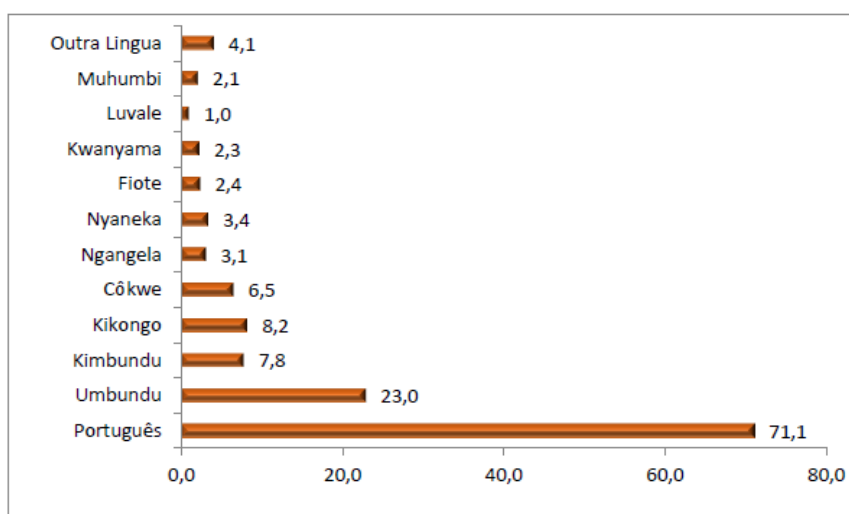
Fonte: Facebook Angola Records³⁰

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (INE, 2014), as línguas bantu mais faladas são: o Umbundu (22%), o Kikongo (8%), o Kimbundu (7%), o Cokwe (6%), o Nhaneka (3%), o Ngangela (3%), o Fiote (2%), o Kwanhama (2%), Muhumbi (2%), Luvale (1%) (cf. figura 05).

30

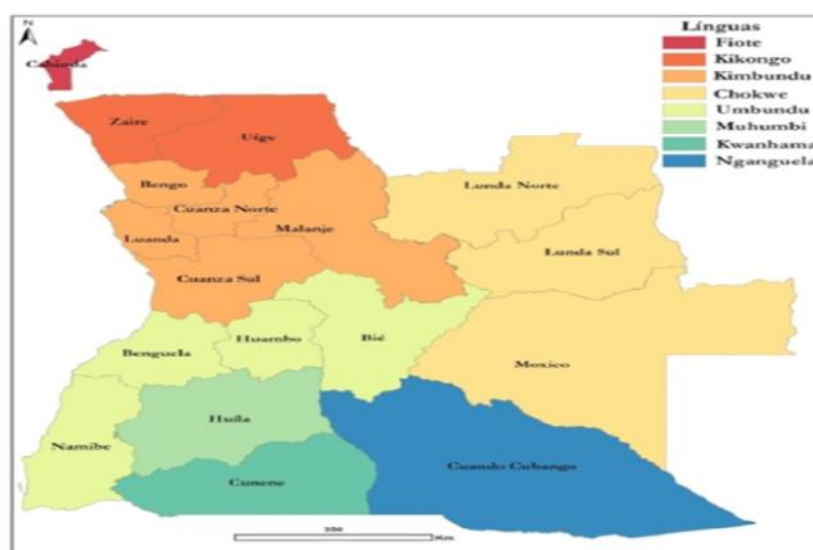
Disponível em: <https://web.facebook.com/AngoRecords/photos/pcb.1210687845782307/1210687789115646/?type=3&th eater>.

Gráfico 7: Línguas mais faladas



Fonte: Censo, 2014³¹

Figura 19: Principais línguas mais faladas por província



Fonte: Censo (2014)³²

³¹ Censo 2014 (p. 51).

³² Censo 2014 (p. 51).

A primeira fase – *Soberana tradicional* – compreende o período antes da chegada dos colonizadores. Nessa ocasião, os espaços eram organizados em reinos, e cada reino era responsável por uma língua, que servia de identidade cultural. Nesse momento, as línguas eram faladas em plenitude e exerciam todas as funções: eram línguas maternas, veiculares e oficiais, pois, na sociedade tradicional, a língua é tida como um patrimônio de todos.

O segundo momento – *Fase colonial* – é marcado pelo contacto entre as línguas bantu e o português, com a chegada dos colonizadores. Assim, eles adotaram políticas que visavam eliminar as línguas locais. Tratou-se de uma tentativa de integrar os nativos à cultura portuguesa, apagando, desse modo, toda identidade cultural. Esse processo gerou conflitos de superioridade e inferioridade entre as línguas. Na época, as línguas não receberam tratamento digno, de modo a que as futuras gerações tivessem acesso e a reconhecessem como parte de suas culturas.

Por último, o terceiro momento – *Fase pós-independência* – é marcado pelo regaste das línguas bantu, através da implementação de políticas, que visam promovê-las e valorizá-las. Em nosso entender, esse é o atual momento em que elas se encontram, uma vez que a valorização e a promoção dessas línguas estão em curso.

3.2.3 Realidade sociolinguística e educação bilíngue no Namibe

Como vimos nas subseções anteriores, a realidade linguística de Angola é bastante diversificada. Assim, nesta seção, abordaremos o ensino e a aprendizagem de línguas no contexto angolano. Nesse sentido, para refletirmos sobre o tema, inicialmente, vale lembrar que o sistema educativo angolano teve como base o sistema colonial, que visava essencialmente transformar o angolano em “europeu”, através do ensino da cultura portuguesa, a qual incluía o “domínio perfeito” do português, conseqüentemente o não uso das línguas locais.

Reiteramos que as línguas angolanas, do ponto de vista histórico, foram sempre excluídas e desvalorizadas, inclusive no processo de escolarização. Segundo Chicumba (2013, p. 9) citado por Patatas e Quintas (2019, p. 4), “as línguas nacionais constituem a base fundamental da preservação da herança e identidade culturais do povo, transmitidas durante séculos das gerações tradicionais ancestrais às novas gerações. Por conseguinte,

a escolarização deve constituir-se como tarefa primária para a sua manutenção”. Nesse sentido, a garantia da promoção e a inserção das línguas angolanas no currículo escolar estão salvaguardadas nos principais documentos reguladores do país. Por outro lado, embora haja essa garantia, os mesmos regulamentos não descrevem as particularidades das comunidades, ou melhor, as comunidades linguísticas possuem características diferentes uma da outra, é preciso acautelar as diferenças no momento de elaborar os regulamentos, de maneira a incluir todas as comunidades. Por exemplo, o ponto 2 do artigo 19.º da Constituição, onde o estado prevê a promoção e valorização das línguas, não há descrição de que maneira ou quais são as acções a serem realizadas, a fim de promover e valorizar as línguas. O modo geral com que se descrevem os regulamentos, de certa forma, pode não contempla todas as línguas, principalmente aquelas com pouco número de falantes. É preciso um planeamento específico para cada comunidade linguística, saber de suas particularidades, para que as mesma possam estar refletidas nas leis. Assim, no artigo 19.º da Constituição da República, consta o seguinte:

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 2010, p. 9).

Na Lei Base do Sistema de Educação, documento que regula todas as diretrizes da educação em Angola, no capítulo II, artigo 16.º consta o seguinte:

1. O Ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.
3. Sem prejuízo do previsto no n.º 1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio.
4. O Estado promove políticas públicas para a inserção e a massificação do ensino das principais línguas de comunicação internacional, em todos os subsistemas de ensino, com prioridade para o ensino do inglês e do francês. (LEI DE BASE DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 2001).

De um modo geral, no grupo de países africanos que têm o português como língua oficial, do qual Angola é integrante, questões como reprovações, baixo aproveitamento e altos índices de abandono escolar, em grande medida, estão

relacionadas às políticas educacionais, sobretudo, no ensino de línguas. Assim sendo, observa-se o fato de que os currículos, muitas vezes, não contemplam a realidade multilíngue desses países. Apesar de estar legislado, e cada vez mais se levantar a discussão sobre o ensino bilíngue, dada a realidade desses países – inclusive no caso concreto de Angola –, nem sempre as leis são aplicadas tal como previstas.

A realidade educacional angolana tem demonstrado situações em que crianças em idade escolar chegam à escola dominando apenas a sua língua materna, no caso uma das línguas de Angola adquiridas no contexto familiar – portanto, sem apresentar nenhum conhecimento da língua portuguesa. Contudo, o processo de alfabetização delas é feito em português, ou seja, ao chegarem à escola, são submetidas ao aprendizado da fala em português para depois serem alfabetizadas, contrariando, desse modo, o que está previsto na lei. Para Chicumba:

Nesta condição de bilinguismo, a forma ideal de ensinar essas crianças e evitar os constrangimentos de constantes fracassos escolares que se devem à incapacidade de interpretar com facilidade a língua de ensino é, em primeiro lugar, aprender a lidar com a matéria da escola na sua língua materna e, paulatinamente, passar os conteúdos para o domínio da língua segunda. (CHICUMBA, 2019, p. 74).

Assim, acreditamos que este cenário se deve, em grande medida, ao facto de o português ser a única língua oficial e à fraca implementação de políticas linguísticas educacionais efectivas. Adicionalmente,

“esta visão monolíngue estava relacionada com o facto de a língua portuguesa ser considerada como único meio para formular a escrita. A situação de valorização do português remonta ao sistema colonial, o que, no contexto da política de ensino atual, torna o processo de ensino-aprendizagem, metodologicamente, um tanto ou quanto inadequado, na medida em que existe no país outro grau de complexidade linguística.” (CHICUMBA, 2019, p. 84).

O resultado do censo 2014 coloca o português como a língua mais falada nos centros urbanos, com 71%, enquanto em zonas rurais 49% não falam o português, ou seja, esses dados são a clara evidência de que nem todos em Angola falam o português. Em oposição, para Bernardo, Sassuco e Severo (2019, p. 4) “essa visão tem fortemente veiculado a ideia de que a língua portuguesa é a mais falada no conjunto do território nacional. Essa estatística tendenciosa camufla a evidência de que as línguas majoritárias no país são as línguas bantu.” Assim sendo, esses autores defendem que:

Nossa constatação da realidade linguística no país revela que a língua portuguesa é a segunda língua da maioria dos angolanos. Inclusive, mesmo aqueles supostamente que a têm como língua materna – por ser a primeira aprendida oralmente como instrumento de comunicação diária –, sabemos que seus progenitores, a quem recai a responsabilidade de transmitir a língua, têm como língua materna uma das línguas bantu. (BERNARDO, SASSUCO, SEVERO, 2019, p. 4).

Em contexto multilíngue, como é o caso de Angola, a educação bilíngue é a forma mais eficaz e justa para educar as crianças, para que possam responder positivamente ao que se pretende ensinar, pois ela,

[...] permite a integração de valores culturais das LN no sistema educativo. Estes valores, por sua vez, contribuem para a consolidação da identidade cultural e da identidade nacional e, neste contexto de promoção da diversidade, para a construção de uma sociedade justa, baseada em direitos linguísticos e igualdade de oportunidades. (CHICUMBA, 2019, p. 76).

Além disso, o ensino bilíngue visa melhorar a qualidade de ensino, possibilitando a inserção social dos grupos marginalizados, e visa aprimorar o índice de aproveitamento escolar, sobretudo daqueles que não têm o português como língua materna. Assim, considerando que, em áreas rurais, a maioria da população tem como língua materna uma das línguas angolanas, o ensino nesses lugares, em nosso entender, tinha que ser dirigido em uma das línguas angolanas e, gradualmente, seria implementada a segunda língua, até que o aluno conseguisse usar o português como uma das línguas de aprendizado. Segundo Gregório Firmino, citado por Chicumba (2019, p. 73):

(...) o uso de línguas autóctones devia (...) ser parte de programas bilíngues de transição, cujo objectivo é garantir que as crianças não só possam ter sucesso na aprendizagem durante os primeiros anos da sua formação – para que não tenham de «nadar ou afogar-se» em programas de imersão –, mas também sejam introduzidas na maior língua institucional, cujo conhecimento é actualmente um recurso socioeconómico e um capital simbólico fundamental. (FIRMINO, 2006, 179)

Pela mesma ordem de ideia, Patatas e Quintas acrescentam o seguinte:

Os países plurilíngues que usam as suas línguas endógenas no ensino têm a probabilidade de serem mais sucedidos. Uma língua faz parte das riquezas de um povo. Assim é óbvio que cada povo se preocupe em conhecer a sua própria língua e valorizá-la. Pois que o conhecimento de línguas constitui uma referência fundamental para a avaliação psico-social dos indivíduos, em termos da sua identidade e da sua abertura ao outro e ao mundo. (PATATAS, QUINTAS, 2019, p. 21).

A título de exemplo de como a política do monolinguismo na educação angolana pode não ser eficiente em todas as realidades, e como o ensino bilíngue pode ajudar no êxito dos alunos e professores, apresentamos o relato de uma aula observada pelo professor Bernardo, em uma escola no interior da província do Uíge, Angola, que começa por dizer:

Em sala de aula, o professor começou por falar sobre formação de palavra aos alunos e colocou no quadro algumas palavras soltas, de modo que eles pudessem formar palavras. Considerando que a explicação do professor tinha sido dada em língua portuguesa, os alunos não perceberam o que realmente deveria ser feito. O professor insistiu e a explicação não surtiu efeito. Notei que o docente receava explicar em língua nacional com receio de ser informado à Delegação Provincial da Educação. Estendeu um olhar demorado sobre mim até que pedi a ele que fizesse o seu trabalho à vontade. Como tem sido já sua prática, quando os alunos não entendem determinados assuntos, ele recorre à língua kimbundu; e assim o fez. Com a explicação nessa língua foi possível a compreensão e a realização da tarefa. Uma das estratégias utilizadas pelo professor foi o uso da língua kimbundu para mandar tarefa para casa, sabendo que no seio familiar a língua predominante é a nacional e não a oficial. (BERNARDO, SASSUCO, SEVERO, 2019, p. 301).

Este relato é bastante comum tanto em escolas rurais quanto nos centros urbanos. Sendo assim, para inverter esse quadro, em nosso entender, é necessário que o Estado, por intermédio do Ministério da Educação (MED), adote políticas que visam descentralizar a elaboração dos planos curriculares, uma vez que o governo central elabora planos que são implementados em todo território. No entanto, entendemos que a implementação dos programas curriculares de ensino não pode ser igual para todo o país, pois cada região possui suas particularidades, as quais precisam estar refletidas nas políticas educacionais. Assim sendo, a descentralização permitirá elaborar planos curriculares que reflitam a realidade social de cada lugar, isto é, os valores socioculturais locais fariam parte da vivência dos alunos, através do uso da língua local, da literatura e de outros intervenientes do processo, isso sem descartar a realidade de outros lugares. Por outro lado, há que referir que a educação não se dá de forma isolada do convívio social, pelo contrário, a contextualização sociocultural é fundamental para o êxito da atividade educacional, por isso, nas zonas rurais, em determinadas situação de ensino, muitas vezes:

O professor da escola rural se vê diante de um universo linguístico no qual os alunos se tornam estrangeiros em sua própria terra, uma vez que a língua e a cultura difundidas pela escola não os representam. O professor muitas vezes busca adotar uma pedagogia baseada na negociação entre a língua portuguesa, a língua de ensino e a língua nacional. (BERNARDO, SASSUCO, SEVERO, 2019, p. 300).

Tal como vimos no relato, “há necessidade de harmonização da política linguística educativa para a integração efetiva das LN no Sistema Nacional de Educação e Ensino em paralelo com o português, única língua utilizada atualmente nas escolas”. (CHICUMBA, 2019, p. 86). Tem-se promovido em Angola que a escola é a nossa segunda casa e, desse modo, quando estivermos nela, devemos nos portar como se estivéssemos em casa. Naturalmente, se de facto a escola é a nossa segunda casa, a realidade demonstra que muitas famílias angolanas funcionam num sistema bilíngue, ou seja, os membros da família, na convivência diária, usam o português e a língua do grupo étnico a que pertencem. Assim sendo, a escola tinha que funcionar no mesmo modelo, já que se trata da segunda casa. É importante salientar que o ensino das línguas locais não visa tirar a importância da língua portuguesa, que hoje também é parte da cultura angolana. Na verdade, deseja-se criar um ambiente de valorização de todas as línguas existente no país, de modo a estabelecer a relação entre as línguas no processo de ensino e de aprendizagem, quebrando a política do monolinguismo da educação angolana. No trecho abaixo, evidencia-se a importância de aspectos culturais estarem presentes no currículo escolar:

Pesquisador: Kwandalé kuya ku xikola mukonda? [Por que não queres ir à escola?]

Entrevistado: Vou à escola fazer o quê!? Na escola não tem nada de bom. Preciso é falar o nosso kimbundu. Conheço várias coisas que na escola não ensinam, as nossas danças, os provérbios. Não vou mais à escola, lá não aprendo nada que vale a pena. Preciso mesmo é aprender no nosso kimbundu e a nossa forma de fazer as coisas. (BERNARDO, 2018, p. 95).

Os factos veem demonstrando a importância de se romper com a proposta educacional monolíngue, que valoriza apenas o português, a língua oficial. Deste modo, a falta de interesse em frequentar a escola, o abandono escolar, o baixo aproveitamento, são resultados dessa proposta que, por sua vez, promove a exclusão e a desigualdade social. Em compensação, no contexto da introdução das línguas de Angola no Sistema de Educação e Ensino, Chicumba (2019, p. 94-96) aponta as seguintes vantagens: 1) facilidade de assimilar os conteúdos a partir da língua materna; 2) promove no indivíduo o sentimento de autovalorização sobre sua língua materna; 3) demarca a representatividade; e 4) eleva a autoestima do aluno. Por outro lado, após a implementação das línguas angolanas no currículo escolar, segundo os alunos da província do Namibe, inqueridos por Patatas e Quintas, haverá:

- A interação e a comunicação com outras comunidades linguísticas;
- Aumento da valorização do resgate dos vários valores culturais;
- Diminuição de conflitos internos;
- Compreensão e empatia de culturas diferentes;
- Redução de obstáculos étnicos;
- Desenvolvimento de múltiplas competências comunicativas;
- Partilha de valores culturais verdadeiramente angolanos;
- Identificação de culturas nacionais e preservação das mesmas;
- Desenvolvimento do interesse e da valorização da pluralidade cultural angolana;
- Viagem de regresso às origens, à antiga identidade;
- Comunicar com os “mais velhos” ou com os habitantes de zonas onde não se usa a língua portuguesa. (PATATAS, QUINTAS, 2019, p. 22).

Vale lembrar que o ensino das línguas angolanas, na província do Namibe, começou a ser implementado a partir de 2012. Assim sendo, as línguas ensinadas são *nyaneca* e *umbundu*, por serem as mais faladas em toda província. Dados de 2017, da Direcção Provincial da Educação (Secretaria Estadual da Educação), apontam para o crescimento deste ensino, com cerca de 12.990 alunos no ensino primário (obrigatório), 1.148 no ensino médio e 175 professores. (PATATAS, QUINTAS, 2019, p. 21).

A introdução das línguas angolanas no Sistema Nacional de Ensino foi de carácter experimental. Assim, até ao momento, os resultados têm sido bastante positivos, sobretudo, com a redução da taxa de analfabetismo, em lugares onde há poucos falantes da língua portuguesa. A fim de dar continuidade a esse processo, medidas como revisão das políticas educacionais, novo censo sobre os grupos étnicos, em função da migração interna, são necessárias para responder ao desafio de implementar as línguas no sistema de ensino. Segundo Filipe Zau (2019), citado por Chicumba, as principais razões para insistirmos nesse ensino são:

1. Elevado índice de reprovações que se verificam na escola primária, por falta da necessária competência linguística nas línguas de escolarização de origem europeia;
2. Avanços alcançados pela linguística, no que se refere aos sistemas de funcionamento das línguas, o que, no plano teórico, acabou por ultrapassar dificuldades consideradas, até bem pouco tempo, insuperáveis;
3. Progressos alcançados pela psicologia, que realçou a importância primordial da língua materna no desenvolvimento psicomotor, afectivo, moral e cognitivo da criança;
4. Imperativo de, pedagogicamente, organizar os programas do ensino e da formação, de acordo com a realidade cultural, linguística e humana de África (ZAU, 2019, apud CHICUMBA, 2019, p. 91).

Portanto, a escola é um lugar no qual podemos desenvolver uma educação integral, inclusiva, democrática e valorizar as diferentes culturas que compõem o território angolano. Justamente por isso, podemos promover e incentivar o ensino bilingue, através da implementação de políticas educacionais, haja vista o cenário multicultural. Acreditamos que o uso das línguas locais no Sistema Nacional de Ensino poderá contribuir com a redução da desigualdade social e atrairá crianças angolanas à escola, sobretudo nas zonas rurais, onde há um número expressivo de pessoas fora do sistema de ensino.

4. LÍNGUA E ENSINO NA PERSPECTIVA DE JOVENS NAMIBENSES

Com o intuito de concretizar os objetivos desse trabalho de pesquisa, Ensino de Língua Portuguesa no Namibe (Angola): a educação sobre a perspectiva da interrelação entre língua e sociedade, foi essencial a realização de uma investigação, que contou com a participação dos cidadãos namibenses. Neste capítulo apresentamos os aspectos metodológicos, nossas impressões sobre os dados, e os resultados do questionário aplicado entre informantes namibenses que passaram pelo sistema formal de ensino.

4.1 Aspectos metodológicos

A comunidade investigada é a província do Namibe, localizada na região Sul de Angola, na qual neste trabalho dedicamos um capítulo especial, com as informações gerais da província.

Assim, vale salientar que, inicialmente havia a intenção de coletar os dados presencialmente, isto é, nos municípios que compõem a província do Namibe, são eles: Moçâmedes, Bibala, Virei, Tombwa e Kamucuio, em Angola. Esta possibilidade tornou-se inviável em função das restrições e encerramentos das fronteiras entre Angola e Brasil e vice-versa, impostas pela pandemia do corona vírus. Nesse sentido, em função deste cenário, optamos por realizar a pesquisa de forma online, através da aplicação de um questionário na plataforma Google Forms. Sendo assim, em primeiro lugar, começamos pela submissão do projecto de pesquisa ao comitê de ética da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, através da Plataforma Brasil. Em seguida, aprovado o projecto, elaboramos um questionário na plataforma Google Forms.

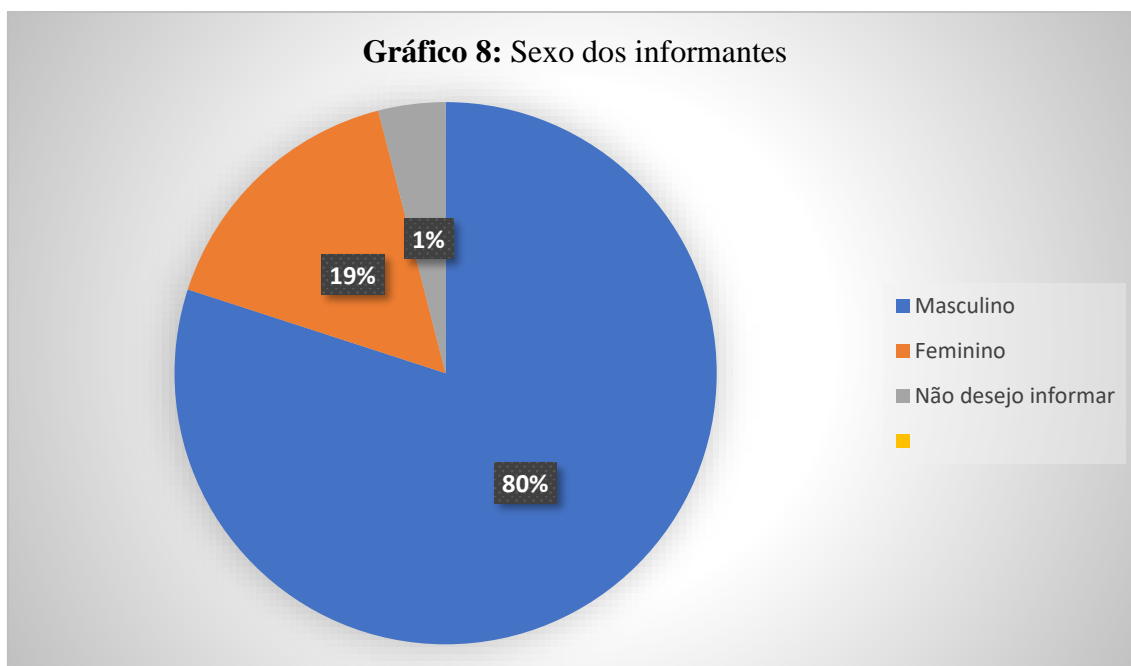
O questionário (Anexo 2) foi dividido em três seções: a primeira consistia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponibilizado no Anexo 1; a segunda seção foi composta por perguntas sócio-demográficas: idade, sexo, local de nascimento, município de residência actual, grupo étnico, mais alto nível de estudos concluídos e ocupação; já a terceira seção apresentava perguntas de natureza linguística e educacional. O quadro abaixo ilustra a forma como as questões foram apresentadas aos participantes:

Quadro 2: Questões de natureza linguística e educacional	
5. Qual é a sua língua materna? (A primeira língua que você aprendeu a falar)	
6. Qual (ou quais) outra (s) língua (s) você fala?	
7. Qual língua você usa com mais frequência?	
8. Qual ou quais línguas as pessoas que vivem com você falam?	
9. Estudou alguma língua nacional na escola? Se sim, qual?	
10. Gostarias que o ensino fosse em outra língua nacional além do português?	
11. Que língua (s) você usa nas seguintes situações?	
Situação Com a família de casa Na escola Na igreja No hospital No mercado No trabalho Na rua	Língua (s)
12. Com qual dessas afirmações você se identifica mais:	
a) Falo um pouco de português b) Falo português bem.	
13. Na sua turma ou escola/universidade tem colegas que não falam português?	
14. Conte um pouco da sua experiência escolar. Você acha que seu aprendizado foi prejudicado pelo ensino em Língua Portuguesa? Sofreu algum tipo de preconceito linguístico na escola?	
15. Qual sua opinião sobre o ensino em Língua Portuguesa nas escolas?	

Depois de termos seguidos os passos anteriores, procedemos o envio do link do questionário através de várias plataformas: WhatsApp, Facebook e por E-mail, para serem respondidos. Assim, a fim de alcançarmos vários namibenses, o questionário foi acompanhado de um pedido de ampla divulgação. Após o período de dois meses da disponibilização do questionário, obtivemos respostas de 25 cidadãos namibenses, com

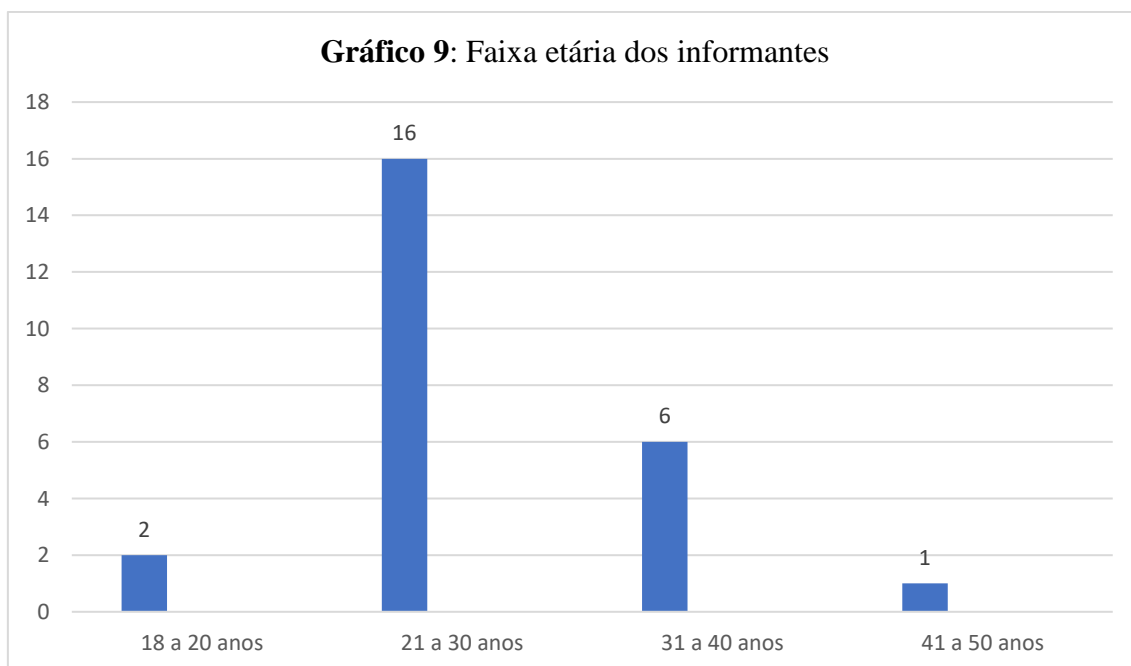
idade compreendidas entre 18 aos 40 anos de idade, das mais diversas áreas de atuação ou ocupação, que estudaram em um dos municípios do Namibe. O perfil dos participantes é apresentado na sequência.

Do total de 25 participantes, 20 eram do sexo masculino, correspondente a 80%, 4 do feminino, correspondente a 19%, e um informante optou por não dar informação relacionada ao gênero. É importante salientar que, como aplicamos o questionário online, não conseguimos controlar o número de participantes, tampouco o gênero. Assim sendo, acreditamos que essa disparidade de gênero entre os participantes poder ser um indicativo das poucas oportunidades de acesso à educação formal por parte das mulheres, uma vez que, do ponto de vista histórico, para a realidade angolana o papel da mulher era o de cuidar das atividades domésticas, conceito que se tem passado até aos dias actuais. Consequentemente, teremos essa disparidade gigantesca quando se colhe informações relacionadas a aspectos sobre educação em Angola de um modo geral. A título de exemplo, são os dados do censo de 2014, em que o país apresenta uma taxa de alfabetismo acima dos 50%, ou seja, 66% da população era alfabetizada. Em comparação entre os gêneros, 80% dos homens aparecem como alfabetizados, porém, entre as mulheres apenas 53% delas são alfabetizadas. Abaixo, segue o gráfico do sexo dos participantes.



Para salvuardarmos as informações dos informantes, elaboramos um termo de consentimento e livre esclarecido, qual estão as garantias de sigilo de todas informações prestadas, sem quaisquer discriminações de qualquer ordem. Por se tratar de uma pesquisa online, tal como em outros formatos, o sigilo será resguardado visto se tratar de questionários disponíveis on-line, os participantes, poderão acessar as informações sempre que possível. Assim, para apresentação e descrição dos resultados da pesquisa, a identificação dos participantes foi feita por código, de modo a proteger a identidade dos informantes.

Em relação à faixa etária dos informantes, existe um equilíbrio entre todas as idades definidas, ou seja, dos 19 aos 50 anos, com uma pequena predominância da faixa dos 23 anos. Deste modo, compreendemos que estes números se devem ao facto da camada mais jovem dominar e acessar com frequência e facilidade dispositivos conectados à internet, uma vez que o meio utilizado para realizar esta pesquisa, privilegia a camada mais jovem, em função dos usuários da internet em Angola serem na sua maioria jovens. Segue o gráfico do controle das idades abaixo.



Em relação aos municípios de nascimento dos informantes, registramos maior predominância do município cede, Moçâmedes, que nas respostas do questionário aparece com dois nomes diferentes, isso em função da mudança de nome que ocorreu, ou seja, de Namibe para Moçâmedes. Assim sendo, nessa questão em particular, Namibe é

o mesmo lugar que Moçâmedes. Por sua vez, contamos com participantes da Bibala e Tombwa, com um participante respectivamente. Vale salientar que, os municípios de Moçâmedes/Namibe e Tombwa, do ponto de vista de organização e estrutura, oferecem melhores condições a todos os níveis, isso porque são municípios urbanos, com maiores investimentos, onde a difusão e o acesso à internet, obtenção de dispositivos de acesso à internet como: telemóveis smartphone, computadores, tablets entre outros dispositivos são generalizados. Assim, por essa razão, entendemos que seja o principal motivo de termos maiores participantes desses municípios. Por outro lado, não obtivemos informantes dos municípios do Virei e Camuciuo, por estes estarem localizados numa região bastante afastada da capital, áreas rurais, além do pouco investimento tecnológico e não só, o que torna difícil acesso à internet, pois, o sinal da internet abrange apenas em algumas áreas restritas, e o acesso não é generalizado, em função disso, não tivemos participantes desses lugares. Ao contrário do município da Bibala, que podemos considerar urbano, onde há uma melhoria nesse aspecto. Segue na tabela abaixo os dados referentes ao número e percentual de participantes por município.

Tabela 07: Participantes por município

Municípios	Número	Porcentual
Namibe/Moçâmedes	17	70%
Tombwa	1	4%
Bibala	2	6%
Kamuciuo	-	-
Virei	-	-
Não Informaram	5	20%
Total	25	100%

Aplicados os questionários, uma vez com o *corpus* em mãos, procedeu-se a análise dos dados. Assim sendo, tendo em conta os objetivos da pesquisa, optamos por uma análise quantitativa e qualitativa.

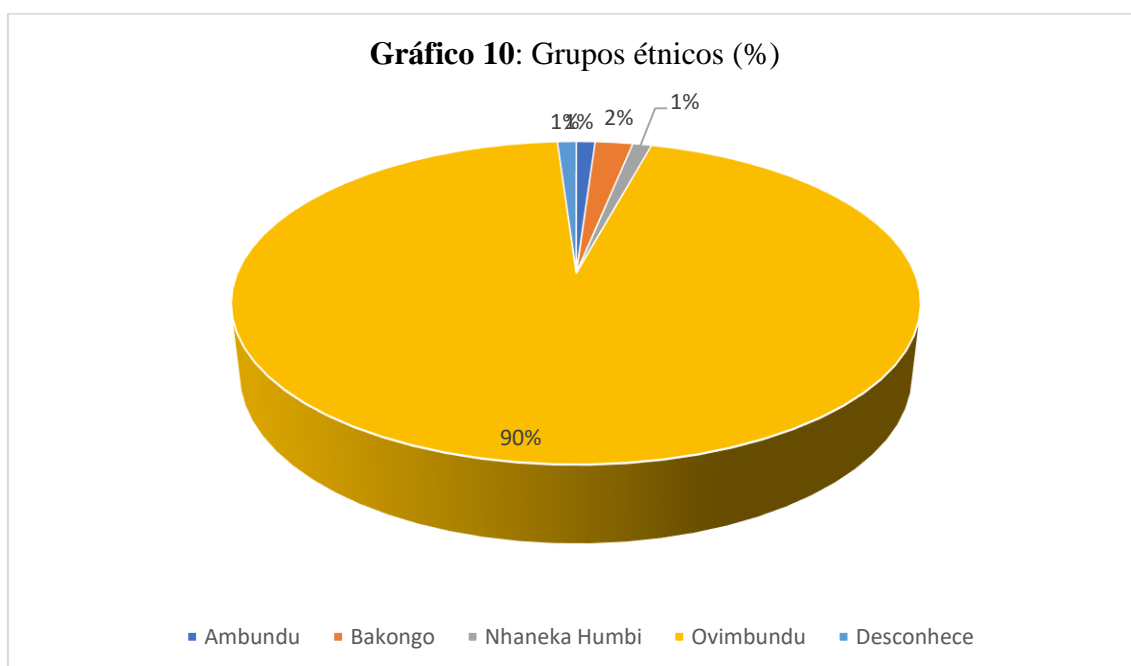
4.2 Uma análise sobre relação entre língua e sociedade em Namibe

Com finalidade de atingir os objetivos desse trabalho de pesquisa, intitulada Ensino de Língua Portuguesa no Namibe (Angola): a educação sobre a perspectiva da inter-relação entre língua e sociedade, fez-se necessário realizar uma pesquisa com indivíduos da província do Namibe que tivessem passado pelo processo de escolarização. Através da disponibilização do questionário online chegamos, como apontado na seção anterior, a um perfil de informantes com idade entre os 18 aos 50 anos, das mais diversas áreas de atuação, sejam eles: estudantes, professores, comerciantes, entre outras ocupações.

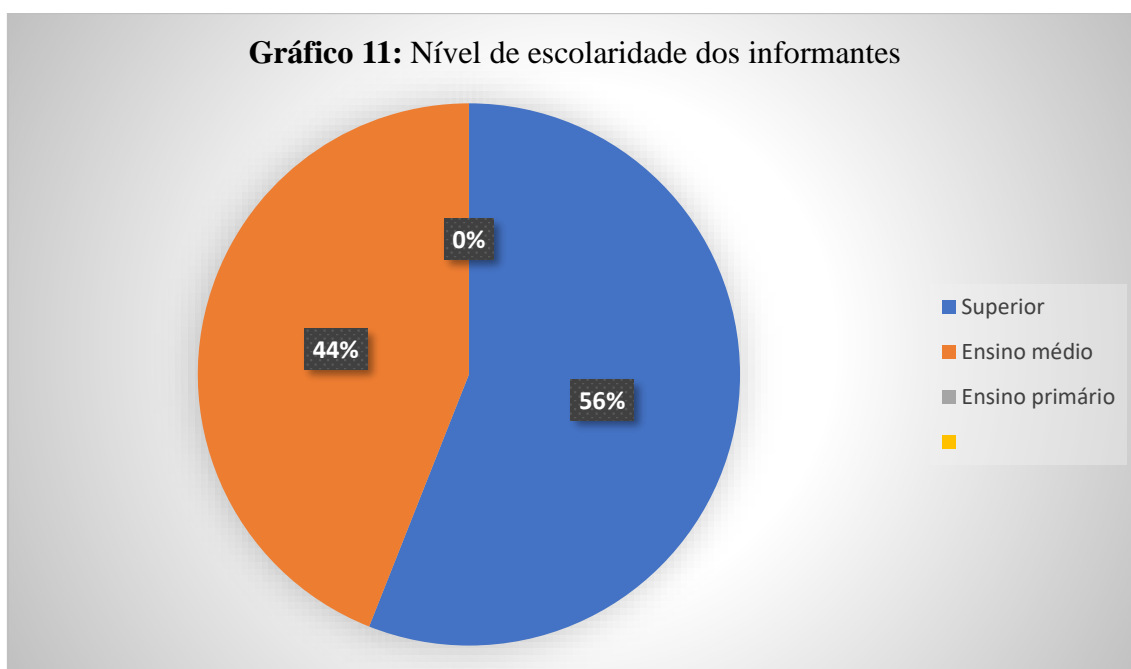
Em relação a composição étnica dos nossos informantes, os resultados obtidos refletem em muito o que os teóricos afirmam sobre a composição da população namibense, um povo caracterizado pela mistura entre vários povos de Angola, com maior predominância dos Ovimbundus. Um facto que nos chamou a atenção foi não haver participantes do grupo étnico Mukubal. Nesse sentido, os nossos dados parecem comprovar a hipótese de que o ensino em português abarca, em sua maioria, falantes bilíngues oriundos dos centros urbanos, já que os mukubais, juntamente com outras etnias originárias da região, vivem majoritariamente na zona rural e apresentam falantes monolíngues, como já apontado pelos dados do Censo. Essa reflexão veio através de uma das nossas questões, colocada da seguinte maneira: qual é o seu grupo étnico? Dos 25 informantes, 20 responderam que pertencem ao grupo Ovimbundu (Umbundu), corresponde a 95%, que também é o maior grupo no cenário nacional, 2 responderam que pertencem ao grupo Bakongo, 2%, Ambundu (Quimbundu) 1, 1%, 1 Nhaneka Humbi 1%, e um informante desconhece o seu grupo.

Vale lembrar que Mukubal é o principal grupo étnico do Namibe, considerados “os donos da terra”. Entretanto, não tivemos participantes mukubais, acreditamos que seja pelo facto deles viverem em comunidades tradicionais, com organização social, e estilo de vida próprio, sem ou com pouca presença dos meios tecnológicos. Por outro lado, existem mucubais que deixam suas comunidades para viverem no centro urbano no Namibe, essa, no entanto, é uma realidade bastante rara de se constatar, o que diminui ainda mais a chance de termos um participante mukubal, já que a alternativa que usamos para realizar esta pesquisa alcança, com maior facilidade, indivíduos com dispositivos com acesso à internet, moradores de áreas urbanas.

Por outro lado, queremos destacar o facto de um dos informantes não saber o seu grupo étnico. Em relação a este caso em particular, vale reiterar que durante período pós-colonial, tal como já nos referimos no capítulo anterior, nos países recém libertos da colonização, houve a necessidade de resgatar a identidade cultural, destruída pela colonização. No entanto, acredita-se que em alguns aspectos, o processo era baseado no mesmo modelo do processo de colonização europeu, ou seja, os grupos étnicos e as línguas minoritários tinham que fazer parte dos grupos majoritários, a fim de constituir um só povo uma só nação, tal como a proposta colonial. Neste sentido, tal processo desligou determinados indivíduos dos seus grupos originais. A título de exemplo, destacamos a frase de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique, em Paredes (2014), “Matar a tribo para fazer nascer a Nação”, apesar de ser uma frase dita para a realidade moçambicana, dada a semelhança do passado histórico entre os dois países, é aplicável para a realidade angolana, ou seja, essa tentativa de homogeneizar o país, resultou em perdas significativas do ponto de vista da identidade cultural, que se arrasta até aos dias actuais, onde é possível encontrar indivíduos que desconhecem suas origens. Abaixo segue o gráfico onde é possível constatar a presença maciça dos ovimbundus nos dados, o que, por sua vez, reflete a realidade no Namibe, conforme os dados do Censo.

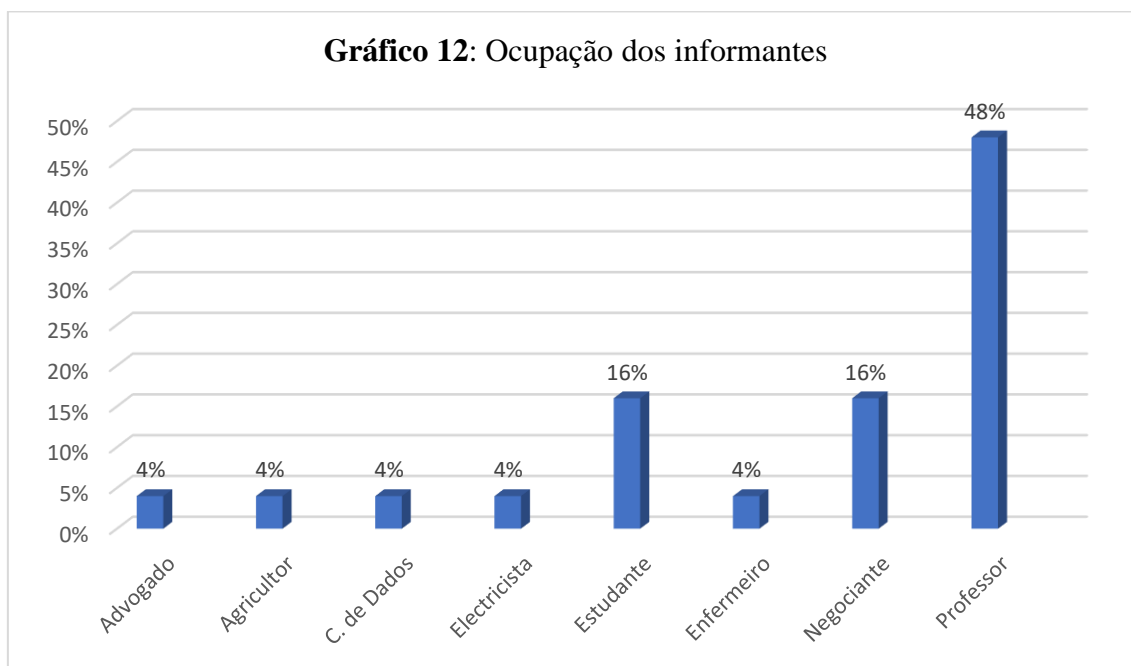


No que diz respeito ao perfil acadêmico dos nossos informantes, trabalhamos com indivíduos com um certo grau de escolaridade, já que se trata de um trabalho de pesquisa relacionado a educação. Neste sentido, dos 25 informantes, 14 possuem o ensino superior completo, correspondente a 56%, enquanto que 11 concluíram o II Ciclo do ensino secundário, equivalente ao ensino médio, estes correspondem a 44% dos informantes. Apesar dos nossos resultados apresentarem índices elevados, vale salientar que estes números têm aplicação para um contexto específico, neste caso, do nosso trabalho. Naturalmente, na província do Namibe de um modo geral, o número de indivíduos com o ensino superior completo é baixo. De acordo com os dados do censo realizados em 2014 pelo INE, a faixa etária que definimos para trabalhar, dos 18 aos 50 anos, apenas 2% de toda a população namibense possui o ensino superior completo. No entanto, na mesma faixa etária 26% possui o ensino médio completo. Vale lembrar que, em 2014, o Namibe tinha aproximadamente 495 326 habitantes.



A profissão e o ambiente de trabalho interferem diretamente no modo de falar de cada indivíduo. Assim sendo, os nossos participantes, apresentaram uma diversidade em relação a profissão que exercem. Nesse sentido, participaram da nossa pesquisa: 12 professores, correspondente a 48%, 4 negociantes, correspondente a 16%, 4 estudantes, correspondente a 16%, 1 advogado, 1 agricultor, 1 cientista de dados, 1 eletricista e 1 enfermeiro, cada um deles correspondentes a 4% dos participantes. Tendo em conta os

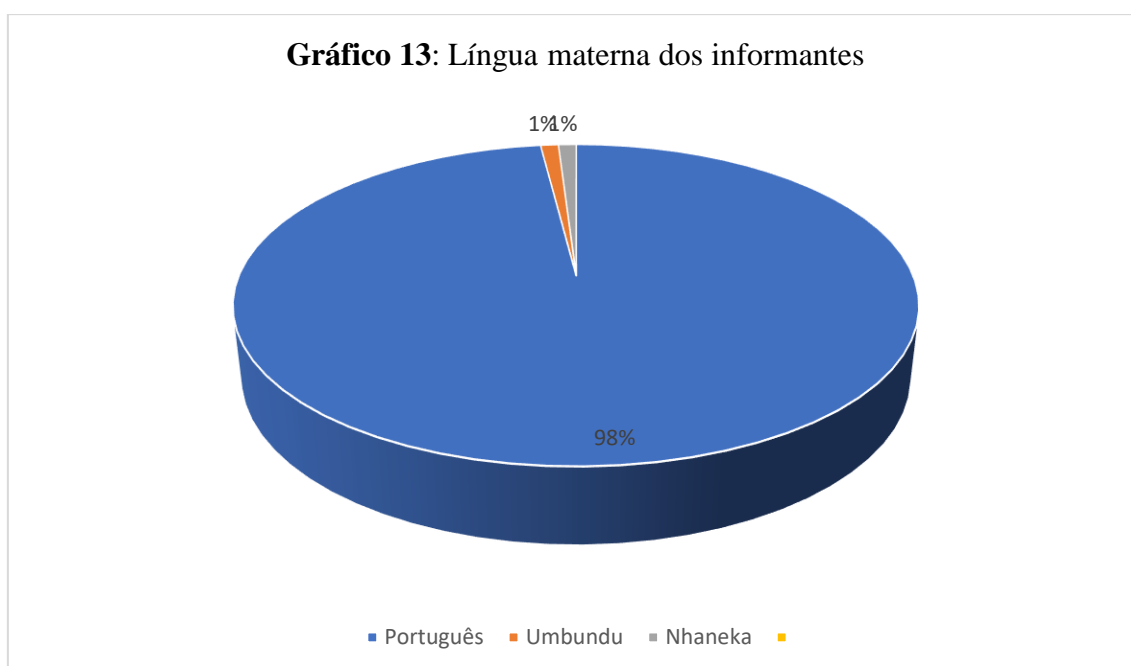
objectivos do questionário, o facto de termos mais professores e alunos foi bastante importante, uma vez que não controlamos quem respondeu ao questionário. A nossa preferência pelos professores e alunos, deve-se ao facto de ser um trabalho ligado e questões de educação, por eles estarem ligados diretamente com a educação pudessem contribuir ao máximo, já que eles vivem o dia a dia da realidade educacional do Namibe.



Primeiramente, importa reiterar que o português é a língua mais falada de Angola. Naturalmente, este facto faz com que seja a língua materna de muitos angolanos, sobretudo a nova geração. Deste modo, 98% dos nossos informantes, isto é, 23 indivíduos têm o português como língua materna. Em nosso entender, esse conceito clássico de língua materna, a primeira língua que aprendemos a falar, para a realidade angolana, nos parece que carece de alguma reflexão, pois, existem casos de famílias em que crianças crescem em ambientes bilingues, nesse caso o português é uma das línguas nacionais, que cremos ser a realidade da maioria das famílias angolanas. Nesses casos, muitas vezes a escolha da língua materna é feita através do prestígio que o português possui e não necessariamente porque é a primeira língua que aprendeu a falar, sendo que o conceito de língua materna, ensinado fora da escola, é de que a língua materna é a língua da mãe e do pai, ou seja, a língua do grupo étnico a que pertence o pai e a mãe, e na escola é ensinado de que língua materna é a aquela que aprendemos a falar primeiro. Entre os dois conceitos,

o mais incorporado na sociedade angolana é o que se aprende fora da escola, ou seja, há indivíduos que não falam a língua do grupo a que pertencem, mas quando questionado sobre qual é a sua língua materna, certamente responderiam a língua do grupo a que pertencem, mesmo não falando. Além disso, há quem tem uma das línguas nacionais como língua materna, mas por causa do uso frequente do português, quando questionados, respondem o português como sua língua materna.

Nesse sentido, a ideia que se transmite através da escola e dos meios de comunicação social é de que todos os angolanos têm o português como língua materna, por ser a língua mais falada. Deste modo, dois dos nossos informantes têm o umbundu e o nhaneka humbi como língua materna, reafirmando que nem todos os angolanos tem o português como língua materna. Por tanto, acreditamos que, para a realidade em questão, é preciso contextualizar quando queremos aferir a língua materna de determinada pessoa, uma simples pergunta, como: qual é a sua língua materna, de certa forma pode não ser suficiente para sabermos de facto a língua materna de um indivíduo. A título de ilustração, apresentamos no gráfico abaixo as informações relacionadas a língua materna dos nossos informantes.



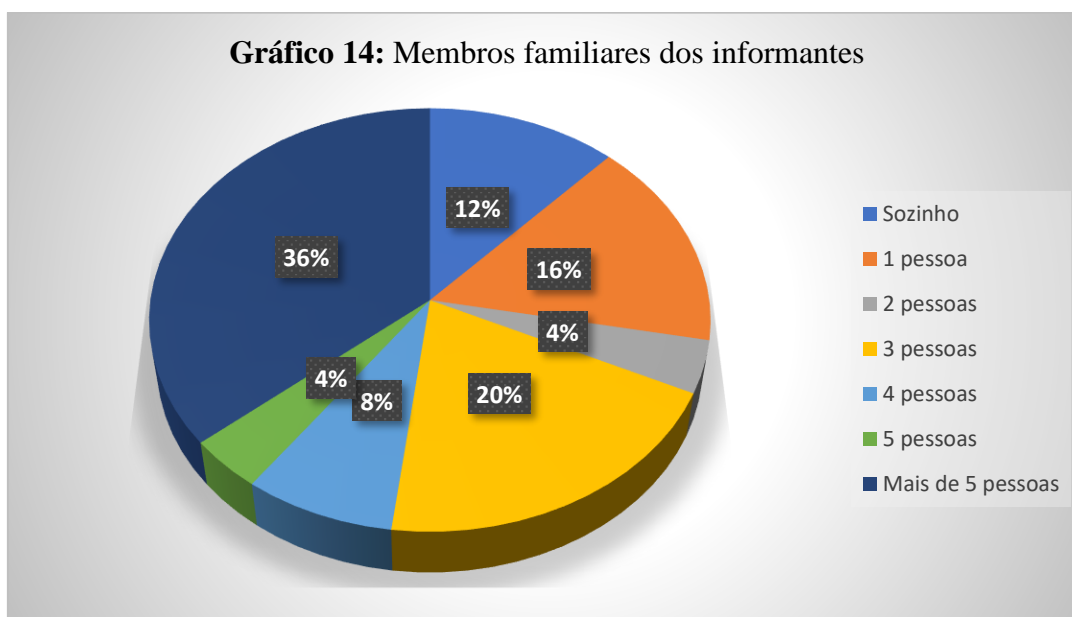
Ainda em relação a esse ponto é importante destacar que, em Angola, naturalmente, não há como tratar de assunto relacionado a língua portuguesa e não associar ao factor colonização, pois os portugueses dominaram o território angolano por cerca de 500 anos. Nesse sentido, este factor é determinante para entendermos a realidade actual do português em Angola. Em seguida, a adoção do português como única língua oficial permitiu com que a mesma se disseminasse por todo território angolano, conseqüentemente, actualmente, uma parcela expressiva da população fala o português, como podemos constatar a partir das nossas amostras. Em nosso entender, é natural que uma língua falada em uma determinada comunidade, acompanhe o crescimento populacional, ou seja, conforme cresce a população, surjam novos nativos, tal como outros que adquiram com segunda língua, e assim por diante. Entretanto, no contexto namibense e angolano de um modo geral, além dos factores naturais da expansão de uma língua, a utilidade do português também é motivada essencialmente por questões legais, ou melhor, por determinações regulamentares, mais precisamente pelo facto de ser a única língua oficial em uma realidade multilíngue. Assim sendo, os instrumentos legais de Angola asseguram todos os mecanismos para a promoção e utilização do português, ao contrário das demais línguas, que em grande parte não têm esse respaldo, ou quando têm não são executados como tal.

Por outro lado, nota-se que, apesar haver indivíduos angolanos que têm o português como língua materna, há outros que o adquiriram como segunda língua, ou seja, aqueles que o contacto com o português não se deu através da colonização.

Certamente, mesmo o português sendo a língua mais utilizadas na sociedade angolana em geral, em algumas situações específicas, ela não é a mais utilizada, em alguns contextos há um equilíbrio com as demais línguas. Sendo assim, em primeiro lugar, começaremos por apresentar a situação linguística em um contexto familiar.

Para começar, do ponto de vista legal, a Constituição angolana (2010:15), no seu artigo 35 define família como “o núcleo fundamental da organização da sociedade e é objecto de especial protecção do Estado, quer se funde em casamento, quer em união de facto, entre homem e mulher.” Para o efeito, do ponto vista cultural, as famílias angolanas são compostas por mãe e pai, filhos, filhas, avós, netos, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, primos, primas, inclusive os agregados familiares. De um modo geral, em África, no que diz respeito a constituição familiar, há uma tendência a se ter famílias numerosas, que não se limitam a apenas progenitores e filhos. Assim, o laço familiar pode ser através de

factores não sanguíneos, como tempo de convivência, ter o mesmo lugar de nascimento, pertencer ao mesmo grupo étnico, falar a mesma língua africana entre outros. Por esses motivos, é comum encontrar no seio familiar, elementos que não estão ligados por factor sanguíneo, o que aumenta a chance de as famílias serem ainda mais numerosas, como podemos ver no gráfico abaixo, a maioria dos nossos informantes vivem com pelo menos mais de três elementos.



A família, sendo o primeiro grupo de socialização, é onde são passados todos os valores culturais, dentre os quais a língua, que constitui o nosso objecto de análise. Assim, de acordo com as nossas amostras, em função das respostas dos participantes, podemos constatar que a comunicação dentro do ambiente familiar é feita de uma forma bilingue, em alguns casos trilingue. Por sua vez, nota-se que a partir das respostas dos informantes, o factor idade determina que língua usar dentro do convívio familiar, ou seja, quanto mais velhos forem os membros da família mais se usa a língua africana, uma vez que as pessoas com idade elevada geralmente têm como língua materna uma das línguas africanas, em virtude disso, algumas não falam o português ou quando falam é de um modo razoável. Por outro lado, os membros mais novos da família normalmente têm o português como primeira língua, em função da convivência, evidentemente aprendem a língua africana. Deste modo, a comunicação é feita utilizando as duas línguas, com maior predominância da língua africana na maioria dos casos, uma vez que é no ambiente familiar onde são ensinados, em seguida colocados em pratica todos os aspectos de identidade cultural do grupo a que pertencem. Assim, a língua é tida como o principal elemento de identificação

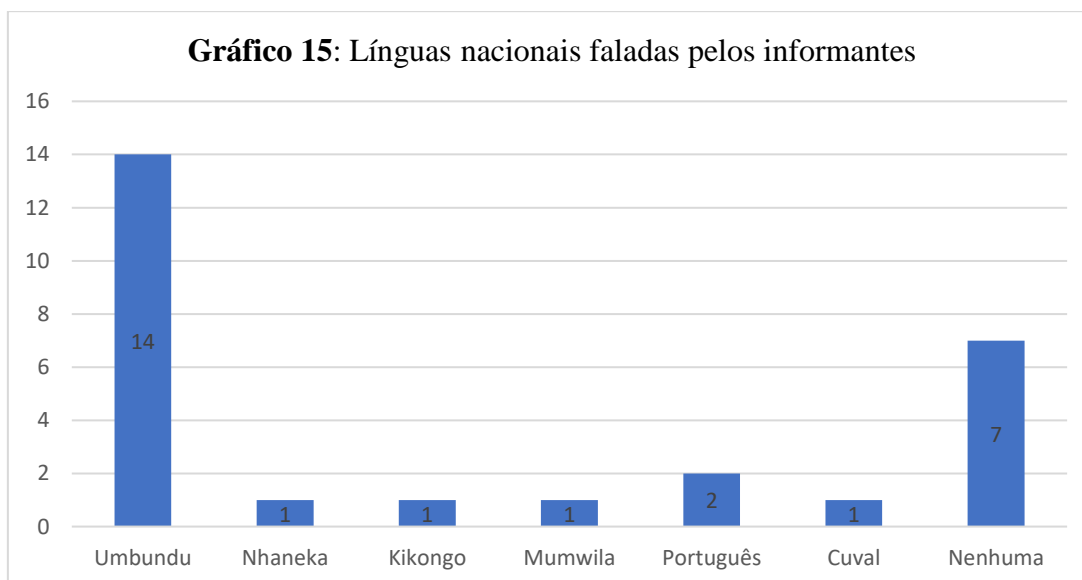
dos grupos étnicos de Angola, razão pela qual se dá maior importância. Por exemplo, vejamos o caso de nosso informante A; sua família tem mais de 6 membros, residente na capital, onde geralmente a maioria fala português, entretanto, no convívio familiar usam o português e o umbundu, acreditamos que seja em função da diferença de idade entre os membros da família. Além disso, verificamos que existem realidades familiares em que o português é a única língua de convívio, principalmente algumas da nova geração. Apesar de falarem uma língua africana, no convívio familiar usam apenas o português, tal como é o caso do informante X; sua família tem 4 membros, é Ovimbundu e fala o umbundu, tem 24 anos de idade, por esta razão podemos enquadrá-lo no grupo da nova geração, apesar de falar o umbundu a comunicação no ambiente familiar é feita apenas em português. Acreditamos que esta realidade deve-se ao facto da nova geração ter pouco contacto com as línguas africanas, isso em função do crescimento do português, que cada vez mais se sobrepõe as línguas africanas por razões já mencionadas.

Embora não tenhamos casos em nossas amostras, há famílias que utilizam apenas a língua africana no seio familiar, sobretudo nas zonas rurais. É importante lembrar que os nossos resultados refletem a realidade de um grupo específico de indivíduos, em sua maioria jovens, com formação educacional e moradores de centros urbanos, talvez, por esse motivo, a maioria das famílias fala apenas português no seio familiar, o que não reflete a realidade de um modo geral. Em certas situações, para determinar se se usa ou não uma língua africana, usa-se como parâmetro a quantidade que se usa o português, ou seja, verificamos que há informantes que quando questionados sobre quais outras línguas falam os demais membros da família responderam que os demais membros da família falam uma língua africana, porém quando questionados quais línguas usam em casa, responderam simplesmente português. Grande parte dos informantes apresentaram essa contradição, como foi o caso do informante Y, que afirma não falar nenhuma língua africana, mas que, quando questionado quais línguas as outras pessoas que moravam com ela falavam, respondeu umbundu e português, quando questionado quais línguas usam em casa, respondeu apenas português. Isto porque todos em casa falam o português, mas, nem todos falam o umbundu, nesse caso, considerou apenas o português que fala, e não considerou os demais membros que usam o português e o umbundu. A outra situação que a grande maioria não considera como uso da língua é o caso de muitos membros de família, sobretudo jovens, não falam ou pouco falam a língua africana, porém compreendem perfeitamente, ou seja, a mãe, o pai ou qualquer outro membro fala em

umbundu e ele responde em português, em nosso entender, se há intercompreensão é porque a língua está sendo usada, o que pode não ter sido considerado como uso da língua pelos indivíduos. Por tanto, dos nossos informantes, 20 responderam que falam apenas o português com a família, correspondente a 80%, 3 usam português e Umbundo, isto é 10%, 1 pessoa usa o português e o kikongo, correspondente a 5%, ao passo que 1 pessoa usam o português, o umbundu e o francês, neste caso trilingue, correspondente a 5%. Segue o resultado no quadro abaixo.

Tabela 08: Línguas mais faladas no seio familiar

Línguas	Número	Porcentagem
Português/Umbundu	3	10%
Português/Kikongo	1	5%
Port./Umbundu/Francês	1	5%
Português	20	80%
Total	25	100%



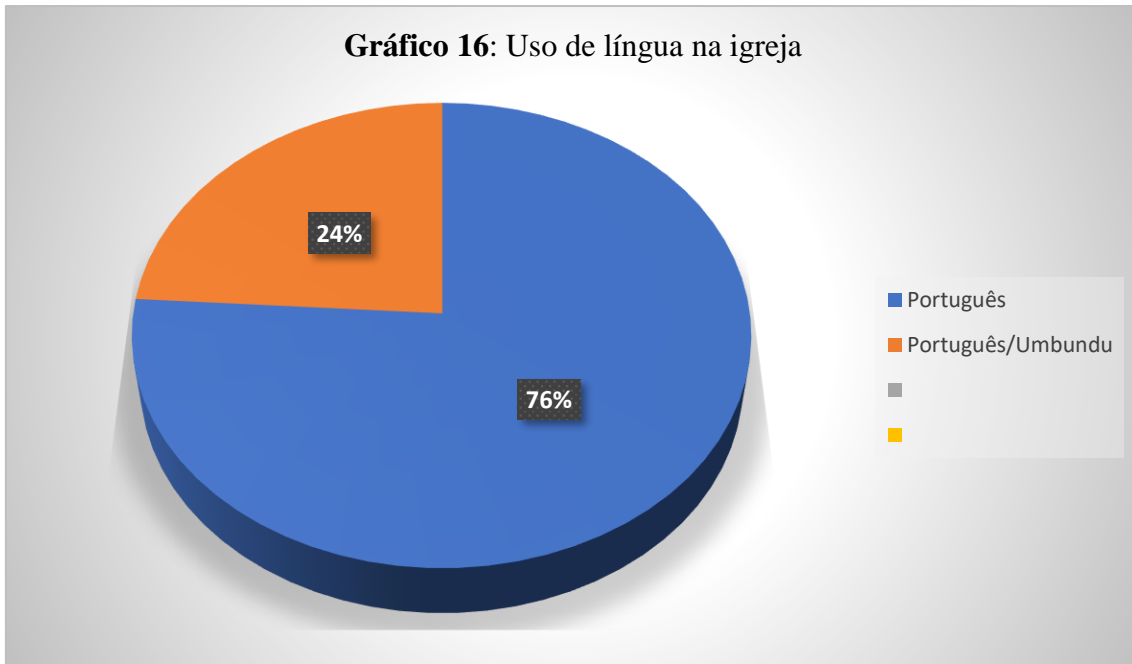
Como vimos acima, há diferentes contextos de uso das línguas, assim, buscamos entender os diferentes contextos de uso a parter do questionário, na seção em que são

distinguidos os contextos de uso da língua autóctone versus o português entre falantes escolarizados.

Nessa seção nos chamou especial atenção o papel da religião. De acordo com a Tânia Baiao (p. 2, 2019) a religião é cultura, ela carrega valores culturais de um determinado povo. Nesse sentido, a não ligação entre a religião e a cultura do povo significa a inatividade da mesma. Assim, em grande medida, as culturas surgem juntamente com suas respectivas religiões e manifestações de cultos.

No cenário angolano, as instituições religiosas desempenham um papel fundamental na transmissão dos valores culturais de geração em geração, de modo a eternizar a cultura de cada local. Assim, as igrejas e lugares de manifestação de cultos estão entre os lugares mais importantes e mais frequentados. Assim sendo, elas têm um grande poder de influenciar as populações. No que diz respeito a questão linguística, a par da família, a igreja certamente é a instituição que mais assegura e promove o uso das línguas africanas e não só, o princípio de unidade e inclusão, que geralmente as instituições religiosas pregam, possibilita o uso das diversas línguas existentes em Angola. Nesse sentido, nota-se que durante os cultos, há uma preocupação no que diz respeito às línguas a ser usadas, ou seja, os cultos são traduzidos a depender da língua predominante na região, no município, no bairro, ou até da língua maioritária entre os fieis da religião em questão. Esse método faz com que o português não seja a única língua nessas instituições, o que faz com que registre-se um equilíbrio entre as línguas no seu uso. Além disso, há liberdade de os fieis usarem suas línguas ainda que não seja maioritária no local em que se encontra, isto é, os hinos, louvores, canções, preces, entre manifestações, podem ser feitas em outras línguas. Sendo assim, é a partir do uso simultânea das línguas, especificamente das africanas, que se promove o uso delas. Relativamente aos nossos dados sobre esta questão, qual língua usa mais na igreja, 76%, isto é, 19 informantes responderam que usam mais o português. Entretanto, do outro lado, 6 informantes, correspondente a 24% responderam português e umbundu, ou seja, um ambiente bilingue.

Gráfico 16: Uso de língua na igreja



A actividade comercial em Angola, principalmente o comercio informal, engloba atividades de praticamente todos os ramos do comercio. Assim, é praticada em lugares estabelecidos de todas as cidades angolanas. Estes espaços são caracterizados por serem lugares com bastante circulação de pessoas de todos os estratos sociais, com maior predominância de indivíduos de baixa renda, que buscam nesses lugares o seu sustento. Nesse sentido, o uso da língua nesse contexto influencia bastante na atividade comercial, ou seja, o sucesso da compra e venda em grande medida depende de como o vendedor ou cliente usa a língua. Naturalmente, o português nessas situações é a língua mais usada, entretanto, é muito comum as negociações ocorrerem nas línguas africanas, seja pelo conforto de falar a língua africana, por afinidade, por não falar fluentemente o português, inclusive pelo facto dos nomes de alguns produtos comercializados não terem uma correspondência para o português. A pergunta 23 do nosso questionário, com o intuito de sabermos sobre o uso das línguas no mercado, a partir das respostas dos nossos informantes podemos constatar que em sua maioria usa simplesmente o português no mercado, isto é, 22 elementos correspondente a 90% dos participantes. Sendo assim, destes, 13 falam português é uma língua africana, enquanto 9 falam apenas o português. Por outro lado, 3 dos nossos informantes, isto é 10% responderam que usam o português e uma língua africana, especificamente o umbundu no mercado. Segue a representação dos dados na tabela a seguir.

Tabela 09: Uso de Língua no mercado

Línguas	Número de Informantes	Porcentagem
Português	22	90%
Português/Umbundu	3	10%
Total	25	100%

Antes de mais, é preciso reconhecer que as ruas, as vias públicas são lugares de maior circulação de pessoas, por sua vez, o contacto entre elas é maior. Para o nosso estudo, é de extrema importância sabermos que línguas são usadas nesses contactos que se estabelecem na via pública. Normalmente, nas ruas em relação ao uso da língua, geralmente é utilizado uma linguagem considerada informal, onde as pessoas têm maior liberdade de se expressarem, inclusive há maior uso das línguas africanas, quando comparado com outros segmentos. Por conseguinte, constatamos que a maioria das pessoas nas interações na via pública usa unicamente o português, isto é, 22 dos informantes, correspondente a 90% dos participantes. No entanto, 10% dos informantes, ou seja, 3 pessoas usam o português e uma língua africana, neste caso o umbundu. Evidentemente, que há diferença entre o português e as línguas africanas, entretanto, acreditamos que factores como localização, nível de escolaridade, profissão, idade, nessa situação em particular, influenciou bastante no resultado, que se trata de indivíduos com um status social diferenciado, que geralmente têm pouco contacto com as línguas africanas. Razão pela qual a diferença entre os que usam unicamente o português e os que usam duas línguas, como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 10: Uso da língua na rua

Línguas	Número de informantes	Porcentagem
Português	22	90%
Português/Umbundu	3	10%
Total	25	100%

O Ministério da Saúde (MINSA) é o órgão responsável pela saúde em Angola. Assim sendo, o sistema nacional de saúde de Angola (SNS) é responsável por todas as unidades hospitalares públicas. O setor da saúde é fundamental para todos os cidadãos, entretanto, o funcionamento das unidades hospitalares em sua maioria não atende a todos, principalmente no que diz respeito a questão linguística, ou seja, não há interpretes tampouco tradutores para aqueles que não falam ou pouco falam o português. Deste modo, a única forma para se comunicar é usando o português, inclusive em comunidades onde o português não é a língua mais falada. Geralmente, nos casos em que se usa as línguas africanas, acontece quando o profissional percebe a dificuldade do paciente em expressar o que sente, ou, o que precisa em português. Nesses casos, se o profissional tiver o domínio da língua africana em questão, o diálogo segue nessa mesma língua, ou seja, nos hospitais falar português torna-se praticamente uma exigência, quer para aqueles que falam quer não os que não dominam tão bem. Como exemplo, apresentamos os casos dos informantes Y e Z, falantes de umbundu e português, que em situações apresentadas, não falam apenas o português e o Umbundo no hospital e na escola, este último falaremos mais adiante, o que comprova o quanto se exige que se fale o português nas unidades hospitalares. Outro dado adicional, é que 100% dos nossos informantes, nos hospitais falam apenas o português, inclusive aqueles que falam uma língua africana. Por tanto, em nosso entender, a supremacia do português nos hospitais, se deve à falta de política linguística eficiente, uma vez que nem todos que frequentam os hospitais falam o português.

Em relação ao uso da língua no ambiente de trabalho, situação parecida com a do hospital, e no mercado, uma vez que estes espaços são locais de trabalhos de vários indivíduos, constatamos mais uma vez o domínio do português. Neste sentido, as profissões ou ocupações representadas pelos nossos participantes são: professor (12), electricista (1), cientista de dados (1), enfermeiro (1), advogado (1), agricultor (1), negociante (4) e estudante (4). Assim, em função das profissões, tendo em conta que o português é a língua oficial da administração pública, era de se esperar o domínio absoluto do português. Entretanto, queremos destacar, o informante B, agricultor, no seu ambiente de trabalho usa o português e o mumwuila, língua banta falada pelos mumwilas na região sul. Vale salientar que a prática da agricultura no Namibe é essencialmente praticadas nas zonas rurais, onde o português não é a língua mais faladas na maioria dos casos, ou seja,

os que praticam a agricultura em grande escala, na sua maioria empresários, quando chegam a estes lugares, precisam aprender a falar a língua dessas comunidades para o sucesso de suas atividades. Pela mesma razão, os que membros das comunidades que não falam português passam a aprender o português, em função desse contacto. Logo, se estabelece um ambiente bilíngue para nestes ambientes de trabalho, com um domínio acentuado das línguas africanas, contrariamente a outros locais de trabalho e profissões onde se fala exclusivamente o português. Deste modo, 99% dos nossos informantes, isto é, 24 indivíduos, em seus locais de trabalho usam simplesmente o português. No entanto, 1% dos informantes usam o português e uma língua africana em seu ambiente de trabalho. Estes resultados, refletem quão excludentes e deficitárias são as políticas linguísticas na sua aplicação.

Até ao momento em todas as situações apresentadas, podemos verificar que, nos lugares menos formais como na família, em casa, na igreja, na rua, no mercado, é notório a presença das línguas africanas, ao passo que nos espaços consideramos formais como no trabalho, no hospital e na escola, não há presença das línguas africanas. É contraditório, uma vez que o professor e aluno falam umbundu na rua, na igreja, no mercado entretanto não falam na sala de aula. Grande parte dos teóricos que defendem a implementação do bilinguismo nas escolas angolanas, fazem-no em função daqueles que não falam português, que acreditamos ser uma razão justa, porém, cremos que essa não deve ser a única razão para implementação do sistema bilíngue nas escolas, devemos fazê-lo por uma questão de escolha e liberdade, tal como tem a opção de escolher estudar inglês, francês ou espanhol. Além disso, como nossa pesquisa parece mostrar até aqui, a oficialização do português, especialmente no contexto escolar, tem promovido essa língua em detrimento de outras. Assim, acreditamos que a implementação efetiva do ensino bilíngue pode ter ainda o papel de promover as línguas nacionais.

Os espaços escolares estão entre os espaços onde menos se registra a presença de outras línguas, ou seja, se fala apenas o português. Por exemplo, 99% dos nos informantes afirmaram que no contexto escolar usam apenas o português. Por outro lado, 1% usam o português e o espanhol. Nesse caso em particular do espanhol, acreditamos que se trata de línguas estrangeiras que fazem parte do currículo escolar, tais como o inglês e o francês. Assim sendo, não é comum que se fale o espanhol, inglês e o francês na mesma dimensão que o português e as línguas africanas a ponto de classificarmos como uma situação de bilinguismo. Naturalmente, a todo um planejamento para que o português

fosse única língua falada no ensino angolano, desde os ordenamentos jurídicos, formação de professores, inclusive os materiais didáticos, que são todos escritos em português. Evidentemente, tais ações permitem com que todos os que frequentam qualquer nível de ensino fale o português, e assim é, mesmo em lugares onde o português não é a língua mais falada. Por estes motivos, é que não vemos a presença de outras línguas no contexto escolar.

A nossa pesquisa abrangeu indivíduos que passaram por todos os níveis de ensino, ou seja, do ensino primário até ao superior. Neste sentido, ainda sobre o uso de outras línguas nas escolas, os nossos informantes, questionados se durante o percurso académico tiveram um colega que não falava português, 100% dos entrevistados, responderam que nunca tiveram um colega que não falava o português. Este é um dado curioso, porque no seio da comunidade existem pessoas que não falam português, e a escola está dentro da comunidade, os alunos, professores são membros da comunidade. Em função disso, seria normal encontramos nas escolas pessoas que não falam o português, entretanto, a realidade nos mostra que não há. Reiteramos que, entre as línguas faladas em Angola, o português é a língua de maior prestígio, que é a única língua oficial, e é a língua de ensino. Estes factos, fazem com que todo aquele que domina de certa forma tenha certo privilégio, ao contrário de quem não domina, de certa forma é tido como um excluído socialmente, sem acesso a alguns serviços públicos, dos quais podemos destacar a escola.

4.3 Uma análise sobre relação entre língua e educação em Namibe

Como vimos no nosso referencial teórico, a inserção das línguas africanas no currículo escolar angolano, apesar da Lei Base de Educação no seu artigo 16 garantir que as mesmas possam ser ensinadas nas escolas, a sua implementação na generalidade, segue a passos lentos. Esta lei foi promulgada em 2001, revisada nos 2010 e 2020, porém o teor do texto mante-se inalterado. Deste modo, as primeiras experiências de implementação no ensino geral foram em 2006, não abrangendo todo território nacional. Apesar da lei assegurar as condições humanas, técnicas, científicas, materiais e financeiras, as demais províncias aderiram com o passar do tempo por falta destas condições. Por exemplo, no Namibe, nosso local de estudo, a fase experimental, começou apenas em 2012, em algumas escolas definidas. Hoje, passaram 21 anos da sua promulgação e 11 anos da sua

implementação no Namibe, podemos constatar que os efeitos dessas políticas são praticamente inexistentes, ou seja, teoricamente o projeto está em curso, porém na prática não se vê os resultados, ainda que preliminares. Acreditamos que o projecto não caminhou ou não está a caminhar, por falta de um planeamento adequado conforme consta na lei, portanto não há aulas em línguas angolanas nas escolas do Namibe. Como se pode ver, os nossos informantes, quando questionados se estudaram alguma língua nacional na escola, 100% deles responderam que não. Estes resultados são indícios de que a lei não está sendo cumprida tal como consta no ordenamento jurídico, ou seja, passa-se a ideia de que se está a ensinar as línguas angolanas através de documentos, quanto isso, a escolas não têm sequer professores a leccionar estas línguas. Segue abaixo o gráfico dos resultados obtidos.

Naturalmente, os resultados apresentados acima demonstram que o ensino das línguas angolanas ainda não é uma realidade como tal. Vejamos que, a média de idade dos informantes não é superior a 35, ou seja, se a implementação das línguas angolanas fosse planejada rigorosamente, acreditamos que teríamos no mínimo 2 ou 3 informantes que tivesse tido aula em uma das línguas, sendo que a lei vigora a mais de 19 anos, tempo suficiente para concluir todos os níveis básico até o ensino médio, sendo que a sua implementação seria em todos os níveis de ensino. Outro indicador, que pode refletir que o projecto não está em acção, tem a ver com a formação de professores, ou melhor, em Angola os professores são formados nas Escolas de Formação de Professores (E.F.P), e nos Institutos Superior de Ciências de Educação (I.S.C.E.D), entretanto nessas instituições até ao momento não há cursos voltados para as línguas angolanas, mais precisamente, na área de Letras existem apenas os cursos tradicionais, como Letras-português, francês e inglês. Assim sendo, poderíamos levantar uma questão, onde são formados os professores que ensinam as línguas angolanas, se não há um curso de licenciatura das línguas angolanas. Portanto, são algumas das razões que nos levam acreditar que, há muito por se fazer para que efetivamente tenhamos as línguas angolanas a serem ensinadas nas escolas com normalidade tal como outras línguas. Por outro lado, podemos constatar que, apesar da realidade mostrarem que as línguas angolanas não são ensinadas, por parte dos alunos a grande maioria é a favor do ensino delas nas escolas, quer dizer, os alunos desejam que as línguas angolanas, sejam línguas de ensino tal como é o português. Assim, a fim de compreendermos a posição dos alunos em relação ao ensino das línguas angolanas, em nosso questionário colocamos a seguinte questão;

gostarias que o ensino fosse em outra língua nacional além do português? A maioria respondeu positivamente, ou seja, 98% dos informantes concorda a inserção das línguas. De lembrar que, entre os participantes, havia indivíduos de vários grupos étnicos, na sua maioria fora das suas regiões de origem, uma vez que se encontram na província do Namibe. Assim sendo, a questão que muito se coloca, que língua ensinar num universo de várias, nunca foi um problema, porque os informantes são a favor que se ensine qualquer língua angolana independentemente for do grupo a que pertence ou não.

Por outro lado, 2% dos nossos informantes não são a favor que o ensino seja em línguas angolanas além do português. Vale salientar que o discurso negativo que se tem sobre as línguas angolanas teve origem no período colonial e seus efeitos existem até aos dias de hoje. Nesse sentido, certas pessoas continuam reproduzindo estes discursos fruto dessa herança colonial, ou seja, ainda alguns acreditam que as línguas africanas, não são línguas, são incompletas, incapaz de seguir o desenvolvimento tecnológico, não se encaixam nas ciências de um modo geral, quem fala é tido como alguém analfabeto e sem estudo. Geralmente, essa visão é comum nos mais jovens, e entre indivíduos sem ou pouco contacto com as línguas angolanas. Deste grupo de indivíduos que compõem os 2% da nossa pesquisa, percebemos que todos eles se enquadram no perfil de indivíduos que normalmente têm certa resistência com as línguas angolanas, ou melhor, são jovens, residentes nos centros urbanos, que não falam nenhuma língua angolana. Por sua vez, é provável que estes sejam de facto indivíduos com essa visão, ou os seus posicionamentos contra seja por uma outra razão não identificada.

Em relação ao ensino de Língua Portuguesa, é de salientar que a disciplina, a par da Matemática, é considerada a mais importante. Assim sendo, ela está presente em todas as classes (series), desde o ensino primário até o ao ensino médio, com aplicação diferente no ensino superior em função do curso. Neste sentido, na grade curricular, é a disciplina com maior tempo de aula, ou seja, semanalmente os alunos têm 3 aulas de 90 minutos, dividido por 45 minutos a cada aula. Assim, há uma exigência maior, sendo que não há prova de recuperação caso o aluno tire negativa, ou seja, se tiver negativa em português, reprova automaticamente.

Os objectivos da disciplina, o geral e os específicos, são determinados pelo Ministério da Educação (MED), isto é, por cada nível e classe. Sendo assim, os objetivos gerais para o ensino primário (da iniciação a 6ª classe) são:

- Conhecer as características principais da língua como meio de comunicação interpessoal e objecto de estudo; compreender a estrutura e o funcionamento da língua em situações do dia-a-dia;
- Aplicar os métodos de trabalho, pesquisa organização e progressão para a aprendizagem dos conteúdos linguísticos e comunicativos programados;
- Compreender assuntos e temas, palavras e frases leccionadas no ensino primário;
- Analisar os procedimentos a utilizar em todas as fases de aprendizagem;
- Criar motivação pessoal para prosseguir os estudos. (PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO DA 1.ª CLASSE|Ministério da Educação)

Em seguida, os objectivos gerais do I ciclo do ensino secundário são:

- Desenvolver no aluno a capacidade de comunicação nacional e internacional que lhe permita alargar o seu horizonte pessoal, bem como adquirir conhecimentos e experiências acumulados ao longo da história da humanidade;
- Proporcionar a consolidação da consciência nacional;
- Fomentar o apreço pelas manifestações culturais através da leitura das obras literárias nacionais e internacionais;
- Fornecer instrumentos de comunicação e expressão oral e escrita que permitam a integração social e a participação consciente no processo político-cultural e socioeconómico do país. (PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA, 7.ª, 8.ª e 9.ª classe|Ministerio da Educação)

Finalmente, os objectivos gerais do II ciclo do ensino secundário são:

- Compreender enunciados orais;
- Utilizar uma expressão oral fluente, correcta e adequada a diversas situações de comunicação;
- Diversificar as experiências de leitura;
- Desenvolver a competência de interpretação pela apropriação progressiva de instrumentos linguísticos e estéticos;
- Interpretar uma ampla variedade de textos orais e escritos, de observação de diferentes usos, de reflexão sobre os recursos que a língua oferece para alcançar diferentes finalidades comunicativas;
- Aprofundar o gosto pela leitura;

- Expressar as reacções subjectivas do leitor nos actos de recitar, recriar ou dramatizar;
- Interpretar e avaliar relações entre a linguagem verbal e os códigos de representação não verbais;
- Experimentar percursos pedagógicos que proporcionem o prazer da escrita;
- Produzir textos de diversos géneros visando um progressivo aperfeiçoamento da expressão escrita;
- Produzir textos coerentes, coesos e adequados;
- Utilizar diferentes técnicas da escrita;
- Descobrir aspectos fundamentais da estrutura e do funcionamento da língua;
- Apropriar-se de conhecimentos gramaticais que facilitem a compreensão do funcionamento do discurso e o aperfeiçoamento da expressão pessoal;
- Desenvolver a capacidade de reflexão sobre a estrutura da língua. (Programa de Língua Portuguesa - 10ª e 11ª Classes Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário|Ministerio da Educação)

Em nosso entender, para que se cumpra estes objectivos, há que existir a combinação de varios factores, desde a formação dos professores, a atualização dos conteúdos, implementação de novos metodos de ensino, de modo a tornar a aula atrativa e dinâmica. Além disso, combater ou eliminar o preconceito linguístico, valorizar a variante angolana, entre outros. Assim, é fundamental que se tenha professores qualificados, que permitiram que o ensino seja de qualidade. Ao que constatamos, na realidade as aulas de português não têm sido tão agradável e eficiente o quanto se esperava. Por exemplo, de acordo com o informante C diz o seguinte a respeito das aulas “A minha opinião quanto ao ensino da Língua Portuguesa nas escolas ainda é muito deficitária, porque temos muitos professores a lecionarem a cadeira de português e não são formados na área”. Naturalmente, se os professores que leccionam o português não têm formação na respectiva área, a possibilidade de falhar com os objectivos estabelecidos é maior, uma vez que, professor terá limitações, sobretudo no domínio de certos conteúdos, além das metodologias que requer uma formação específica na área. Por outro lado, a falta de professores formados na área, faz com que os mesmos atuem de maneira redudante, ou seja, não há atualização tampouco novidades nos conteúdos, porque o professor não sendo da área na maioria dos casos, se limita a ensinar repetidamente o que está nos livros, gramaticas e nos programas curriculares sem contextualizar, tal como

nos relata o informante D, que para ele, as aulas “Tem sido muito eficiente (deficiente*), pois muitas das vezes os conteúdos têm sido repetitivos (desde o ensino base até o superior) o que causa uma certa forma lentidão na aprendizagem”. Na mesma ordem de ideia, o informante M acrescenta o seguinte “ Visto que é uma língua oficial no nosso país, a minha opinião é que deveriam nos ensinar mais além de conjugar verbos ou conteúdos repetitivos e apostarem mais porque é a língua que nós une de cabinda ao Cunene”. Esta repetição de conteúdos pode ser o reflexo da falta de produção, de pesquisas, para dar respostas as novas situações que acontecem, sendo que a língua é dinâmica, surgem fenômenos que precisam ser estudados, analisados e apresentados em salas de aulas, o que não tem acontecido. Por isso, deste modo, o informante K, considera as aulas de português” ainda muito deficientes porque muitos dos professores deixaram de pesquisar estão no comodismo”. Este facto, mostra-nos a necessidade dos professores se atualizarem sobre as produções na areas de linguagem, os novos métodos, novas produções como os artigos, livros, dissertações, teses, que tragam informações relacionadas a área de atuação. Além da novas qualificações, ou seja, frequentar cursos de Pós-graduação, e especialização.

Pela mesma linha de pensamento, o informante H considera o ensino de português “Muito precário, deviam aprofundar mais as matérias visto que é a nossa língua natal”. Neste caso em particular, supomos que a necessidade pela aprofundamento da matéria, seja em função dela serem estritamente baseada na gramática pura, todos os anos e da impressão razoabilidade por parte do informante. É preciso conteúdos e métodos inovadores de modo a tornar as aulas atrativas, e proporcionar ou despertar ao alunos disposição de aprendizagem.

Certamente o outro factor em evidência sobre o ensino do português é o factor sociocultural e economico das famílias. Neste sentido, vale salientar que Angola é um país muito desigual e esta desigualdade tem se refletido nas aulas de português, isto é, através da aquisição dos materiais didáticos como: manuais de leitura, dicionários, gramáticas e outros suportes, que certos alunos com melhores condições possuem e os que não têm condições não possuem. Esta situação se reflete no aproveitamento dos alunos, uma vez que durante as aulas os que não possuem condições, precisam compartilhar materias, ou sentam do lado do colega que tem o material. Assim, a situação se agrava quando as atividades são para serem realizadas em casa, certamente prejudicam os que não têm todos os materias. Sendo assim, para o informante T, para inverter a

situação, “[...]o Ministério tem trabalhado a cada dia para que o ensino da língua portuguesa seja a maior das prioridades em Angola”.

É de conhecimento que Angola é um país multicultural, essa multiculturalidade está presente na sala de aula, ou melhor, em cada sala pode ter presente de mais 6 grupos étnicos. Vale recordar que cada grupo é único nas suas manifestações culturais. Assim sendo, nas aulas de português, muitas das vezes esse aspecto não é tido em consideração por parte de certos professores, quer seja por negligências ou por falta de conhecimento de como agir diante de uma situação como esta. Assim, há casos em que os alunos têm uma das línguas angolanas como primeira língua, ao falar o português carrega alguns elementos da primeira língua para o português, sobretudo na questão da pronúncia. Certos professores vêem este facto como um “problema”, agem de modo a corrigir tal “erro”. Agindo desta forma, estariam a destruir a identidade sociocultural destes alunos, uma vez que, este é uma marca que pode indicar a origem dos alunos. Como exemplo, apresentamos o caso do informante L, que acreditamos ser sua experiência pessoal, na qual afirma o seguinte “O ensino da língua portuguesa na escola tem sido um processo difícil devido ao factor sócio-cultural de muitas famílias. Há muito que se trabalha, sobretudo nas classes de base”. Além dessas situações apresentadas, o informante N, considera o ensino do português bom, entretanto, é a favor de que a mesma seja ensinada junto a uma língua angolana, ou seja, num ensino bilingue, ao afirmar o seguinte “É bom, mas poderia ser melhor se aprendêssemos pelo menos uma língua nacional”. Neste caso, vemos uma vez mais o apoio à proposta do bilinguismo nas escolas, com vista a valorizar e promover as línguas angolanas, sem desprimor ao português.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para começar, ao concluirmos este chegamos trabalho, acreditamos que este, permitiu-nos conhecer melhor a província do Namibe, compreender as suas particularidades, principalmente no que diz respeito à constituição etnolinguística da população local. Além disso, podemos compreender como funciona a questão do ensino de Língua Portuguesa em Angola, em particular na província do Namibe, como são tratadas as línguas angolanas, através dos documentos e dos relatos dos participantes. Por sua vez, em nosso entender há uma grande necessidade de estudar, pesquisar, assuntos relacionados as questões linguísticas de Angola, uma vez que pudemos constatar que, existem vários assuntos a serem estudados, porém a pouca produção sobre os mesmos. Em função disso, acreditamos que o Estado, por meio do Ministério da educação, e do Ministério do Ensino Superior, é chamado a desempenhar o seu papel, isto é, investir financeiramente em projectos que visam promover e desenvolver a pesquisa nas universidades e outras instituições de pesquisa.

Creemos que o investimento em pesquisa permitirá termos melhor visão da realidade linguística do país, conseqüentemente nos levará a tomar melhores decisões sobre o ensino de línguas e as políticas linguísticas. Num cenário de multilinguismo, como é o caso de Angola, os assuntos relacionados as línguas precisam fazer parte das prioridades do país.

As políticas educacionais para o ensino de línguas precisam refletir o cenário linguístico nacional. Por exemplo, é o caso da Lei de Base do Sistema de Educação de Angola, que assegura o ensino das demais línguas angolanas, entretanto, os materiais didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação, nenhum deles tem a versão nas línguas angolanas. Não há uma convergência entre os actos e o que consta na lei. Essas contradições são o reflexo da tentativa de passar a ideia de que somos um país monolíngue, pelo facto de o português ser falado pela maioria da população.

Os resultados das entrevistas demonstraram o quanto precisamos com urgência traçar um planeamento linguístico, de modo a resgatar as línguas angolanas que vão perdendo espaço para o português. Esse planeamento deve envolver todos os sectores da sociedade. Assim, em nosso entender, o sector da educação e os órgãos de comunicação social, devem merecer atenção especial, por atingirem o público que menos tem contacto com as línguas angolanas, ou melhor, a camada juvenil.

Em conclusão, cremos que os nossos objetivos definidos para este trabalho foram atingidos. Estamos conscientes de que o trabalho não está totalmente fechado, apresenta aberturas que podem e devem ser preenchidas por meios de futuras pesquisas e por intermédio de outras reflexões sobre o tema que possam surgir.

REFERÊNCIAS

Adriana. Introdução à Linguística Aplicada. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 200.

AFONSO, Camilo. A EDUCAÇÃO TRADICIONAL DO NOROESTE DE ANGOLA: FORMAS DE TRANSMISSÃO DE SABERES E SUA PRESENÇA NA BAHIA. Salvador, 2016.

AZEVEDO, J.M. A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE ANGOLANO Do deserto do Namibe ao planalto da Huíla 1849-1900. Salamanca, 2014.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento.** Araraquara-SP, 2015.

BAZARIM, Milene. VILELA, Maria Cristiana da Silva. OLIVEIRA, Braz da Silva. **EDUCAÇÃO MULTI/BILÍNGUE E ENSINO DE LÍNGUAS.** 2012.

BERNARDO, E. P. J. (2017). Norma e Variação Linguística: Implicações no Ensino da Língua Portuguesa em Angola. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, (32), 39–54. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.32/pp.39-54>.

SEVERO, C. G. .; SASSUCO, D. P. .; BERNARDO, E. P. J. . Português e línguas bantu na educação angolana : da diversidade como “problema”. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 43, p. 290–307, 2019.

BERNARDO, E. P. J. **POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA O ENSINO BILÍNGUE EM ANGOLA.** Florianópolis, 2018.

BAGNO, Marcos. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegamos na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. SP: Parábola, 2005.

BUNGA, C. E. S. Pobreza, Fome e Estratégias de Combate para a sua Mitigação na Cidade do Namibe – Angola. Lisboa, 2015.

CARVALHO, Clarissa Corrêa de. *SEntre mundos das líderes namibenses: trajetórias, funções públicas e relações de gênero.* 2019. 129 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CERUTTI-RIZZATTI, Maria Elizabeth; KOERICH, Rosana; KUERTEN-DELLAGNELO, Adriana. *Introdução à Linguística Aplicada.* Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008.

CÉSAR, Joaquim - Avaliação das terras de pastoreio extensivo na Província do Namibe - Angola. Lisboa: ISA, 2014.

- COSTA, T. M. C. J. Umbundismos no Português de Angola Proposta de um Dicionário de Umbundismos. Lisboa, 2015.
- CYRANKA, Lucia. Sociolinguística aplicada à educação. In.: MOLLICA, Maria Cecília; JUNIOR, Celso Ferrarezi. (orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. SP: Contexto, 2016.
- CHICUMBA, Mateus Segunda. A EDUCAÇÃO BILINGUE EM ANGOLA E O LUGAR DAS LÍNGUAS NACIONAIS. Lisboa, 2019.
- FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FIRMINO, Gregório. A SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS NO CONTEXTO MULTILINGUE DE MOÇAMBIQUE. 2019.
- FORNARA, Ana Elizabeht. **Estratégias de fomento à manutenção de línguas minoritárias no Oeste Catarinense**. 2016.
- GASPAR, S. I. N. F. A língua portuguesa em Angola: Contributos para uma metodologia de língua segunda. Lisboa, 2015.
- INE. *Censo 2014: Resultados Definitivos do Recenseamento geral da população e da habitação de Angola (2014) Província do Namibe*. Luanda: INE, 2016.
- INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. Coimbra, 2008.
- JÚNIOR, A. D. Design num País em Desenvolvimento um caso de Estudo no Namibe/Angola. Covilhã, 2017.
- KANUSSE, E.F. Ensino de língua portuguesa em Angola: um olhar à Província do Namibe. São Francisco do Conde, 2020
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008.
- LÚCIO, C. A., & SABBA, C. G. (2015). As atividades culturais e a sala de aula no grupo étnico Herero/Helelo do sul de Angola (subgrupo Mucubal e Muhimba). *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 8(2), 271-298.
- LUCCHESI, Dante. Língua e sociedade partidas: A polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- MENEZES, L. J. PLURILINGUISMO, MULTILINGUISMO E BILINGUISMO: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE LINGUÍSTICA MOÇAMBICANA. **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 81-91, 2013
- MIGUEL, M.H.S. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. 2008.
- MINGAS, A. A. Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda. Luanda, Caxinde Editora, 2000.
- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. e ROCA, P. *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.

- MUHACHA, Benney. **Variação e normalização linguística**. 2021 https://sopra-educacao.com/2021/07/07/_trashed-3/. Acessado em 05/04/2022.
- NDOMBELE, E. D. (2021). Reflexão sobre as Línguas Nacionais no Sistema de Educação em Angola. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, (31), 71–89.
- PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi**: mulher, guerra e escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PAIS, Stefano Francesco. Moçâmedes: A cidade, do deserto à arquitectura. Porto, 2019.
- PATATAS, T. A. QUINTAS, J. EM ANGOLA O ENSINO BILINGUE PODE CONTRIBUIR PARA A EDUCAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PAZ NACIONAL. In: *Revista Transversos*, 2019.
- PAREDES, M. de M. (2014). A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, 21(40), 131–161.
- PONSO, L. C. O Português no Contexto Multilíngue de Angola. *Confluência*, Rio de Janeiro, Números 35-36, 05.12.2008.
- ROSA, Maria Carlota. **LÍNGUA OFICIAL, LÍNGUA NACIONAL: TEM DIFERENÇA?**. Rio de Janeiro, 2021.
- SALLES, A. C. M, SOUZA, A. G. A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DO (R) NAS LOJAS DE DEPARTAMENTOS NA CIDADE DE NOVA YORK. IN: **PADRÕES SOCIOLINGUÍSTICOS**. Unemat Editora. Edição 08 N° 01 – Junho de 2015.
- SANTOS, E.F. Aspectos da língua portuguesa em Angola. *PAPIA Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, São Paulo, v. 28, número 1, 2018.
- SASSUCO, Daniel Peres; "Pistas essenciais para um português de Angola", p. 199 -218. In: **Kadila: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola**. São Paulo: Blucher, 2016.
- SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 2, 2013.
- SOUSA, L. N. ; TEIXEIRA DE SOUSA, L. . Bilinguismo: um fenômeno multidisciplinar e multifacetado. In: Figueiredo, Cristina; Bayer, Juliana; Teixeira de Sousa, Lílian; Pinto, Carlos Felipe. (Org.). *Língua em movimento: História e Funcionamento das Línguas Naturais*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2020, v. 1, p. 39-58.
- SILVA FILHO, Marcelo; SCHIMIDT, Cristiane; SOUZA, Antonio Carlos. Interfaces entre a sociolinguística e a linguística aplicada: por uma perspectiva social da política das línguas. In.: *Revista Ecos*. Vol.20, ano 13, nº1, 2016.
- ZAU, Domingos Gabriel Dele. *A Língua Portuguesa em Angola Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. Covilhã, 2011.
- ZAU, Filipe. *Educação em Angola: novos trilhos para o desenvolvimento*. Luanda: Movilivros, 2009.

ZILLES, Ana Maria Stahl, FARACO, Carlos Alberto. (orgs.) *Pedagogia da variaçãolinguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015.

ANEXO

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: Masculino Feminino Não desejo informar

1. Onde local de nascimento.

a) Em que província _____

b) Em que município _____

c) Que município vives actualmente _____

2. Qual é o seu grupo étnico? (Ex: Ovimbundu)

3. Mais alto nível de estudos concluídos:

a) Primário b) Ensino Básico c) Ensino Médio d) Ensino Superior

4. Ocupação (Profissão/trabalho)

5. Quantas pessoas vivem com você?

6. Qual é a sua língua materna? (A primeira língua que você aprendeu a falar)

7. Qual (ou quais) outra (s) língua (s) você fala?

8. Qual língua você usa com mais frequência?

9. Qual língua nacional você fala?

10. Quais línguas as pessoas que moram com você falam?

—

11. Estudou alguma língua nacional na escola? Se sim, qual?

12. Gostarias que o ensino fosse em outra língua nacional além do português?

13. Que língua (s) você usa nas seguintes situações?

Situação Língua (s)

Com a família de

casa

Na escola

Na igreja

No hospital

No mercado

No trabalho

Na rua

14. Com qual dessas afirmações você se identifica mais:

a) Não falo português

b) Falo um pouco

c) Falo bem.

15. Na sua turma ou escola/universidade tem colegas que não falam português?

16. Qual sua opinião sobre o ensino em Língua Portuguesa nas escolas?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “Ensino de Língua Portuguesa no Namibe (Angola): a educação sobre a perspectiva da inter-relação entre língua e sociedade”. Proposta por mim, mestrando Elias Floras Kanusse, sob orientação da Profa. Dra. Lílian Teixeira de Sousa. A instituição responsável pela pesquisa é a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Brasil, através do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras. Nessa pesquisa, pretendemos coletar informações sobre as línguas utilizadas no dia a dia (em casa, nas relações pessoais, profissionais etc.) e em contexto escolar na província de Namibe com o objetivo de realizar um mapeamento das relações entre multilinguismo e educação na região. Os resultados obtidos poderão fomentar estratégias e embasar possíveis intervenções que possam contribuir para a melhora no ensino escolar na região multilíngue de Namibe. O estudo envolve a resposta a um questionário, dividido em duas partes: 1) o Questionário Sócio-demográfico e 2) o Questionário sobre os contextos de utilização das línguas faladas por você. O tempo gasto para o preenchimento dos questionários é de 10 minutos aproximadamente. Os possíveis riscos decorrentes da participação na pesquisa são mínimos, porém, pode surgir algum desconforto relativo ao tema, caso existam memórias negativas sobre o uso de sua língua em algum contexto específico. O sigilo será resguardado e visto se tratar de questionários disponíveis on-line, você poderá acessar e responder no momento e local de sua preferência e conveniência. A sua participação não acarretará custos ou terá compensação financeira. O benefício relacionado à sua participação será a colaboração para a melhor compreensão dos efeitos do ensino monolíngue em uma região multilíngue. Os resultados dessa pesquisa serão divulgados aos participantes do estudo e a comunidade geral e científica através da realização de palestras e divulgação dos resultados em artigos científicos. Esta divulgação, em qualquer meio de apresentação, se fará de forma a garantir a confidencialidade das informações e o seu anonimato.

Você receberá resposta a qualquer dúvida sobre a pesquisa em qualquer momento que desejar, assim como terá total liberdade para retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar da pesquisa sem qualquer penalização ou prejuízo. A equipe de pesquisa poderá responder às suas eventuais perguntas a qualquer momento.

Os contatos do pesquisador responsável, Elias Flores Kanusse, são: telefone (71) 99200.9948 e e-mail: eliashanusse@gmail.com. Seu anonimato será assegurado, buscando respeitar a sua integridade moral, emocional, intelectual, social e cultural, isto é, não será divulgado que foi você quem forneceu as informações.

Ao clicar no botão “aceito” você atesta que concordou com a participação como voluntário(a) de pesquisa; que foi devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa; que leu os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação e esclareceu todas as suas dúvidas. Foi garantida a sua possibilidade de recusar a participar e retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isso te cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Ficou claro que a sua participação é isenta de despesas e remunerações. Consideramos que você autorizou a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo sua identidade e da sua instituição.

Enviaremos uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o seu e-mail. Destacamos a importância de que você guarde em seus arquivos uma cópia do documento que lhe será enviado, pois neste estarão contidas informações a respeito dos responsáveis da pesquisa e formas de contato.